

MAÍRA LACERDA E SILVA

RESPONSABILIDADE SOCIAL CORPORATIVA:
LUGAR, SENTIDO E FUNCIONAMENTO

Dissertação apresentada ao Instituto de Estudos da
Linguagem, da Universidade Estadual de Campinas,
para obtenção do Título de Mestre em Linguística.

Orientadora: Prof^ª. Dr^ª. Suzy Maria Lagazzi

CAMPINAS
2010

Ficha catalográfica elaborada pela Biblioteca do IEL - Unicamp

Silva, Máira Lacerda e.

Si38r

Responsabilidade social corporativa : lugar, sentido e funcionamento / Máira Lacerda e Silva. -- Campinas, SP : [s.n.], 2010.

Orientador : Suzy Maria Lagazzi.

Dissertação (mestrado) - Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Estudos da Linguagem.

1. Responsabilidade social da empresa. 2. Sujeito. 3. Estado. 4. Corporações. 5. Análise do discurso. I. Lagazzi, Suzy Maria. II. Universidade Estadual de Campinas. Instituto de Estudos da Linguagem. III. Título.

hb/iel

Título em inglês: Corporate Social Responsibility: how this discourse makes sense, where and how it works

Palavras-chaves em inglês (Keywords): Social responsibility of business; Subject; State; Corporations; Discourse analysis.

Área de concentração: Linguística.

Titulação: Mestre em Linguística.

Banca examinadora: Profa. Dra. Suzy Maria Lagazzi (orientadora), Profa. Dra. Cristiane Pereira Dias e Profa. Dra. Vanise Gomes de Medeiros. Suplentes: Profa. Dra. Carolina Maria Rodríguez Zuccolillo e Prof. Dr. Lauro José Siqueira Baldini.

Data da defesa: 25/02/2010.

Programa de Pós-Graduação: Programa de Pós-Graduação em Linguística.

BANCA EXAMINADORA:

Suzy Maria Lagazzi

Suzy Maria Lagazzi

Cristiane Pereira Dias

Cristiane Pereira Dias

Vanise Gomes de Medeiros

Vanise Gomes de Medeiros

Carolina Maria Rodríguez Zuccolillo

Lauro José Siqueira Baldini

À minha família por me manter nos eixos.

A Cidinha, Cidão e Cora pelo eixo vertical do sempre.

A João Pedro, pela atualização dos sentidos.

Muito amor!

AGRADECIMENTOS

À Professora Suzy Lagazzi, pelo carinho e suporte tão grandes e por acreditar em mim e me ajudar tanto nesta jornada.

A Daniela, Rafael e Bernardo Seabra, Larissa Andrade, Roberta Gregoli, Ruy “Otiba” e William Pereira por tudo e tanta coisa e tanto amor e tanto suporte de todos os tipos; amo vocês!

A Lou-Ann Kleppa, Mariana Cestari, Paulo José Vieira e Vagner da Silva pelas discussões políticas, acadêmicas, literárias, poéticas e pelo jogar conversa fora (tão importante!).

Às Professoras Carolina Rodriguez e Cristiane Dias pela leitura tão atenta e cuidadosa na qualificação, momento muito precioso para este trabalho.

À Professora Maria Virgínia Borges Amaral pelos livros e textos, pela atenção e tempo a mim disponibilizados.

A todo pessoal da Central Única dos Trabalhadores (CUT), em especial, Kjeld Jakobsen, João Vaccari Neto, Saskia Pulleman e Silvia Portela por todo carinho e aprendizado durante o tempo em que estive com eles.

A José Drummond, com muito carinho, pela disponibilidade, pelas informações e pelo “super” aprendizado.

Às Professoras Vanise Medeiros e Cristiane Dias por aceitarem estar comigo em minha defesa e por suas valiosas arguições.

Ao Instituto de Estudos da Linguagem, onde tive a oportunidade de dar um importante rumo ao crescimento científico e profissional.

“Responsabilidade s.f 1 obrigação de responder pelas ações próprias ou dos outros 2 caráter ou estado do que é responsável 3 JUR dever jurídico resultante da violação de determinado direito (...) . r. civil do Estado JUR responsabilidade do Estado pelo dano causado por seus agentes a particulares . r. contratual JUR obrigação de se cumprir um contrato . r. criminal JUR responsabilidade decorrente da prática de um crime por determinada pessoa, que permite que o Estado após a persecução criminal e o devido processo, aplique uma pena ao infrator (...) r. funcional JUR responsabilidade em razão e exercício de certa função (...) r. legal JUR responsabilidade estabelecida em dispositivo legal (...)” (HOUAISS, Antonio; VILLAR, M. S., 2001)

RESUMO

O objetivo deste trabalho é analisar o discurso da e sobre a responsabilidade social corporativa, tendo como base a perspectiva materialista. Esta análise levará em conta o fato de que, dentro da sociedade neoliberal contemporânea, pautada por uma organização socioeconômica de competição, recentemente globalizada, os sujeitos são interpelados, constantemente, por determinados padrões de comportamento que justificam, mantêm e representam a ideologia capitalista dominante. Esses padrões de comportamento se manifestam no discurso midiático e propagandístico que se origina em instituições governamentais e privadas, sendo a responsabilidade social uma constante nesses discursos. O estudo observou os sentidos que a expressão 'responsabilidade social corporativa' produz, nos diferentes materiais e situações discursivas em que circula, apontando especialmente para questões relativas a mudanças nas condições de produção e da formação social capitalista, para os lugares sociais dos sujeitos e instituições que falam de responsabilidade social corporativa e ao funcionamento da ideologia nesses mesmos discursos. Todas as definições dadas à expressão reafirmam alguns pontos bastante significativos, que dizem respeito às políticas sociais do Estado neoliberal e ao papel que esse Estado deve desempenhar na sociedade, assim como ao papel social das grandes corporações comerciais e à sua natureza. No que concerne aos sentidos da responsabilidade social corporativa na ordem neoliberal, o estudo leva à compreensão de que eles se ancoram em uma forma de relação entre as instituições governamentais, comerciais e as pessoas que não se explica apenas por relações jurídicas.

Palavras chave: responsabilidade social corporativa, sujeito, Estado, corporação, análise do discurso

ABSTRACT

This study's aim is to analyze the discourse of corporate social responsibility, from the materialist perspective. The analysis will take into account the fact that in the recently globalised, contemporary neoliberal society, which is guided by a socioeconomic organization of competition, subjects are constantly faced with certain patterns of behavior, which justify, sustain and represent the dominant capitalist ideology. Such patterns of behavior are manifested in the mediatic and propaganda discourse, which has its origins in governmental and private institutions, having social responsibility as a constant. The study observes the meanings produced by the expression 'corporate social responsibility' in the various materials and discursive situations in which it circulates. It focuses on issues regarding changes in production conditions and in the capitalist social formation; it also focuses on the social position of subjects and institutions that refer to corporate social responsibility, and on the functioning of the ideology behind such discourses. All definitions given to the expression reaffirm certain significant points, which are related to social policies of the neoliberal State, and the role of the State in society, as well as the role of large commercial corporations and their nature. In regard to the meanings associated with corporate social responsibility in a neoliberal order, the study concludes that they are anchored in a relationship between people, governmental and commercial institutions, which are not explained by juridical relations alone.

Key words: Social responsibility of business, subject, State, corporations, discourse analysis

Sumário

Uma questão de responsabilidade	17
1 Quadro Teórico de Referência	21
1.1 Da Teoria Materialista do Discurso	21
1.1.1 As condições de produção.....	22
1.1.2 Ideologia, formação ideológica, forma-sujeito histórica e formação discursiva.....	25
2 O lugar da responsabilidade social corporativa: algumas observações sócio-históricas sobre do discurso da Responsabilidade Social Corporativa.....	33
2.1 O Estado, o neoliberalismo e a globalização.....	35
2.2 A corporação, a mídia e a rede.....	42
2.3 Padrões de comportamento	50
2.4 Algumas considerações antes de prosseguir	54
3 Análise.....	57
3.1 Dispositivo e procedimentos analíticos:.....	57
3.2 Corpus e recorte:	59
3.3 A responsabilidade social corporativa na rede: a Internet como espaço de divulgação da ação social empresarial e a organização dos trabalhadores em redes internacionais	60
3.3.1 Considerações sobre a primeira análise:	73
3.4 A responsabilidade social em revista	76
3.4.1 Sobre as condições de produção específicas da entrevista:.....	76
3.4.2 A pergunta feita pelo Instituto Observatório Social	76
3.4.3 Análise das respostas:.....	77
3.5 Entrevista realizada para esta pesquisa:	85
3.5.2 Análise das respostas.....	86
3.5.2 Observações gerais sobre a entrevista.....	91
3.6 Definições do Instituto Ethos e o Relatório de Sustentabilidade da Unilever: a institucionalização de entidades não governamentais no contexto de descentralização do Estado.	93
3.7 A resposta de uma grande empresa: sobre o silêncio, o óbvio e o não dito.	95
3.8 Recortes de um relatório de sustentabilidade:	97

4 Algumas considerações: o lugar, o sentido e o funcionamento.....	101
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	107
Anexos.....	113

Uma questão de responsabilidade

A responsabilidade é uma questão chave para uma sociedade que se organiza sob instâncias jurídicas: as pessoas devem responder por seus atos, seus dizeres, elas devem, da mesma maneira, ter seus direitos respeitados e respeitar o direito do outro. Isso faz da responsabilidade o fator limitador da chamada liberdade dos sujeitos em um Estado capitalista e democrático, fator esse apenas possível, segundo Haroche (1992, p. 30), pela individualização e determinação do sujeito de direito.

O surgimento embrionário do sujeito de direito do capitalismo data do fim da Idade Média, século X ao XIII, com o enfraquecimento da Igreja e aumento das atividades comerciais rudimentares (LAGAZZI 1988, p.19), contudo, é a partir da revolução burguesa de 1789 que o Direito passa a organizar a “nova divisão da sociedade” (PÊCHEUX 1990, p. 11). Essa relação bem sucedida com o Estado burguês se consolidou pela “estratégia das diferenças sob a unidade” (PÊCHEUX *ibidem*, p. 11), ou seja, a noção de igualdade perante a lei. Mesmo com essa igualdade perante a lei e o Estado, para que o sujeito seja responsável pelos seus atos, é necessário que ele seja identificável, e não só pelo Estado, mas que ele se identifique a si mesmo como único e origem dos seus atos (HAROCHE *ibidem*, loc. cit.). Assim, como estabelecida inicialmente pelo processo que culminou na organização social capitalista, a responsabilidade é uma questão individual, ou seja, dos indivíduos na relação com o Estado.

As grandes corporações têm, atualmente, uma importância e presença tão abrangente e forte como teve a Igreja em determinados momentos e acontecimentos históricos (BAKAN, 2004), na Idade Média, por exemplo. O que vem acontecendo, nos últimos vinte anos, na sociedade neoliberal globalizada, é que a questão da responsabilidade vem movimentando não só essa relação do sujeito de direito com o Estado de direito, como outras relações, em especial as relações sociais e políticas das grandes empresas com a sociedade. Os discursos empresariais fazem parte do nosso cotidiano, sendo a Responsabilidade Social Corporativa ou Empresarial uma das questões mais recorrentes

nesses discursos. O discurso sobre e da Responsabilidade Social Corporativa ou Empresarial é o objeto de nosso estudo.

O interesse desta pesquisa nesse discurso está justamente na personificação desses grandes organismos comerciais, o que se reflete pelo discurso sobre sua responsabilidade social, assim como nos possíveis motivos que possibilitaram um discurso relacionado ao meio empresarial ganhar, no final do século passado, tal importância e capacidade de circulação. Pretendemos tratar dessas questões à luz da análise materialista do discurso, um dispositivo teórico-analítico que entremeia a Linguística, o Materialismo Histórico e a Psicanálise e que se propõe a observar o todo do processo discursivo.

Há alguns anos, durante um seminário do Instituto Observatório Social sobre Responsabilidade Social Corporativa (RSC), um sindicalista pediu a palavra e afirmou o seguinte: “a empresa fala em responsabilidade social, agora, precisa ver, de qual responsabilidade social ela está falando?”. Naquele momento, a pergunta do sindicalista nos chamou para a reflexão a respeito das possíveis interpretações e sentidos do discurso da responsabilidade social corporativa. A nossa principal reflexão se guiou pelas seguintes perguntas: se existe a possibilidade de se interpretar ‘responsabilidade social corporativa’ de diferentes maneiras, se a expressão pode derivar para diversos sentidos, isso significa necessariamente que falamos de mais de uma ‘responsabilidade social corporativa’? Essa primeira pergunta é da ordem do sentido e do funcionamento. Já a segunda pergunta trata das posições-sujeito, formações discursivas e lugares sociais: o que tornou possível ao sindicalista afirmar, de sua posição naquele momento, que se trata de mais de uma responsabilidade social?

De acordo com o que, em Análise do Discurso, chamamos de formação discursiva, pode acontecer de termos idênticos carregarem sentidos diferentes para as diferentes formações discursivas. Por exemplo, quando um membro do Movimento Sem Terra e um latifundiário empregam o termo ‘terra’, há grande chance de que não se trate da mesma coisa (ORLANDI 2005, p.45). Também a expressão responsabilidade social corporativa (empresarial) parece ter sentidos diversos, nos discursos corporativos, nos discursos governamentais, nos discursos produzidos por sindicalistas e pela sociedade civil. Contudo, é necessário levar em consideração que, atualmente, mesmo existindo várias definições

para “responsabilidade social corporativa”, essas definições se encontram em alguns pontos comuns, que dizem respeito ao funcionamento discursivo específico desse discurso.

Nosso trabalho pretende lidar com essas questões levando em consideração fatores como quem fala de responsabilidade social corporativa, quando e como o faz e de onde o faz. Isso porque a produção e a interpretação de um discurso trazem todo um processo discursivo que envolve o sujeito na história: não é possível se significar, ser sujeito, sem se submeter à língua, língua essa que não nos deixa escapar de seu aspecto político e ideológico. É por isso também que nosso instrumento teórico é a análise do discurso, que, como colocado por Orlandi (2002, p.63), constitui-se:

(...) uma forma de conhecimento de entremeio que, justamente, põe em questão as maneiras de ler, propõe a crítica às evidências, expõe o olhar do leitor à opacidade do texto e que assim produz um modo de relação com a interpretação que, como diz Pêcheux, é uma questão de política. É uma questão de responsabilidade (ORLANDI, 2002a, p. 63).

1 Quadro Teórico de Referência

1.1 Da Teoria Materialista do Discurso

A teoria materialista do discurso de Pêcheux propunha, em 1969, um instrumento científico para as ciências sociais, que como vistas por Pêcheux, consistiam em técnicas com forte ligação com a prática política e com as ideologias desenvolvidas nessa prática, nesse momento. Para Pêcheux, o instrumento da prática política é o discurso. Assim sendo, um instrumento que se dispusesse a tratar do discurso precisava tratar, necessariamente, do sujeito e da ideologia, mais especificamente, da existência material da ideologia nos discursos, assim como da determinação do sujeito pela ideologia (HENRY, 1993).

Reafirmando a questão do entremeio na Análise do Discurso, retomamos Orlandi (2005, p. 19), que nos conta que essa disciplina, na sua perspectiva materialista, teve na reflexão de Michel Pêcheux seu principal ponto de sustentação, constituindo-se a partir de três filiações teóricas importantes do século XX: a linguística, o marxismo e a psicanálise. Assim, a análise do discurso francesa materialista vai tratar da forma material, que segundo Orlandi (ibidem, p.19), é “vista como acontecimento do significante (língua) em um sujeito afetado pela história”. A partir das contribuições dessas três filiações, temos que para a AD, ainda segundo Orlandi (ibidem, p.19):

- a. A língua tem sua ordem própria, mas só é relativamente autônoma (distinguindo-se da linguística, ela reintroduz a noção de sujeito e de situação na análise da linguagem);
- b. A história tem seu real afetado pelo simbólico (os fatos reclamam sentidos);
- c. O sujeito de linguagem é descentrado pois é afetado pelo real da língua e também pelo real da história, não tendo controle sobre o modo como elas o afetam.

As abordagens mais recentes, como a de Orlandi (ibidem, p. 15), tratam o discurso como um processo, um percurso, um movimento. E o processo de produção do discurso tem, segundo a autora (2008, p.9), três momentos importantes: a constituição, “a partir da memória do dizer, fazendo intervir o contexto histórico-ideológico mais amplo”; a formulação, “em condições de produção e circunstâncias específicas da enunciação” e, finalmente, a circulação “que se dá em certa conjuntura e seguindo certas condições”.

Com isso, para uma análise do discurso sobre e da Responsabilidade Social Corporativa, é necessário olhar para o contexto histórico em que esse discurso se dá e

também para a memória dos dizeres e sua circulação. Para tanto, trabalharemos com alguns conceitos teóricos que serão relevantes nesse nosso percurso.

1.1.1 As condições de produção

Para tratarmos das condições de produção, precisamos retomar a definição de Pêcheux (1988 e 1992) e alguns conceitos nos quais essa definição se baseia. Para Pêcheux (1992, p. 82-94), o emissor e o destinatário de um discurso ocupam lugares determinados em uma formação social. Segundo Platkovsky e Titarenko (1958), o conceito de **formação social (FS)** é essencial na ciência marxista-leninista sobre a sociedade. A formação econômica social se define por um modo de produção historicamente determinado e engloba as forças e relações de produção, assim como concepções políticas, jurídicas, religiosas, artísticas e filosóficas, e as instituições da sociedade representativas dessas concepções.

No entanto, os lugares que emissor e destinatário ocupam na formação social não são postos de maneira clara no processo discursivo. Eles estão aí representados, ou seja, constituem-se **formações imaginárias** que o emissor e o destinatário atribuem um ao outro e a si mesmos. Essas formações imaginárias determinam o que pode ser dito e o que não, determinam a circulação dos sentidos, estabelecendo **processos de antecipação** na relação do dizer (PÊCHEUX 1993, p. 82). Nesse momento inicial, a tarefa da análise do discurso, como propunha Michel Pêcheux (1993, p.87), era compreender a ligação entre as relações exteriores ao discurso e as relações de sentido na situação discursiva, dando visibilidade às “variações de dominância” (quem fala, com que fala, onde e por que pode falar assim com que fala – referentes aos lugares do destinatário e emissor na FS), de forma a perceber relações que não se mostram claramente na superfície opaca do discurso.

Na perspectiva teórica materialista não se fala em exterioridade do discurso (ORLANDI 2005, p.30), assim, as formações imaginárias – que definem a projeção e a antecipação na relação de um sujeito com outros, no processo discursivo – são trabalhadas nas condições de produção. E não são consideradas como relações exteriores, mas sim constitutivas. As condições de produção do discurso compreendem os sujeitos, a situação e a memória discursiva. As condições de produção de um dado discurso são fundamentais para sua análise, porque os sentidos retomados/derivados/deslocados no processo

discursivo só são possíveis dentro daquelas condições de produção determinadas. O que significa dizer que as possibilidades de sentidos e as próprias representações imaginárias são resultado de um já-dito, que os estabeleceu e possibilita que as posições e sentidos sejam (re)tomados na situação discursiva.

A autora (ibidem, p. 30) continua esclarecendo que, no sentido mais estrito e imediato, as condições de produção seriam as circunstâncias da enunciação: quem diz, quando e onde. Ou seja, trata-se da situação em que o discurso se dá, como dito acima. No sentido mais amplo, as condições de produção compreendem a formação social, a ideologia e a história. As condições de produção no sentido mais amplo compreendem também a memória discursiva, uma memória pensada com relação ao discurso, que torna aquele discurso possível, porque o já-dito torna possível o que é dito em um determinado momento, não só por uma relação de acordo ou oposição, mas, também por contradição e continuidade.

Segundo Courtine (1984) apud Orlandi (Ibidem, p. 32), a **memória discursiva**, ou **Interdiscurso**, funciona como um eixo vertical, o eixo da constituição, em que estão o já-dito e os dizeres esquecidos. Orlandi (ibidem, p.32) situa, nesse eixo, os esquecimentos do sujeito – que são de grande importância teórica na AD, no que concerne à determinação do sujeito pela língua e à história. Para Pêcheux (1988, p.173) os esquecimentos são dois: no segundo, o sujeito acredita que pode dizer o que quiser, enquanto, na verdade, o que pode ser dito é determinado (voltaremos a isso a seguir). O primeiro, segundo Pêcheux (ibidem, p 173), “dá conta do fato de que o sujeito falante não pode, por definição, se encontrar no exterior da formação discursiva que o domina”¹.

Segundo Orlandi (2005, p. 35), o esquecimento número dois é da ordem da enunciação e cria a impressão de realidade de pensamento, estabelece uma relação natural entre palavra e objeto, o sentido literal. No entanto, esse esquecimento é semiconsciente, os sujeitos retornam a ele para melhor se explicar. Por sua vez, o esquecimento de número um “é da instância do inconsciente e resulta do modo como somos afetados pela Ideologia”. Por esse esquecimento temos a ilusão de ser a origem do que dissermos quando, na realidade, retomamos sentidos pré-existentes.

¹ Trataremos da formação discursiva, especificamente, a seguir.

Por sua vez, o momento mesmo da formulação seria um eixo horizontal, o **Intradiscurso**. A formulação é o momento que o sujeito diz o que diz, é o lugar em que a contradição constitutiva do sujeito (ser determinado e acreditar não sê-lo) se realiza (ORLANDI 2008, p.10). É na confluência desses dois eixos, o Interdiscurso (eixo da constituição, da memória) e o Intradiscurso (eixo da atualização do dizer e da formulação) que está a possibilidade dos dizeres e dos sentidos: a possibilidade do sujeito se significar (ORLANDI 2008, p.11).

Essa concepção teórica da determinação histórica e ideológica do sujeito, pelo simbólico, é o que possibilita que a AD descentralize o sujeito e se concentre no processo discursivo, que é ao mesmo tempo “estrutura e acontecimento do significante (língua) em um sujeito determinado pela história” (ORLANDI 2005, p.19).

A questão do sujeito, para a análise do discurso, pode ser resumida da seguinte maneira: um determinado sujeito ocupa uma **posição** (não se trata de considerar sua subjetividade, mas sim o lugar de onde ele fala) em sua formação social, nela esse sujeito está interpelado (o indivíduo é interpelado em sujeito) pela ideologia e pela língua – o que determina necessariamente o que ele pode dizer. Esse sujeito descentralizado e determinado é chamado, na AD, considerando especialmente a relação com a formação social (relação na história), de **forma-sujeito histórica** (ORLANDI 2005, p. 49-52).

A relação entre o sujeito e as condições de produção é estabelecida no imaginário, e como colocado por Orlandi (2005, p.40), as condições de produção compreendem o que é material (a língua na história), o que institucional (relativo à formação social) e o mecanismo imaginário. Nesse mecanismo, os sujeitos criam imagens de si mesmos, assim como do que estão falando, em um contexto histórico e social específico. A autora coloca que (ibidem, p.40) o “jogo imaginário preside a troca de palavras” e fica mais complexo se levamos em conta o fato de que os sujeitos antecipam as imagens de si mesmos e do que se fala do outro: mecanismo de antecipação. Segundo Orlandi (ibidem, p.41), “é assim que as condições de produção estão presentes no processo de identificação do sujeito trabalhados

no discurso. E as identidades resultam desses processos de identificação, em que o imaginário tem sua eficácia”².

O conceito de condições de produção e o conceito de forma-sujeito, como estabelecidos por Pêcheux (PÊCHEUX 1988 e 1993), basearam-se em grande parte na leitura de Althusser sobre alguns aspectos da teoria de Marx, em especial aqueles sobre reprodução das condições de produção e ideologia. Dentre o que foi estabelecido por Althusser, vamos destacar os aspectos que são importantes para as condições de produção específicas do discurso da responsabilidade social.

1.1.2 Ideologia, formação ideológica, forma-sujeito histórica e formação discursiva

Ao tratar das relações de produção³ do sistema capitalista e sua reprodução, Althusser (1985, p.73) afirma que a reprodução das relações de produção é possível, em grande parte, pelo exercício do poder do Estado e seus aparelhos repressivos e ideológicos. Estes últimos são responsáveis por manter a ordem estabelecida através da Ideologia, aqui entendida como Althusser (ibidem, p. 85-96) mesmo a definiu, Ideologia em geral e não ideologias específicas. Pêcheux (1988 p.152) esclarece que a “Ideologia em geral” permite pensar o homem como animal ideológico. O autor retoma Spinoza e diz que a Ideologia faz parte do natural humano. O que consiste em outro ponto importante sobre a determinação do sujeito: os sujeitos não escolhem a Ideologia, são determinados por ela, constituídos nela. Para melhor situarmos essa questão, vamos trabalhar com as três teses da “Teoria da Ideologia em Geral” de Althusser (1958, p.85).

A primeira tese a ser defendida por Althusser (1985, p.85) é que “A Ideologia é uma ‘representação’ da relação imaginária dos indivíduos com suas condições reais de existência”. É importante frisar que não é o “seu mundo real e nem suas condições reais de existência que os ‘homens’ ‘se representam’ na ideologia, o que é nelas representado é, antes de mais nada, a sua relação com as suas condições reais de existência”. O que Althusser (ibidem, p.85) chama de “deformação necessariamente imaginária” da realidade é

² Os processos de identificação serão tratados no próximo subtítulo.

³ Segundo Platkovsky e Titarenko (1958): “As relações de produção são as relações econômicas entre os homens que têm por base determinadas formas de propriedade dos meios de produção. O conjunto de determinadas relações de produção que correspondem a determinado nível de desenvolvimento das forças produtivas forma a estrutura econômica da sociedade”. O dispositivo analítico proposto pela A.D. trata das condições de produção não as restringindo às relações econômicas.

chamado, na AD, de relações imaginárias dos sujeitos com as condições de produção na formação social. Outro ponto importante é que, no que diz respeito à representação de relações imaginárias, a ideologia não está no campo das ideias. Vamos nos aprofundar nos “efeitos” dessa relação mais adiante.

Antes disso, traremos da continuação da teoria de Althusser (1985, p.88), que se opõe justamente à existência ideal ou espiritual da ideologia: “A ideologia tem uma existência material”. Segundo Althusser (ibidem, p.91) a existência material da ideologia se dá por meio de práticas. A ideologia existe, materialmente, nas práticas do que o autor chama de Aparelhos Ideológicos do Estado e nas práticas dos sujeitos, em uma formação social. Sobre as práticas ideológicas do sujeito, o autor estabelece o seguinte: “a existência das ideias de sua crença é material, pois suas ideias são seus atos materiais inseridos em práticas materiais, eles mesmos definidos pelo aparelho ideológico de onde provêm as ideias do dito sujeito”.

No caso dos Aparelhos Ideológicos do Estado, essas práticas são reguladas por rituais relacionados ao funcionamento específico desses aparelhos ideológicos. Segundo Althusser (1985, p.69), os Aparelhos Ideológicos do Estado (AIE) são instituições que, por meio de práticas e rituais, materializam a ideologia dominante em uma dada formação social, possibilitando assim a reprodução das condições de produção, de forma a manter a ordem e as determinações dessa mesma formação.

Pêcheux (1988, p.145) acrescenta, a essa caracterização, que os aparelhos ideológicos não agem de maneira uniforme em uma dada formação social, tanto interna quanto externamente⁴. Isso significa que a contribuição de todos os AIE para a manutenção / transformação de uma formação social, se diferencia devido ao que Pêcheux (ibidem, p.145) denomina “propriedades regionais”. Essas propriedades são de ordem interna dos aparelhos e definem a especialidade daquele aparelho (por exemplo, a escola está para o conhecimento, a igreja para a religião, etc.), ou seja, os aparelhos funcionam de forma distinta por terem funções diferentes. E, da mesma forma, a ação dos AIE difere também em relação à formação social, e.g., a importância da igreja em uma formação medieval é diferente da importância da igreja em uma formação capitalista, o que determina o

⁴ Interno e externo relacionados ao aparelho em si.

funcionamento do aparelho externamente. Esse funcionamento dos AIE é, segundo Pêcheux (ibidem, p. 146), o que determina as formações ideológicas.

Pêcheux (ibidem, p. 146) delimita **formação ideológica** da seguinte maneira: “em sua materialidade concreta, a instância ideológica existe sob a forma de *formações ideológicas* (referidas aos aparelhos ideológicos de Estado)”. Assim, a formação ideológica comporta o caráter regional do aparelho em questão e, ao mesmo tempo, comporta o caráter relativo à formação social. Ou seja, a formação ideológica é existência material da ideologia, levando-se em conta a que se destina e para que(m) serve um aparelho ideológico.

A terceira tese de Althusser (ibidem, p.93) estabelece que “A Ideologia interpela os indivíduos em sujeitos”. Esse preceito foi desenvolvido por Pêcheux (1988, p.148) em seu trabalho sobre o discurso científico e é importante porque define que não existe sujeito sem ideologia e que a ideologia não existe senão para e pelos sujeitos. Dessa maneira, como nada é externo à Ideologia, a evidência do sujeito e o sentido literal não passam de efeitos desse processo complexo e contraditório de interpelação.

Segundo Althusser (1985), a interpelação ideológica produz determinadas evidências, dentre elas estão a (auto-)identificação do sujeito (“evidência elementar”) e o fato de uma palavra designar alguma coisa. Esse “tecido de evidências” (PÊCHEUX, 1988, p. 153) mascara e dissimula a própria existência da Ideologia no processo de interpelação.

A partir disso, Pêcheux (ibidem, p.156) estabelece que essa evidência de sentidos e a evidência própria do sujeito não escapam ao simbólico, nessa interpelação/identificação existe o “processo do significante”. Assim, a identidade de um sujeito passa pelo jogo estabelecido em uma cadeia de significantes, que representam aquele sujeito, acontecimento ou coisa para outro sujeito. Orlandi (2008 p. 22) caracteriza o funcionamento simbólico da Ideologia da seguinte maneira: “A ideologia se caracteriza assim pela fixação de um conteúdo, pela impressão do sentido literal, pelo apagamento da materialidade da linguagem e da história, pela estruturação ideológica da subjetividade”.

Pêcheux (ibidem, p.157), ao tratar das evidências de sentido no discurso científico, chama a atenção para a importância e a necessidade de se criar uma teoria materialista do discurso, que descentralize o sujeito como origem de si mesmo e dos sentidos, de forma a

expor os efeitos ideológicos que estabelecem determinadas evidências de sentido, como os de literalidade e de relação direta e transparente com o real.

Essa descentralização do sujeito leva em conta o que Orlandi (2008, p. 22) chama, na citação acima, de “estruturação ideológica da subjetividade” e passa, necessariamente, pela definição de **forma-sujeito histórica**. Isso porque, na medida em que a “análise do discurso trabalha o efeito ideológico, ela toma posição face a um conjunto de questões colocadas em relação à significação e à história”, e à forma de existência histórica do indivíduo, agente de uma prática social, como definida por Althusser (HENRY 1993, p.30). Pêcheux (1988) se propôs a um exame das características discursivas dessa forma-sujeito (sujeito do discurso), e esse exame trouxe conceitos essenciais para a teoria materialista do discurso, dentre eles formação discursiva, esquecimento e identificação, dos quais vamos tratar a seguir.

Pêcheux (1988, p.161) estabelece como **formação discursiva** a determinante do que pode e deve ser dito em uma formação ideológica a partir de uma determinada posição. Trata-se, aqui, de uma relação com e pelo simbólico, que se dá na linguagem: “Os indivíduos são “interpelados” em sujeitos-falantes (em sujeitos de seu discurso) pelas formações discursivas que representam “na linguagem” as formações ideológicas que lhes são correspondentes”. Assim, essa interpelação do indivíduo em sujeito do discurso acontece por meio da identificação do sujeito com a formação discursiva que o domina e onde ele se constitui. Disso resulta, graças às evidências produzidas no processo e já tratadas anteriormente, que o sujeito esquece, primeiro, que é determinado e, segundo, daquilo que o determina (PÊCHEUX, 1988 p.163). O sujeito tem, então, a representação imaginária de si mesmo como completo, único e, também, livre para dizer o que quiser.

Orlandi (2005, p.43) explica a relação entre formação discursiva e ideológica: “A formação discursiva se define como aquilo que numa formação ideológica dada – ou seja, a partir de uma posição dada em uma conjuntura sócio-histórica dada – determina o que pode e deve ser dito”. A autora (ibidem, p. 43) segue, expondo o que essa relação implica no processo discursivo. Ela pontua que, primeiramente, os sentidos são possíveis em um discurso, somente porque o que é dito “se inscreve em uma formação discursiva” e não em outra, assim, “as palavras não têm sentidos nelas mesmas, elas derivam sentidos das

formações discursivas em que se inscrevem”. Da mesma maneira, os diferentes sentidos de uma palavra no funcionamento do discurso podem ser explicados também pela formação discursiva, “já que palavras iguais podem significar diferentemente porque se inscrevem em formações discursivas diferentes”.

Portanto, o funcionamento do discurso, como estabelecido pela Análise do Discurso Francesa, os dizeres, os sujeitos e os sentidos são determinados pela malha complexa do processo discursivo. A questão da determinação do sujeito é especialmente importante porque a própria constituição dele (interpelação ideológica) se dá pela língua, na história. O processo e o funcionamento discursivo são importantes para o que nos propomos - a análise do discurso sobre e da Responsabilidade Social Corporativa (RSC) -, pois os sentidos que derivam desse discurso são determinados por aspectos específicos da nossa forma-sujeito histórica do neoliberalismo. Essa forma sujeito-histórica é afetada pelo que Orlandi (2009, p.7) chamou de “formação ideológica capitalista dominante que se pratica através de inúmeras formações discursivas que formam um complexo” e os discursos relacionados a esse complexo funcionam de acordo com as condições de produção, na constituição, na formulação, na circulação e no imaginário da forma sujeito-histórica.

Por esse percurso teórico, Pêcheux estabeleceu a ideologia como uma prática simbólica que produz evidências de sentido (PÊCHEUX, 1988). A partir desse quadro teórico de conceitos estabelecidos pela Teoria Materialista do Discurso, a Análise do Discurso se propõe ao exame de funcionamentos discursivos levando em consideração que não há neutralidade de sentidos, sujeitos ou de situação. Durante uma análise, é necessário buscar e determinar o que um discurso apaga e afirma sob a pretensa transparência da língua e dos sentidos e como essa relação se dá na história (ORLANDI, 2005).

Para a AD, importa também o fato de que essa prática simbólica da Ideologia acontece por meio de uma cadeia significativa falha, nas práticas e rituais ideológicos, e como estabeleceu Pêcheux, “não existe ritual sem falha” (PÊCHEUX 1990, p.17). Essas práticas e rituais se destinam à reprodução das condições de produção. No entanto, porque a materialidade dos rituais ideológicos de reprodução dessas condições é falha, existe a possibilidade de reformulação, a possibilidade de transformação/resistência.

Gostaríamos de trazer um exemplo dos efeitos ideológicos nas evidências de sentido e no imaginário de uma forma-sujeito histórica com o filme *A Vila*, de 2003, do diretor indiano M. Night Shyamalan, especialmente no concerne ao funcionamento dos aparelhos ideológicos e dos efeitos que eles fazem funcionar/circular. No filme, há um grupo de pessoas que vivem em uma vila, aparentemente do século XVIII, que vive cercado por uma floresta. Essa floresta é habitada por monstros devoradores de carne. A vila vive em paz porque existe uma espécie de acordo entre as criaturas da floresta e os habitantes da vila: as criaturas não entram na vila, os habitantes da vila não entram na floresta. Os jovens e crianças da vila aprendem a respeitar os monstros da floresta e a, conseqüentemente, nunca deixar a vila. O que é mostrado ao espectador durante o filme é que a vila é uma farsa, ela foi construída em uma grande reserva florestal, no fim do século XX, por um grupo de pessoas que sofreu alguma espécie de violência na cidade grande. Os monstros são criações dos anciãos criadores da vila (que chegam até a se vestir como monstros e esquarterar animais) para evitar que os jovens se aventurem na floresta e, conseqüentemente, fora da vila⁵.

Do ponto de vista discursivo, parece-nos muito interessante o fato de que os habitantes se referem aos monstros como “those we don’t speak of” (aqueles de quem não falamos). Nosso objetivo ao trazer esse exemplo é observar que toda forma-sujeito histórica tem seus monstros na floresta. Da mesma forma que um habitante da vila não pode existir fora dela, não pode falar do que há fora dela (só existe a possibilidade de sentido e existência dentro da vila), a forma-sujeito histórica do neoliberalismo também não pode ocupar determinadas posições e, conseqüentemente, não pode falar de determinadas coisas, porque há lugares em que o sujeito não faria sentido, lugares do sem sentido, ao mesmo tempo em que há todo um imaginário das relações estabelecido pelos efeitos ideológicos, mantidos e postos em circulação nas relações imaginárias por aparelhos ideológicos. No caso da vila, temos a escola. Neste trabalho, pretendemos refletir sobre quais seriam os aparelhos ideológicos do Estado neoliberal.

⁵ Sobre o filme *A Vila* e a filosofia de Nietzsche ver SILVA, V. . O Sujeito na Vila: vontade de poder e ressentimento. In: Silvio Gallo; Alfredo Veiga-Neto. (Org.). Fundamentalismo e Educação. Belo Horizonte: Autêntica, 2009, v. , p. 107-130.

Esses pontos e referências teóricas são importantes para a análise que nos propomos aqui, porque consideramos as grandes corporações como Aparelhos Ideológicos do Estado neoliberal. Assim, é preciso, de forma a analisar o discurso da Responsabilidade Social Corporativa (RSC), compreender qual é o conjunto de contradições e efeitos de evidência e sentido que permeiam os discursos vindos dos sujeitos nas formações discursivas e ideológicas relacionadas a esses aparelhos.

2 O lugar da responsabilidade social corporativa: algumas observações sócio-históricas sobre do discurso da Responsabilidade Social Corporativa

O objetivo de se estabelecer o lugar da RSC, tendo em vista que nos propomos a realizar uma análise materialista das formulações em que a expressão ‘responsabilidade social’ funciona, é pensar a confluência dos dois eixos intra e interdiscurso nos espaços e situações de circulação desse discurso. A historicidade, como define Orlandi (2002 p. 51), é “o modo como a língua se inscreve na história para significar” e não necessariamente implica em uma observação cronológica de eventos e conteúdos. Assim, pretendemos historicizar o discurso da RSC, ou seja, além de refletir sobre quando se fala em RSC, traremos também uma reflexão sobre onde, como e quem diz, e o que já foi dito sobre a responsabilidade social corporativa. Esse conjunto de fatores – quando se diz, quem diz, de onde e como se diz e o que já foi dito – constitui a própria confluência desses dois eixos e a possibilidade de sentidos dos dizeres.

Haroche (1992) estabelece, historicamente, as diferenças na determinação e interpelação do sujeito sob a ideologia religiosa e jurídica. Segundo a autora (ibidem), o sujeito jurídico e o sujeito religioso se constituem de maneira distinta, já que a interpelação desses sujeitos acontece em diferentes momentos, sob diferentes ideologias dominantes. Isso é importante em uma análise materialista, porque os discursos, em sua materialidade, apresentam traços que apontam para a ideologia que determina o sujeito (PÊCHEUX, 1988). Consequentemente, os discursos de uma formação social, em determinado momento histórico, fazem funcionar sentidos específicos que têm relação com a ideologia dominante nessa mesma formação.

Portanto, a ‘responsabilidade social corporativa’ não faria sentido ou, pelo menos, não produziria os mesmo sentidos em outro momento, em outro lugar e para outros sujeitos. Uma análise materialista deve se concentrar, de acordo com o estabelecido por Orlandi (2005), não no sentido real, mas no real do sentido. E o real do sentido é sua existência material na língua e na história, por isso vimos a necessidade deste nosso trajeto e de passar por esses fatores (quando se diz, quem diz, de onde e como se diz e o que já foi dito).

Tendo em vista que, atualmente, o discurso da RSC tem grande parte da sua circulação na mídia e, na maioria das vezes, esse discurso parte de representantes de

grandes corporações, muito embora suas ocorrências não se limitem a isso, este capítulo se dividirá em três eixos, basicamente. Primeiro, o momento histórico da nossa formação social capitalista, em sua atualização/adaptação conhecida como neoliberalismo, levando em consideração os apontamentos de Foucault (2008) sobre o desenvolvimento histórico do capitalismo. Ainda sobre a organização socioeconômica, traremos uma breve reflexão sobre a globalização, de que muito já se falou, tendo em vista que esse processo, que Orlandi (2009, p.7) chama de mundialização⁶, está presente em vários discursos atualmente. Dentre eles, a autora (ibidem) chama a atenção para o discurso do “multi” (multinacional, multiétnico, multilinguístico...) – que é essencial para compreender o funcionamento do corporativo na ‘responsabilidade social’, já que ‘Corporativo’, no discurso da ‘responsabilidade social corporativa’, diz respeito, na maioria das vezes, às empresas multinacionais.

Sobre a natureza dessas empresas trataremos no segundo eixo, em que trabalharemos também com o espaço de circulação do discurso das grandes corporações. Os discursos circulam em algum lugar e não sem motivo. Não é à toa que existe certo senso comum a respeito do contexto e do emprego das palavras. A expressão que estudamos tem grande circulação na mídia e na internet, e isso é fundamental para a compreensão das interpretações que se produzem. Tendo isso em vista, faremos breves reflexões sobre esses dois espaços de circulação. Para melhor observar o funcionamento do ciberespaço, trabalharemos com alguns fundamentos estabelecidos por Dias (2004) sobre o ciberespaço e a sua temporalidade e materialidade específicas. Sobre mídia, traremos parte da análise de Payer (2005) sobre os discursos relacionados ao mercado. Ao destacar o papel da mídia na discussão sobre o mercado, a autora (ibidem) afirma que o discurso produzido pela/na mídia também cria efeitos de evidência de sentido, evidência do real – esses efeitos ou evidências nos interessam porque dizem respeito de forma quase direta à maneira de se significar dos grandes organismos comerciais. No entanto, a mídia e a propaganda não funcionam apenas como instrumentos de mercado, são historicamente estabelecidas, e isso nos aponta Orlandi (2009a) em sua análise sobre a propaganda política. A presença do político na mídia será tratada de acordo com essa fala da autora (ibidem).

⁶ Orlandi (2009, p. 5) usa a nomenclatura de Laurent Carroué (2005).

Por último, traremos algumas reflexões sobre o senso comum e os padrões de comportamento, na forma sujeito histórica do capitalismo. Lagazzi (1988, p.90), em seu estudo sobre o discurso cotidiano, estabelece que as relações interpessoais se hierarquizam e organizam também por padrões de comportamento, esses padrões de comportamento marcados pelo senso comum – o efeito de literalidade de uma determinada época. Por sua vez, o senso comum se marca pela ideologia dominante na interpelação dos sujeitos. Assim sendo, para melhor situar o discurso da responsabilidade social corporativa, se faz necessário apontar alguns dos padrões de comportamento estabelecidos pelo senso comum de nossa época. Isso porque o referido comportamento empresarial socialmente responsável se baseia em padrões de comportamento que são os chamados de ‘politicamente corretos’, ‘éticos’, ‘sustentáveis’ e ‘cidadãos’.

O objetivo desse percurso que leva em conta a historicidade da materialidade discursiva é o que permite a observação do discurso em seu funcionamento, que como já dissemos, não é transparente. Assim, a análise não se direciona apenas pela forma, conteúdo ou situação e, sim, pelo processo discursivo que é material, (de)limitado e determinado pela língua e sua inscrição na história.

2.1 O Estado, o neoliberalismo e a globalização

Retomando o que foi estabelecido por Haroche (1992), existem diferenças na determinação e interpelação dos sujeitos de acordo com a ideologia dominante de um determinado momento histórico. Vivemos, ainda, em uma formação histórica predominantemente capitalista, em que quase tudo gira ao redor do capital, muito embora não vivamos mais no capitalismo clássico, compreendido pelo período delimitado por meados do século XIX ao início do século XX (FOUCAULT, 2008). A cada crise do sistema capitalista, para o desespero dos entusiastas da revolução, o sistema vem encontrando novas formas de adaptação e, conseqüentemente, de sobrevivência. Atualmente, assistimos à globalização econômica, à redução dos papéis dos Estados Nacionais (como estabelecidas em seu início), assim como à atribuição de outros papéis a esses mesmos Estados. Dessa forma, a ideologia dominante, que se manifesta nos discursos e que age na constituição dos sujeitos de nossa época, é diferente daquela do capitalismo

clássico, por exemplo. Não queremos dizer, com isso, que o capital deixou de ser o centro das preocupações (ou dos discursos) do mundo, queremos dizer, somente, que existem, agora, outras maneiras de se manter e produzir essas preocupações e discursos. Com isso, é interessante pensar quais são esses traços determinantes da ideologia dominante (vamos assumir que se trata da ideologia neoliberal) nos discursos, onde estão esses traços e para onde eles apontam, já que o nosso objeto de estudo (o discurso da RSC) é um discurso específico deste momento.

Sobre a configuração histórico-social, Lewkowicz et alii (2003), em seu texto sobre a subjetividade contemporânea, afirma que a lógica de mercado, hoje, substituiu a lógica do Estado Nacional. Segundo os autores (ibidem), na lógica do Estado Nacional, os sujeitos e a vida social eram regidos pelo poder do Estado e suas instituições e, hoje, as pessoas, a vida social e as instituições seriam regidas somente pelo mercado. Essa separação estanque entre as lógicas do Estado e do Mercado é redutora e não produtiva para uma análise da constituição dos modos de individualização do sujeito contemporâneo. Trazendo a questão para a perspectiva discursiva, podemos estabelecer um paralelo entre o que os autores chamam de lógica e o conceito de formação ideológica, e é justamente nesse ponto que uma separação estanque é problemática. Foi o processo que culminou na revolução burguesa de 1789 que estabeleceu, a princípio, o estado capitalista como o conhecemos. Desde aquele momento, em que se afirmou que as relações deviam se pautar pela liberdade, a igualdade e a fraternidade, sob a supervisão e regência de um estado de direito (PÊCHEUX, 1990), os objetivos e os ideais do Estado e da classe dominante burguesa (comercial) ficam imbricados e relacionados. Obviamente, a relação entre Estado e mercado não escapa, em especial em determinados momentos, da contradição. Contudo, essa alteração das condições de produção, no que diz respeito ao capitalismo em sua existência atual, não justifica estabelecer uma separação ou uma substituição da importância do Estado pelo mercado na constituição do modo de subjetivação contemporâneo. As observações do Grupo 12 (LEWKOWICZ et alii, 2003) são pertinentes no que concerne ao fato de o mercado se tornar cada vez mais poderoso e significativo na vida social. Entretanto, não acreditamos que o Estado Nacional – representado nos discursos pelo sujeito de direitos e

deveres e pela manutenção política da concorrência – tenha sido substituído, ou que esteja sequer próximo de seu fim.

No entanto, não se pode negar que houve uma mudança de alguma ordem nessa atuação estatal. Os Estados Nacionais existem, outro ponto que não é possível negar, contudo – em nossa organização contemporânea neoliberal – essa existência é percebida e sentida como não-existência. O Estado funciona onde não está (e já esteve anteriormente) e por isso esse consenso, esse sentimento coletivo de falta, de abandono. Sobre isso, Orlandi (2009) afirma que o estado funciona e significa justamente onde falta e falha. Para entender esse funcionamento do Estado onde ele não está, é necessário levar em consideração que o Estado neoliberal é um Estado para e pelo mercado (FOUCAULT, 2008).

Dissemos, anteriormente, que há um sentimento coletivo de mudança a respeito da atuação do Estado, que se manifesta pela falta. Existe, com a implementação das políticas neoliberais, uma “evidência de sentido” (PÊCHUEX) de que o Estado e o mercado estão em oposição ou separados, e isso se deve, muito provavelmente, às inúmeras discussões sobre a intervenção e não intervenção estatal na economia, que datam do início do século passado. Essa separação ou oposição pode ser explicada, também, porque, em sua origem, o Estado moderno funcionava e existia para si mesmo e somente em si mesmo. Havia, nesse momento inicial – século XVII e início do XVIII – uma preocupação de ordem mais interna de manutenção da soberania, que se justificava em discursos de proteção e manutenção dos impérios e seus súditos. Esse discurso de certa forma se mantém no percurso histórico de formação do Estado capitalista (por exemplo, é dever do Estado prover saúde e segurança aos cidadãos), no entanto, desde seu surgimento o Estado capitalista favorece o mercado (FOUCAULT, 2008), e o Estado neoliberal faz isso com algumas peculiaridades de que trataremos a seguir.

Esse sentimento coletivo de falta do Estado se justifica pela diferença, observada por Foucault (2008), entre o neoliberalismo e as existências anteriores do capitalismo. O neoliberalismo, para Foucault (ibidem, p.159), traz, em seu cerne, mais uma questão de possibilidade de moldar o Estado com base no liberalismo econômico do que um ressurgimento de teorias antigas em resposta a crises pela sobrevivência do capitalismo. Para Foucault (ibidem, p. 181), não se trata de estabelecer o espaço do mercado na

sociedade, mas sim “de relacionar, de referir, de projetar numa arte geral de governar os princípios formais de uma economia de mercado”. Até mesmo nas suas falhas, na sua falta, aliás em especial em sua falta, o Estado funciona pelo / para o capitalismo, o que Orlandi (2009, p.6) chama de “a pílula do desengajamento do Estado”.

De fato, no que concerne à relação com o mercado, a impressão que se tem é que o Estado está sempre falhando. Se o Estado intervém sobremaneira na vida socioeconômica, diz-se haver tirania, intervencionismo, protecionismo, por outro lado, se ele se afasta de determinadas questões, diz-se haver negligência. De uma forma ou de outra, ele cumpre o seu papel que é a manutenção do sistema capitalista (FOUCAULT, 2008). No primeiro exemplo, se há intervenção, o Estado serve ao sistema capitalista porque a crítica aos Estados totalitários (que depois de maio de 1968, segundo ORLANDI (2003), passou a designar os Estados socialistas) sempre serviu. Se a intervenção vem de um Estado neoliberal, ela sempre será justificada por argumentos como manutenção dos preços, da concorrência e do equilíbrio da balança econômica. E no que concerne à negligência do Estado, sempre será necessário que alguém a supra, essa lacuna será preenchida pelo terceiro setor⁷, com iniciativas voluntárias ou privadas (na maioria das vezes, privadas, como os convênios médicos privados que ocupam o espaço deixado pela assistência médica pública).

A presença do Estado neoliberal se faz notar sempre que necessário. Por exemplo, durante a crise econômica de 2009, o presidente norte-americano Barack Hussein Obama injetou dinheiro público na multinacional General Motors, depois de a empresa ter aberto concordata em junho do mesmo ano. No Brasil, Lula retirou um dos impostos sobre a venda de automóveis, o que garantiu que o ano de 2009 (ano da crise) fosse um dos mais rentáveis na história da indústria automobilística brasileira. Esses dois exemplos trazem ações governamentais que impediram que um dos setores mais importantes do mercado do continente ruísse. Com isso, queremos dizer que, não se trata de não intervenção, como no liberalismo, ou intervenção direta como em um Estado totalitário, o que se tem em uma organização neoliberal é, nas palavras de Foucault (2008, p. 165) “uma justaposição total

⁷ Segundo Amaral (2007, p.82): “fundações, institutos, associações, organizações sem fins lucrativos, especificamente as ONGs”.

dos mecanismos de mercado (...) e da política governamental”. Esses fatores criam o efeito de oposição ou apagamento do Estado.

E tal efeito é extremamente estratégico politicamente. Um exemplo disso se deu no momento em que foi necessário que a Alemanha pós-guerra voltasse a ter relações comerciais com os Estados Unidos, em 1948. O efeito positivo evitou alguns desconfortos. Era muito diferente, naquela época e talvez hoje ainda, dizer que o **mercado** alemão se relaciona com o **mercado** norte-americano e dizer que os **Estados** alemão e norte americano se relacionam. Da mesma forma, no Brasil, essa evidência de oposição entre Estado e mercado permite que partidos com princípios teóricos opostos trabalhem da mesma maneira na economia de mercado. A própria possibilidade de significar da expressão ‘responsabilidade social corporativa’ é um sintoma desse funcionamento imbricado: a ‘responsabilidade’ é a essência do Estado de direito capitalista, embasado pelo jurídico; ‘social’ se relaciona a políticas e assistência social, que trabalham fazendo funcionar a desigualdade no Estado neoliberal (vamos tratar disso a seguir), e ‘corporativo’ é o modelo de organização do Estado neoliberal aplicado a toda sociedade.

Essa justaposição do mercado e do Estado funciona de forma que todo discurso em que se manifeste traços da ideologia dominante neoliberal apresenta traços dessas duas “lógicas” (como as denominou Lewkowicz et alii, 2003), isso porque, de fato, trata-se da mesma lógica (discursivamente, da mesma formação ideológica dominante). Nosso ponto, aqui, é mostrar que, historicamente, segundo Michel Foucault (2008, p.114), a liberdade econômica é fator legitimador da representatividade no Estado e não poderia ser de outra forma nesse contexto.

Tendo em mente essas observações sobre o que podemos chamar de nova atuação do Estado no sistema capitalista neoliberal, podemos prosseguir e tratar de um processo socioeconômico do qual muito se falou no século passado, a globalização.

Havia, no final do século XX, todo um entusiasmo por parte de alguns especialistas a respeito da globalização e existiam (e existem ainda) discursos que produziam toda uma evidência de compartilhamento de informações, bens e de acesso “total a tudo”. O que se viu, realmente, no entanto, foi o agravamento profundo de problemas como violência, preconceito e xenofobia, decorrentes de uma abertura de mercado para a qual as nações

menos privilegiadas estavam despreparadas e de uma circulação de mão de obra com a qual as nações mais ricas não contavam. Orlandi (2009, p.3) aponta que nessa “tensa contradição”, que constitui o mundo globalizado, estão, “de um lado, a expectativa de uma democracia planetária ilusória e, de outro, a prática de uma real economia ditatorial”. Até hoje, não se sabe ao certo o que foi globalizado nem pra quem, mas no início desse nosso milênio, foi possível perceber que não se tratava de globalização de riquezas nem de recursos, visto que a pobreza cresceu em todo o mundo e os problemas ambientais aumentaram.

Orlandi (2009, p.6) adota a definição e a nomenclatura de Laurent Carroué (2005). De acordo com essa definição, mundialização é “um processo geo-histórico de extensão progressiva do capitalismo em escala planetária e que é ao mesmo tempo uma ideologia (o liberalismo), uma moeda (o dólar), um instrumento (o capitalismo), um sistema político (a democracia), uma língua (o inglês)”. Essa definição é bem diferente daquela que povoa o imaginário coletivo relacionada a acesso e compartilhamento, que se apoia em discursos específicos relacionados à manutenção do sistema capitalista. Como pontuado por Orlandi (ibidem), essa ilusão de uma “comunidade internacional” criada pelos discursos postos em circulação por esse processo traz consequências porque o imaginário age sobre o real. Isso é importante, porque significa que a relação com o imaginário também participa da constituição dos sujeitos e se faz perceber em seus discursos.

De todos esses discursos possíveis pelo processo de mundialização, Orlandi (ibidem) destaca o discurso relacionado aos *multis* (multicultural, multiétnico, multilinguístico...) e à diversidade, que pregam respeito às diferenças e igualdade, mas, na prática, impõem a maneira de ser dos países dominantes (geralmente do norte) aos outros países (geralmente, do sul). Nesse discurso, é visível também aquela evidência de apagamento do Estado, de que tratamos anteriormente, que da mesma forma trabalha no sentido de manter o sistema capitalista funcionando. Fala-se muito na quebra das barreiras, das fronteiras, mas essa quebra de barreiras, quando acontece, diz respeito apenas ao econômico (para a economia dominante). Com a tão divulgada derrocada dos sistemas socialistas, que o discurso neoliberal marcou como totalitários, o discurso de liberdade de escolha e livre circulação

permitiu que o capitalismo fosse onde quisesse, levando consigo suas tão conhecidas consequências.

Dessa maneira, os estudiosos vêm, ultimamente, se referindo à globalização mais como um processo econômico, se não totalmente caracterizado como econômico, mas que funciona pelo econômico. Nós vivemos, hoje, a terceira fase da era industrial, que tem como característica principal, justamente, a globalização econômica. Essa globalização da economia tornou possível que as grandes corporações se internacionalizassem e se tornassem instituições globais, multinacionais (BAKAN, 2004). E é aí que está o funcionamento implícito do discurso dos *multis*: o único comportamento realmente *multi* é o do mercado, mais especificamente das empresas. Esses organismos que vão aonde o lucro está, sem nenhuma consideração ou apego a questões culturais de qualquer sorte. E é por isso que a ideologia dominante e os elementos dominadores se mantêm, independente da adaptação porque passe o capitalismo. Ora, somente os Estados neoliberais, que se legitimam pelo mercado, aplicam em sua organização social, em toda ela, o que Foucault (2008, p.203) chama de “poder enformador”, que constitui basicamente em dar a todos os segmentos da sociedade um modelo que se baseia no mercado, na concorrência e na empresa. Por isso, Orlandi (2009) observa que no implícito das discursividades da globalização está a imposição do modo de ser de nações dominantes sobre outras nações, porque para fazer parte da globalização econômica, é necessário se curvar aos modelos da economia globalizada.

A mundialização não distribui e nem unifica nada que não seja relativo ao econômico, por isso são válidos alguns apontamentos feitos por LEWKOWICZ et alii (2003), sobre a globalização da economia. Os autores (ibidem) defendem que os resultados desse processo econômico são a externalização, a separação e a dispersão das pessoas e dos espaços. A privatização de muitas instituições (o privado agindo onde falta o Estado) fez com que o espaço público diminuísse, assim, os espaços e instituições públicas estão se esvaindo e/ou adquirindo novas funções. No cenário neoliberal, a diminuição dos espaços e do valor das coisas públicas (o que é público é quase que, necessariamente, ruim) acontece ao mesmo tempo e como resultado da globalização econômica.

Para finalizar, traremos dois recortes de jornal atuais, que explicitam essa questão entre o discurso capitalista e a prática. Em novembro de 2009, Lourival Sant’Ana publicou, no Estado de São Paulo, uma matéria sobre a queda do muro de Berlim. O jornalista fez uma metáfora muito interessante ao pontuar que o muro físico havia sido derrubado, mas havia ainda um muro entre os alemães orientais e o ocidente, porque os produtos estavam lá para serem comprados, no entanto, os orientais recém-saídos do regime socialista não teriam tão cedo o poder aquisitivo para alcançá-los. Isso significa que o muro caiu, mas não para as pessoas. Caiu para a economia dominante do capital.

Nos anos 90 ficou muito conhecida a proposta do sociólogo francês Allain Touraine, feita em seu artigo de 1998, “Apelo à libertação”, para a Folha de São Paulo (FUNARI, 1998), que propunha o exercício de substituir a palavra ‘burguesia’ no manifesto comunista de Karl Marx por ‘globalização’, com o que, então, teríamos a descrição do mundo atual feita por Marx. O exercício de metaforização proposto pelo sociólogo aponta direções para a compreensão do funcionamento dos discursos da ideologia dominante. Na verdade, o que existe é um imaginário de sucesso do capitalismo, como pontuado por Orlandi (2009, p.5). Existem grandes diferenças entre dar certo e sobreviver. O fracasso do capitalismo não se mostra, graças aos discursos como os da mundialização, que mantêm um imaginário de que ele funciona bem e garante a liberdade das pessoas, enquanto que os sistemas socialistas ruíram e eram ditatoriais. E nós, assim como os habitantes da *Vila* que não conseguem se pensar fora dela, nós não podemos nos pensar e significar fora do capitalismo, pela determinação e interpelação a que estamos (e somos) sujeitos pela língua e pela Ideologia, o que se mostra na relação com o simbólico e com o imaginário.

2.2 A corporação, a mídia e a rede

Como mencionamos anteriormente, vamos, neste momento, pontuar algumas questões sobre a circulação do discurso da Responsabilidade Social Corporativa, assim como alguns dizeres anteriores que suportam a possibilidade de sentidos da expressão. A circulação, de acordo com Orlandi (2008 p.10), é, na confluência dos eixos do inter e intradiscurso, “o lugar em que os dizeres são como se mostram”. Com isso, este breve percurso traz alguns apontamentos sobre o lugar em que os dizeres relativos à RSC são como se mostram. Para tanto, é necessário passar pela natureza das grandes empresas multinacionais porque, como

já colocamos, o discurso da RSC é base desses organismos. Pois bem, e o que são as empresas? As empresas são legalmente reconhecidas como pessoas em nossa sociedade. Vamos, então, estabelecer, de acordo com Bakan (2004), algumas características dessas pessoas.

Antes disso, vamos retomar, rapidamente, Haroche (1992) sobre a questão da responsabilidade na individualização do sujeito pelo jurídico, o que se dá no momento mesmo da constituição desse sujeito pelo simbólico (interpelação). Essa individualização é, segundo a autora (ibidem), imprescindível para a responsabilidade do sujeito, porque para que ele se responsabilize por suas ações, ele precisa se perceber como unidade, como origem do que diz e do que faz. Esse processo de individualização é característico do Estado capitalista regido pelo sistema jurídico.

No entanto, existe uma contradição inerente a esse processo de individualização que se constitui pela ilusão de liberdade do sujeito (teria controle sobre o seu dizer e o fazer) e a submissão dele (sob as leis, pela língua). Especialmente no regime neoliberal, embasado por o que nomeamos democracia, o sujeito se reconhece como livre para dizer/fazer o que quer, sendo legalmente responsável por seus atos e dizeres (autoria). Mas, para que o seu dizer seja possível, precisa se submeter à língua (ORLANDI, 2002). Em seu texto de 2009 sobre delinquência e violência no mundo democrático e globalizado, Orlandi (2009, p. 2), sugere o uso de “individuação” em lugar de individualização, para caracterizar especificamente a individualização do sujeito pelo Estado, quem tem como resultado o “indivíduo pensado sócio-historicamente”.

Dessa maneira, tendo em vista essa individualização do sujeito pelo Estado, a responsabilidade, como estabelecida nesse processo pelo Estado capitalista de direito, tem um valor de resposta: o sujeito tem responsabilidade com relação a todos os seus atos (deve responder por eles) devido à iminência da privação de sua liberdade (pelo Estado).

Sobre essa relação do econômico com o jurídico, no sistema neoliberal, Foucault (2008, p. 225) pontua que essa relação está além da instrumentalidade do jurídico para o econômico, o que significa dizer que a ordem jurídico-política não está em um lugar diferente da ordem econômica. Nas palavras do autor (ibidem), não é como se a primeira fosse relativa à infraestrutura e a segunda à superestrutura, mas, na verdade, “O jurídico

enforma o econômico, econômico esse que não seria nada sem o jurídico. (...) deve-se, na realidade, falar de uma ordem econômico-jurídica”. Nós trouxemos essa relação, assim como a relação do Estado e a economia na ordem neoliberal, porque em algumas sequências discursivas que iremos analisar, existem determinadas evidências de separação e, em alguns momentos, de oposição entre o Estado, o direito e a economia. Assim, pareceu-nos importante ter em mente esse funcionamento complexo e imbricado dessas instâncias, mesmo que contraditório em alguns momentos, antes de caracterizarmos as corporações, porque esse funcionamento complexo das instâncias jurídica, econômica e política é o que permite o modelo de grandes empresas e corporações existentes atualmente.

As corporações contemporâneas⁸ (a que já se atribui a função de operação comercial) começaram a crescer no início da era industrial no começo do século XVIII, em que a produção de mais por menos e em menos tempo começou a ser possível e priorizada. Atualmente, as empresas menores são compradas por empresas maiores, as empresas grandes se fundem e se tornam gigantescas. Dessa forma, essas corporações passam a fazer parte da vida dos sujeitos de outra maneira, a relação entre as corporações e as pessoas se dá de outra forma.

No Brasil, essa presença é, como no resto do mundo, massiva, no entanto pouco percebida, já que as empresas e corporações transnacionais têm o comportamento parecido com o dos conquistadores romanos da antiguidade. As civilizações conquistadas pelos romanos eram dominadas política e economicamente, mas no chamado aspecto cultural, suas características eram mantidas, com o objetivo claro de se evitar conflitos. Da mesma maneira, as grandes empresas multinacionais compram as empresas nacionais, mas mantêm as marcas e as características principais dos produtos. Assim, mantém-se o público consumidor e sua fidelidade e identificação com aquele produto. Por exemplo, no Brasil, as empresas fabricantes de sabão em pó para roupas são basicamente duas, Unilever e Proctor

⁸ Os nomes “empresa” e “corporação” são comumente usados para diferenciar empresas de conjuntos de empresas, respectivamente, e possuem conceitos muito parecidos. Por definição, corporação é um conjunto de pessoas com o mesmo objetivo ao qual se aplicam as mesmas regras e estatutos, o que não implica, a princípio, em atividade comercial. As associações de profissionais são exemplos de corporações. Por extensão, essa definição se aplica também a grandes empresas ou um conjunto de empresas de grande importância (HOUAISS, A; VILLAR, M. S., 2001). As empresas, por sua vez, não fogem à definição inicial de corporação, contudo, tem sua atividade econômica de exploração e/ou produção de bens estabelecida pelo código civil brasileiro. Assim, uma corporação que se constitui por várias empresas, assim como uma única empresa, se enquadram da mesma forma no que é chamado de pessoa jurídica e têm suas atividades comerciais previstas e estabelecidas pelo mesmo código civil (BRASIL, Código Civil, 2003).

& Gamble, no entanto, existem várias marcas de sabão em pó diferentes, porque essas empresas fabricam sabão de diversas marcas destinadas a vários públicos.⁹

Devido a sua quase onipresença, essas instituições assumem grande importância política. Essa importância política se deve àquele funcionamento complexo e contraditório das instâncias políticas e socioeconômicas, de que falamos anteriormente, que tem como resultado privatizações em massa, características dos governos neoliberais. Assim, além de sua presença massiva em vários países, essas corporações assumem algumas funções que já foram do Estado, como a provisão de serviços básicos (energia, por exemplo), e o governo assume (com relação à provisão desses serviços) uma posição de mediador. Um grande sintoma desse deslocamento do Estado (do qual tratamos anteriormente) e do crescente poder de influência das corporações é o fato de haver preocupação corporativa com o social (como no discurso da Responsabilidade Social Corporativa), o que até pouco tempo sempre foi da alçada do Estado.

Outro ponto interessante sobre a natureza das empresas é que elas são, pela lei, “pessoas”. No percurso histórico das corporações, feito por Joel Bakan (2004), as primeiras corporações documentadas nos EUA eram associações de pessoas que prestavam alguma espécie de serviço à comunidade (construção de pontes, por exemplo). Elas recebiam, do Estado, dinheiro apenas suficiente para a realização de determinado trabalho e tinham estatutos de existência e operação muito limitados.

Com a eclosão da revolução industrial, em meados do século XVIII, e especialmente depois da guerra civil americana, no começo do século XIX, a demanda para a prestação de serviços aumentou, e as partes interessadas perceberam que as corporações poderiam ser muito lucrativas. No entanto, para que essas corporações pudessem operar de forma a obter lucro, era necessário remover as restrições jurídicas (como descrevemos acima, as operações das corporações eram muito limitadas e bem definidas). Assim, as grandes corporações se valeram de sua personalidade legal para usufruir da 14ª emenda da constituição americana, que diz que o Estado não pode privar nenhuma pessoa de sua vida,

⁹ Baseado em informações disponibilizadas pelo Projeto Monitor de Empresas do Instituto Observatório Social, disponíveis em www.observatoriosocial.org.br, acessado em novembro de 2009.

liberdade ou propriedade, sem um processo legal. E às corporações já, naquele momento, se atribuía o que conhecemos hoje como personalidade legal.

A 14ª emenda da constituição americana se destinava aos escravos recém-libertos pelo fim da guerra civil. Contudo, nos trinta anos que se seguiram desde sua promulgação, dos 307 casos apresentados perante o supremo tribunal americano evocando essa emenda, apenas 19 foram movidos por afrodescendentes, sendo os outros 288 movidos por corporações.

Muito embora o direito norte-americano e o direito brasileiro sejam bastante diferentes, em especial na sua origem, já que o direito brasileiro foi inspirado no direito romano e o direito norte-americano foi inspirado no *common law* inglês (SOIBELMAN, 1974), o quinto artigo da constituição brasileira, que trata dos direitos invioláveis (liberdade, propriedade, vida), dá margem a uma interpretação parecida com a da 14ª emenda da constituição norte-americana.

No Brasil, as definições de natureza, direitos e poderes das pessoas jurídicas encontram-se no código civil brasileiro, junto com a mesma descrição das pessoas físicas. Muito se discutiu sobre restringir uma possível extensão de direitos da pessoa humana (natural) à pessoa jurídica, antes da promulgação do Código Civil de 2003¹⁰. Mas de qualquer maneira, e o que nos importa aqui, é que toda pessoa, independente de sua natureza civil ou jurídica, tem responsabilidades e direitos na ordem civil.

Podemos retomar Haroche (1992) no que diz respeito à individualização necessária para se atribuir responsabilidade aos sujeitos. A interpelação dos indivíduos em sujeitos de direito é o que os torna responsáveis por si mesmos e seus atos. De alguma forma, as empresas são também individualizadas como pessoas jurídicas com direitos e deveres, e isso acarreta a própria possibilidade do sentido de responsabilidade, quando se atribui responsabilidade social às empresas. O que muda é a possibilidade de identificação e punição no caso de violação de leis, e isso é visível na Lei 11.101, “Lei de Falências”, sancionada pelo presidente em 2005. Uma pessoa física é facilmente identificada como responsável pelos seus atos, o que não acontece com a pessoa jurídica. Especialmente porque a lei prevê determinados tipos de agrupamentos jurídicos que limitam a

¹⁰ Sobre a personalidade jurídica e o novo código civil, ver BITTAR (2004) e LORI (2009).

responsabilidade das partes investidoras em uma empresa. Ou seja, sob os diversos tipos de restrição e de sociedade legais e estabelecidos pela Lei de Falências e pelo código civil brasileiro, como sociedade limitada, sociedade anônima e incorporação (BRASIL. Código civil de 2003), as pessoas físicas que fazem parte da pessoa jurídica ficam quase que invisíveis e inatingíveis. Dessa maneira, como sujeito de direitos e deveres, podemos dizer que as empresas são quase como sujeitos de direitos, de deveres variáveis.

Essa especificidade jurídica das corporações e empresas acaba se mostrando também em seus discursos. Nossa análise vai trabalhar com os discursos de representantes das empresas e de propaganda atribuídos às empresas. Nesses discursos, as empresas são mencionadas quase sempre em terceira pessoa ou ligadas à primeira pessoa do plural, refletindo justamente essa dificuldade de identificação de quem fala, por quem e para quem.

A partir disso, podemos retomar a definição de Althusser (1985, p.68) para Aparelhos Ideológicos do Estado: “Designamos pelo nome de Aparelhos Ideológicos do Estado, um certo número de realidades que se apresentam ao observador imediato sob a forma de instituições distintas e especializadas”. Althusser (ibidem) acrescenta, ainda, que não importa a natureza dessas instituições, públicas ou privadas, importa o seu funcionamento, já que o Estado será sempre o Estado da classe dominante. Pêcheux (1988 p. 146), sobre isso, estabelece que se uma instituição funciona através da ideologia estabelecendo efeitos de sentido sobre os lugares dos sujeitos na sociedade, essa instituição é um aparelho ideológico de Estado. Ou seja, o funcionamento descrito pelos autores se aplica às grandes corporações, o que é particularmente importante em nossa análise, pela ideologia dominante que se faz presente nos discursos desses organismos e seu efeito na criação de evidências de sentido.

Tendo estabelecido a natureza complexa das corporações, podemos partir para um dos lugares em que se manifestam as discursividades ligadas a esses grandes organismos: a mídia. Vamos estabelecer que, graças à natureza das grandes corporações que acabamos de trabalhar, elas se utilizem da mídia para fazer propaganda comercial e política. A propaganda comercial é facilmente identificada, os produtos aparecem nas várias materialidades midiáticas e são promovidos com o fim comercial. No entanto, o papel que

as grandes corporações vêm assumindo com a globalização torna necessário, também, que elas se manifestem politicamente, daí temos o discurso da Responsabilidade Social Corporativa. Orlandi (2009a), em sua análise do slogan governamental “Brasil, um país de todos”, que trata da propaganda política, define a língua de Estado como: “modo pelo qual o Estado dá sentido a si mesmo, num gesto político e que, no caso da propaganda, tem a mídia como meio”.

Mostramos, até o momento, que existem fortes relações entre as grandes corporações e o Estado neoliberal, o que torna possível que as grandes corporações se signifiquem, da mesma forma, politicamente, na mídia.

Orlandi (2009a) segue, citando Pêcheux (texto ainda inédito no Brasil), que, historicamente, a propaganda sempre teve relações com o Estado. No caso de Napoleão, por exemplo, era preciso fazer as pessoas acreditarem na necessidade da guerra. Em especial, essa relação com o bélico ainda se mostra presente em jargões bélicos utilizados pela mídia, mesmo para fins comerciais.

Payer (2005) chama a atenção para o fato de que um dos discursos mais recorrentes no espaço da mídia é o discurso sobre sucesso. Segundo a autora, o discurso sobre o sucesso, em todas as suas ocorrências, representa a manifestação discursiva da formação ideológica de mercado na mídia. Ora, o discurso do sucesso é o discurso do vencedor, é o discurso da competição que precisa ser mantida, como afirmado por Foucault (2008, p.199), para que o sistema se mantenha. Outro discurso muito vigente no meio empresarial, atualmente, o discurso da Qualidade Total, como nos mostra Amaral (2005, p.132), vale-se, da mesma forma, de termos belicosos para manter a concorrência em funcionamento (termos como ‘derrubar’, ‘armadilha’, ‘estratégias’).

É essencial, no que se refere à propaganda no discurso da responsabilidade social corporativa, o que Orlandi (op. cit.), utilizando uma nomenclatura de Pêcheux (op. cit.), define como “neutralidade operatória da propaganda”: é como se fosse possível que a mídia e a propaganda, da forma como foram constituídas no sistema capitalista, pudessem servir a outros fins. No caso do nosso objeto, aos fins sociais, por exemplo. O percurso histórico da propaganda, relatado por Pêcheux (texto ainda inédito no Brasil) *apud* Orlandi (2009a) alerta-nos que isso não acontece porque um instrumento voltado ao seu fim não servirá a

outro. Na nossa análise, especificamente, pela sua relação com o que se entende como política social neoliberal (FOUCAULT 2008, p.196) e os discursos do Estado neoliberal, veremos que essas políticas funcionam pelo capitalismo, assim como os discursos que as fomentam.

Por isso, Gadet e Pêcheux (2004, p.23) chamam a língua da propaganda de “língua de vento”, já que, como nos elucida Orlandi (2008, p.148), “Na relação entre o Poder e o Vento, as palavras assopradas que falam mais são aquelas que o poder sopra. E, como sabemos, o vento não se segura com as mãos”.

A língua de vento, para cumprir seus objetivos e fins, deve ir onde será ouvida (ou lida, vista) e a internet é um dos espaços que vem se mostrando cada vez mais importantes no mundo globalizado. Em especial a internet, base material e ao mesmo tempo fluída de onde foram retiradas as sequencias discursivas que fazem parte de nossa análise, porque é o espaço onde se encontra a maior parte das informações quando se busca saber a respeito da RSC.

A internet possibilita a ocupação virtual de espaços que não são ocupados fisicamente. Se pensarmos no espaço virtual, é possível estar em praticamente todos os lugares (DIAS 2004 p. 31). No entanto, o ciberespaço tem uma materialidade e uma relação com o tempo que são específicas. Segundo Dias (2004, p.57), a “materialidade do ciberespaço é constituída do enredamento dos sujeitos que se conectam e produzem sentido”. No entanto, essa maneira de ser e estar como sujeito nesse espaço é re-significada, através da linguagem, por conta de sua relação particular com o tempo. Essa relação com o tempo, na internet, não se dá de maneira cronológica e controlada e, ao contrário do que se poderia pensar, não segue o ritmo extremamente veloz das transferências e carregamentos de bit e bytes. Essa relação tem a ver com a interação estabelecida entre os sujeitos nesse espaço (DIAS 2004, p. 54).

Contudo, esse espaço traz, com seu advento e popularização, algumas evidências de sentido em comum – e não por acaso – com a globalização, de que foi e é grande símbolo e representante. Ou seja, existe um efeito de liberdade, livre acesso e igualdade que paira sobre os discursos a respeito do espaço virtual, e sobre isso, Dias (2004, p. 25), esclarece que:

O virtual é tomado pelo sujeito na instância do imaginário, como se ali ele estivesse livre das coerções do mundo. No entanto, o virtual, sendo ele real, e, portanto, funcionando como dispersão e incompletude, coloca o sujeito no confronto com sua própria constituição material. Com sua própria constituição na história.

Assim, de certa forma, esse espaço ainda reproduz ou simula nossa sociedade em determinadas características, muito embora existam outras formas de dizer, que podem resultar em alguma resistência. Existe todo um imaginário sobre sites “sérios” que devem ser consultados quando se busca a informação, mas também a imagem de que as informações na internet valem menos, são menos exatas. Existem instituições e pessoas com mais ou menos credibilidade também no mundo virtual. As grandes corporações ocupam assim esse espaço com seu discurso específico em meio à rede de pessoas, fazendo circular sua língua de vento. Língua de vento essa, que é o grande negócio da internet: a publicidade.

Para finalizar este percurso sobre os espaços e a circulação do discurso sobre a responsabilidade social corporativa, vamos tratar de alguns padrões de comportamento comuns ao nosso momento histórico.

2.3 Padrões de comportamento

Lagazzi (1988), em seu estudo sobre o discurso cotidiano, estabelece que as relações interpessoais se pautam também em padrões de comportamento. Esses padrões de comportamento se baseiam no senso comum, ou seja, em normas e regras sociais amplamente aceitas. Essas normas produzem o efeito da normalidade e da literalidade. Assim, como nos mostra a autora (LAGAZZI, 1988 p.32), o senso comum não é estabelecido ao acaso e nem naturalmente, como supunham alguns autores. O senso comum reflete, na sua existência simbólica, a ideologia dominante na interpelação de uma forma-sujeito histórica.

Como já colocamos, o Estado neoliberal potencializou a questão da competição (FOUCAULT, 2008). Hoje, temos um mercado maior, mais forte (as empresas globais competem entre si) e de consumismo, relacionado também à competição (os produtos e os próprios indivíduos podem ser sempre melhores, podem ser melhorados). No entanto, essa

competição e esse consumismo estão ligados, hoje, a uma sociedade com mania de assepsia ética, de ser politicamente correta. O panorama econômico da globalização traz, assim, novos padrões de comportamento embasados no senso comum específico do sujeito histórico do neoliberalismo. Esses padrões são mantidos por aquilo que Orlandi (2009, p.7) chama de “relações imaginárias que silenciam sentidos e razões na própria maneira de significar”, que têm como base de apoio o preconceito. A autora (ibidem) esclarece o seguinte:

Os mesmos fatos, coisas e seres têm sentidos diferentes de acordo com as suas condições de existência e de produção. No entanto há um imaginário social que, na história, vai constituindo direções para esses sentidos, hierarquizando-os, valorizando uns em detrimento de outros, de acordo com as relações de força e de poder que presidem a vida social.

Dentre os padrões de comportamento da sociedade neoliberal, vamos destacar aqui o ‘ser politicamente correto’, que, no Brasil, manifesta-se nas políticas de inclusão. Ainda são dignos de nota: o ‘ser cidadão’, o ‘ser sustentável’ e o ‘ser ético’, que se relacionam sempre e de alguma forma com o que se espera de um comportamento responsável em nossa formação social.

Os padrões de comportamento da sociedade neoliberal se fazem ver e ouvir e, conseqüentemente, tornam-se legítimos (com valor de verdade) nos tratados de boas maneiras da nossa época, a saber: o Consenso de Washington, As declarações e metas para o Milênio da ONU e da Cúpula do Milênio, que existem como esforço de compensar alguns estragos provocados pela globalização (AMARAL, 2007, pág. 52-59).

Mesmo assim, esses esforços de compensação representam os interesses da classe dominante e neles se fazem notar, em seus discursos, a ideologia dominante. Assim, nesses padrões de comportamento contemporâneos manifesta-se a contradição da individualização do sujeito com “essas relações imaginárias”, como denominadas por Orlandi (2009, p.7). Essa contradição se dá, segundo a autora (ibidem, p. 8), na constituição de um sujeito com as seguintes características:

Sujeito controlado em seu ir e vir, dividido entre o Norte (rico) e o Sul (pobre), submetido a redes de informação e comunicação, ao preconceito, ameaçado em seus processos de memória, sujeito às ameaças ambientais etc., no entanto, supostamente “livre”, “democrático”, “multi-cultural”, “comunitário”, “cidadão”.

Esses padrões de comportamento precisam ser levados em conta em nossa análise porque atravessam o discurso da responsabilidade social corporativa, em quase todas as

suas ocorrências, e apontam a direção para a compreensão dos processos discursivos nele presentes.

Com isso, podemos refletir sobre o que significa, hoje, ser politicamente correto, ser cidadão, ser sustentável e ser ético. Podemos estabelecer, grosso modo, que ser politicamente correto é quase como que desviar de um determinado preconceito, na maioria das vezes, na relação com o simbólico. Em seu texto sobre o ‘politicamente correto’, Janine Ribeiro (2000) o caracteriza pela representação, das chamadas minorias, por termos politicamente corretos, como por exemplo, negros por afro-americanos ou afrodescendentes. O autor (ibidem) aponta que esse falar politicamente correto é motivo de uma quase histeria nos EUA e de piada no Brasil. Isso não significa, sob nosso ponto de vista, que o politicamente correto não chegou ao Brasil, mas sim que ele se manifesta, aqui, de outra maneira. Para começar, existe, aqui, um senso comum de que somos um país multiétnico. No Brasil, as minorias (no que concerne à representação e acesso) estão condensadas por esse senso comum de “mistura de culturas e raças” em uma grande e gigantesca minoria, os excluídos (AMARAL, 2007). Todas as políticas de inclusão, que são muitas no Brasil, acabam tocando de certa forma a questão do politicamente correto e da responsabilidade social. Voltaremos a isso, mais especificamente, durante a análise.

Por sua vez, a questão da cidadania, que foi trabalhada por Amaral (2007) em sua análise sobre o discurso da responsabilidade social, mostra que ‘ser cidadão’, como essa questão se configura hoje, não diz respeito ao cidadão como habitante do espaço urbano simplesmente. O cidadão é aquele que ocupa o espaço urbano de forma considerada adequada, o cidadão, além disso, como pontua a autora (ibidem), é aquele que está dentro do mercado de trabalho e da possibilidade de consumo. E, dentro do que é estabelecido como boas maneiras de um cidadão estão, ainda, o voluntariado e a responsabilidade compartilhada pelo aprimoramento da comunidade.

Esse cuidado com o ambiente em que se habita pode ser estendido ao conceito de sustentabilidade, termo adaptado da Agenda 21, nascida da Eco 92, ou seja, diretamente ligado à conservação do meio ambiente (AMARAL, 2007). A sustentabilidade é a própria possibilidade de continuar. Segundo Janine Ribeiro (2008), existe hoje um esgotamento da noção de progresso, os problemas ambientais refrearam o progresso sem limites da

humanidade, que precisou perceber que não é única espécie vivendo sob a Terra e também que não pode controlar os fenômenos naturais. Isso nos interessa porque a questão da continuidade é uma constante do sistema capitalista e se manifesta em vários discursos, de várias formas.

No que concerne à ética, inicialmente, é observável que se trata de um dos termos mais recorrentes de nossa atualidade. A ética permeia os discursos políticos e empresariais contemporâneos, sempre com um caráter de menção. Quase nunca a ética é conceituada, definida ou delimitada. O uso desse termo, às vezes, se mostra como uma verdade absoluta que todos conhecem e que é óbvia, então, não há necessidade de explicar. O que é realmente necessário é viver sob a ética. Esse conceito – que junto com a sustentabilidade e a cidadania figuram o conjunto que substitui e re-significa a moral e os bons costumes (RIBEIRO, 2004) – paira sobre e justifica de quase todas as possibilidades de discursos políticos e profissionais. Segundo Janine Ribeiro (2000), a ética pode ser dividida, atualmente, na ética dos princípios, que seria a ética individual de “dentro de casa” e que prioriza as intenções, e a ética da responsabilidade, da ação política que prioriza os resultados. Essa separação, instaurada inicialmente por Maquiavel, resulta em diversos mal-entendidos na ação política e nas interpretações dessas ações. Neste ou naquele caso, a ética é muito usada para justificar e legitimar os discursos políticos e empresariais de hoje, e é muito importante ter em mente esse duplo funcionamento da ética no momento da análise.

Esses padrões de comportamento têm uma relação direta com o que Foucault (2008, p.194) chama de política social do neoliberalismo, de forma que esses padrões de comportamento a justificam e legitimam. As políticas sociais neoliberais, que buscam estabelecer alguma repartição no acesso aos bens de consumo, muito embora tenham como base o discurso supostamente igualitário da democracia, não têm como objetivo a igualdade. E nem poderiam, já que uma política social que tivesse como objetivo a igualdade seria necessariamente antieconômica. Nas palavras de Foucault (ibidem, p.196) a política social precisa “deixar a desigualdade agir” porque o jogo econômico, a consequente desigualdade que ele traz, funciona como um “regulador” na sociedade neoliberal. Nesse contexto, como nos esclarece Foucault (ibidem, p.199), o governo não tem que intervir na economia, nem sanar os danos do crescimento desenfreado, ele deve

apenas garantir os mecanismos de concorrência. Assim, ele se exime de determinadas responsabilidades que recaem sob o terceiro setor (como nos apontam esses padrões de comportamento) e segue adiante com sua função, a manutenção do sistema neoliberal.

Se estamos falando de política social, não podemos deixar de trazer a reflexão de Janine Ribeiro (2000) sobre o termo ‘social’. Segundo o autor (ibidem), este termo está cada vez mais ligado ao assistencialismo, que é característica de uma sociedade privatizada, em que ações sociais são solicitadas ao terceiro setor em áreas que o Estado falta. O sentido cada vez mais recorrente de filantropia que ‘social’ vem tomando justifica-se, segundo o autor (ibidem), pela separação e o afastamento entre os sentidos de ‘social’ e ‘sociedade’. Janine Ribeiro (ibidem) mostra como, na maioria de suas aparições, social parece estar externo a quem fale, como se o que é da ordem do social não fizesse parte de uma sociedade. O social se refere ao outro. Esse outro, como nos mostra a nossa análise, geralmente está de alguma forma à margem.

A relação do que estamos chamando aqui de padrões de comportamento com nosso objeto de estudo será trabalhada de maneira mais específica durante a análise de nosso corpus.

2.4 Algumas considerações antes de prosseguir

Este é o momento de voltarmos ao objetivo primeiro deste nosso percurso: estabelecer a especificidade dos espaços em que o discurso da responsabilidade social circula. Importa, neste momento, explicar os possíveis motivos que possibilitaram um discurso relacionado ao meio empresarial ganhar tal importância e capacidade de circulação, como o que teve o discurso da responsabilidade social corporativa no final do século passado.

Considerando a natureza e o percurso histórico de importância das empresas na sociedade neoliberal, afirmamos que essas são aparelhos ideológicos do Estado capitalista, funcionando por meio da ideologia, com seus rituais específicos. Não é possível negar o poder político e econômico de uma grande corporação, nem sua relação profunda, mesmo que contraditória, com o Estado neoliberal. Novamente, a responsabilidade social se apresenta como sintoma, a divulgação e a propagação da noção de responsabilidade não pode ser desvinculada do funcionamento jurídico do Estado capitalista.

Antes de seguirmos em frente com a análise, precisamos dizer que as empresas não serão as únicas instituições que farão parte do nosso corpus. No entanto, colocamos desde já que também as outras instituições que falam da responsabilidade social têm, em comum, esse funcionamento de aparelho ideológico. Como inicialmente afirmamos, a RSC aparece em discursos políticos, das empresas e dos sindicatos. E essas instituições têm em comum, também, sua especificidade de pessoa jurídica. É importante assim, antes de partirmos para a análise propriamente dita, ter em mente que esse discurso, na maioria das vezes, se ancora em organizações que representam mais de uma pessoa.

Retomando rapidamente a lista sucinta que Althusser (1985, p 88) faz dos exemplos de aparelhos ideológicos, vemos que os sindicatos e os partidos políticos fazem parte dela. Pêcheux (1988) trata do estranhamento que a presença dessas organizações poderia causar nessa lista, explicando que se trata da função atribuída às organizações em questão, ou seja, não significa dizer que essas instituições trabalham pela e para a ideologia dominante, mesmo porque, a natureza contraditória intrínseca desses aparelhos, e o fato de serem eles e seus rituais baseados em uma cadeia significativa falha, permitem que essas instituições sejam, ao mesmo tempo, lugar de reprodução e transformação das relações de produção.

Isso pode se justificar pela forma como se organiza o sistema capitalista, em que instituições governamentais, jurídicas e comerciais têm um funcionamento muito imbricado. E as possibilidades de diferentes sentidos da expressão ‘responsabilidade social corporativa’ é um sintoma desse funcionamento imbricado: a ‘responsabilidade’ é a essência do Estado de direito capitalista, embasado pelo jurídico; ‘social’ se relaciona a políticas e assistência social, que trabalham fazendo funcionar a desigualdade no Estado neoliberal, e ‘corporativo’ é o modelo de organização do Estado neoliberal aplicado a toda sociedade.

3 Análise

3.1 Dispositivo e procedimentos analíticos:

Segundo Orlandi (2005, p. 77), a Análise do Discurso, em seus procedimentos analíticos, tem como central a questão do discurso em seus processos e funcionamento. Assim, para que o analista possa compreender esse funcionamento, é necessário levar em consideração os mecanismos de constituição de sentidos e sujeitos (que foram colocados em nosso Quadro Teórico). Os elementos principais nessa observação do funcionamento discursivo são a paráfrase e a metáfora.

A metáfora, a paráfrase e a polissemia são efeito e processos, respectivamente, constitutivos da língua (cadeia significante), que se estabelecem na tensão entre o mesmo e o diferente (ORLANDI, 2005). Essas tensões são importantes para nossa análise, em especial, para observar os sentidos produzidos pela expressão que é objeto de nosso estudo. Segundo Orlandi (Ibidem, p.36):

“os processos parafrásticos são aqueles pelos quais em todo dizer há sempre algo que se mantém, isto é, o dizível, a memória. A paráfrase representa assim o retorno aos mesmos espaços dos dizeres. Produzem-se diferentes formulações do mesmo dizer sedimentado. A paráfrase está do lado da estabilização. Ao passo que, na polissemia, o que temos é deslocamento, ruptura de processos de significação. Ela joga com o equívoco”.

Assim, pela paráfrase é possível dizer o mesmo de maneira diferente, ela é da ordem da repetição e, ao mesmo tempo, da sedimentação dos sentidos. Já a polissemia é “simultaneidade de movimentos distintos de sentido no mesmo objeto simbólico”, pela polissemia é possível dizer diferente da mesma maneira. Essas duas formas trabalham continuamente e ao mesmo tempo no processo discursivo.

Por sua vez, o que Pêcheux (1993, p. 94) chama de efeito metafórico consiste na possibilidade de um objeto simbólico, em uma determinada língua, ser substituído por outro da mesma língua, sem alteração significativa de interpretação. É, ainda segundo Pêcheux, um “fenômeno semântico produzido por uma substituição contextual” (ORLANDI op. cit., p.78). Assim, se em um dado discurso for possível substituir x por y, “o deslizamento de x e y é constitutivo tanto do sentido designado por x quanto por y”. Toda língua (natural) está sujeita a deslizamentos, o que significa que toda língua oferece lugar a interpretação – e esse lugar do deslize, da deriva, da interpretação é o lugar da historicidade. Esses pontos de

deriva são o lugar em que o discurso pode ser outro, “é o lugar da interpretação, manifestação do inconsciente e da ideologia na produção de sentidos e na constituição dos sujeitos”. (ORLANDI 2005, p.59).

Por isso, Pêcheux (op. cit., 95) conclui que a relação de sinonímia depende das condições de produção. Para exemplificar, podemos voltar ao exercício metafórico proposto por Allain Touraine (FUNARI, 1998), que sugere substituir “burguesia” por “globalização” no Manifesto Comunista de Marx. Tomada de maneira separada, fora de contexto, essa substituição não faria sentido, contudo, dadas as condições de produção, dado “o modo como a língua se inscreve na história para significar” (ORLANDI 2002, p.51) e dada a posição do sujeito, a substituição produz e movimenta sentidos.

Temos, com isso, que a análise materialista do discurso não se limita à forma, ao conteúdo ou ao contexto separadamente, ela não se vale de relações meramente opositivas. Aquilo que se afirma, normalmente, como oposição, deve ser trabalhado em termos de contradição (GADET. F.; PÊCHEUX, M., 2004). Contradição característica do funcionamento discursivo em sua própria constituição. A contradição é resultado do movimento dos sujeitos e, conseqüentemente, dos sentidos e das condições de produção. O estudo da equivocidade do termo e suas várias possibilidades de funcionamento abrange o todo do acontecimento discursivo, e deve englobar essa contradição inerente a esse processo discursivo e não só a observação de um dado contexto histórico, conteúdo ou relação opositiva.

O dispositivo de análise deve levar em consideração esses fatores e também a questão da interpretação, não só como descrita acima, mas pelo fato de que o analista está também envolvido na interpretação. Com isso, esse dispositivo deve ser capaz de relativizar a posição do analista. Trata-se de permitir que o analista “trabalhe no entremeio da descrição e da interpretação” e que, a partir dessa posição relativizada, “ele atravesse o efeito da transparência da linguagem”. (ORLANDI 2005, p. 60).

A partir dessa necessidade e com base nos procedimentos descritos acima, o dispositivo de análise foi estabelecido em duas etapas, como descrito por Orlandi (ibidem, p. 77): a primeira consiste na passagem da superfície linguística do discurso (texto) para o objeto discursivo, nesse momento, por meio das relações parafrásticas, das relações entre o dito e

o não dito, já tendo em mente o esquecimento de número dois. Na segunda etapa, o analista vai do objeto discursivo ao processo discursivo por meio dos processos de significação e pela relação da formação discursiva com a formação ideológica.

Tendo estabelecido nosso dispositivo e procedimentos analíticos, passaremos, então, à apresentação do corpus e recorte.

3.2 Corpus e recorte:

Como já estabelecemos, trataremos nesta análise da maneira pela qual a expressão responsabilidade social se apresenta em diversos materiais discursivos. Interessam-nos todos os discursos em que a expressão trabalha seus diferentes sentidos dentro das condições de produção que apresentamos acima. Ou seja, dentro da Formação Social do Capitalismo, no momento em que se consolida o modelo de Estado neoliberal. Buscamos sequencias discursivas que pudessem nos mostrar os sentidos produzidos, derivados e também silenciados (ORLANDI 2007) de responsabilidade social. Essas sequencias foram tiradas de diferentes discursos: empresarial, sindical, governamental e da sociedade civil organizada ou não.

Em nosso primeiro recorte de análise, trabalhamos com uma apresentação do projeto de responsabilidade social da empresa multinacional do ramo financeiro, Santander, tirado da página da empresa (www.santander.com.br), e um documento elaborado por uma comissão internacional de trabalhadores do banco Santander, denominada Coordenadora Sindical Ibero Americana de Trabalhadores do Grupo Santander, tirada do sítio de internet da Associação de Funcionários do Santander Banespa (www.afubesp.com.br)¹¹. Essa análise busca compreender os processos de significação e as diferentes interpretações do termo responsabilidade social corporativa e, por consequência, os diferentes processos discursivos que sustentam essas interpretações. A análise das interpretações e possíveis sentidos diferentes de “responsabilidade social” nos permitiu compreender os diferentes processos de significação, a forma como se torna possível, como diria ORLANDI (2005), “escutar” sentidos diferentes da mesma expressão em situações discursivas diferentes.

¹¹ Ambos os materiais foram reunidos em 2005. A análise desse material é uma extensão no nosso trabalho apresentado para a disciplina de monografia, em 2006.

O segundo momento dessa análise traz uma entrevista realizada pela revista do Instituto Observatório Social (IOS), em 2003, com o que a revista chamou de “atores sociais” envolvidos no debate sobre a responsabilidade social empresarial. Nessa situação, foram entrevistados, além dos representantes dos sindicalistas e empresas, representantes da associação dos direitos dos consumidores e do governo. O nosso recorte trabalha com a pergunta “O que é responsabilidade social empresarial?”, e as diferentes respostas dos referidos “atores sociais”.

Traremos, também, uma entrevista realizada por nós durante as disciplinas de trabalho de campo. Dentre o material recolhido, selecionamos as respostas de um sindicalista, um pequeno empresário e uma estudante, assim como trechos de uma resposta (negativa) ao pedido de entrevista, que nos foi dada por uma grande corporação. Além desse material, traremos recortes do site do Instituto Ethos, uma organização patronal, assim como trechos do relatório sobre sustentabilidade de uma grande corporação.

3.3 A responsabilidade social corporativa na rede: a Internet como espaço de divulgação da ação social empresarial e a organização dos trabalhadores em redes internacionais

Como apresentado anteriormente, o primeiro momento de análise traz um texto redigido por sindicalistas que menciona a responsabilidade social e outro texto que traz a apresentação de uma grande empresa do ramo financeiro sobre sua prática de responsabilidade social. O espaço de circulação dos dois primeiros textos é a Internet e as páginas da web são seu lugar de textualização.

A importância que a internet vem ganhando como meio em que se movimentam sujeitos e discursos deve-se, em parte, pelo que nos foi apontado por LEWKOWICZ et alii (2003), à relação dos sujeitos com os espaços públicos. A rua, graças a uma mudança dos sentidos de público e privado, que os autores chamaram de “lógica de mercado”, vem perdendo sua antiga função de encontro e união entre as pessoas. Houve um tempo em que a rua era o lugar das manifestações, das passeatas e de exposição de ideias, hoje, ela significa cada vez mais o exterior do qual as pessoas se protegem. A evolução do capitalismo neoliberal e da noção de propriedade vem apagando o sentido de público como aquilo que deve ser ocupado por todos e construindo uma imagem do público como aquilo

que é gratuito simplesmente. Essa lógica capitalista mercadológica é o embasamento das privatizações no chamado terceiro mundo.

Reinhold (1996) aponta o ciberespaço como a possibilidade de resgatar relações comunitárias perdidas em meio a essa nova configuração dos espaços públicos, ou que já foram públicos (DIAS 2004, p.50). Como Reinhold (1996), acreditamos que a internet vem, de certa forma, substituindo essa função de manifestação de encontro de pessoas e de exposição de ideias que a rua já teve ou tem cada vez menos.

Em março de 2009, houve uma manifestação contra a Folha de São Paulo, que aconteceu em frente à sede do jornal na cidade de São Paulo, mas foi toda articulada pela internet e precedida por inúmeras manifestações eletrônicas (cartas de repúdio, abaixo-assinados e artigos em blogs). Os participantes das manifestações eletrônicas se conheceram pessoalmente, já que alguns vieram de outras regiões do país, no dia mesmo da manifestação de rua (CINTRA, 2009). Essa manifestação exemplifica essa forma política de ocupação da internet pelos sujeitos.

Como observado por Dias (2004), o ciberespaço é uma nova maneira de se estar no mundo, o que traz alteração nos cenários e na materialidade das relações entre os sujeitos e o mundo. Contudo, embora essa nova forma de estar sujeito no mundo constitua, de certa forma, uma ruptura com a ordem atual da sociedade, algumas relações de poder acabam se (re) estabelecendo também na rede. Assim, como colocado pela autora:

(...) “sociedade em rede” supõe um modo de exercício do poder, na medida em que se criam novos mecanismos de controle do sujeito. Sejam quais forem esses mecanismos, mais ou menos coercitivos, eles fazem parte da produção da subjetividade do sujeito e de seu funcionamento numa sociedade capitalista.

No caso de nossa análise, especificamente, isso se aplica porque a internet serve também como espaço para as grandes corporações multinacionais. É o caso do banco Santander, e tantos outros organismos comerciais multinacionais que ocupam o ciberespaço com suas páginas e discursos institucionais.

Ambos os recortes que serão analisados partilham o contexto histórico recente de abertura de mercado que já descrevemos anteriormente, como o crescimento de empresas multinacionais e privatizações no Brasil. As grandes empresas, agora, são organizações globais, absorvendo as empresas menores, o que implica na mudança das condições de negociação entre empresa e trabalhadores. O sindicalismo vem percebendo que o patrão

não fica mais dentro da fábrica, sendo, às vezes, inatingível. Ele está distante, na matriz, num país geralmente situado acima da linha do Equador. Logo, as maneiras antigas de manifestação sindical pública – paralisações de fábricas, “panelaços” em frente a uma unidade da empresa – já não funcionam. Especialmente pelo caráter móvel das empresas multinacionais, a negociação se torna mais complexa, a produção pode ir e vir, procurar mão de obra barata, benefícios fiscais. Isso explica a posição dos trabalhadores de se juntarem internacionalmente, e isso explica alguma mudança na maneira de negociação (JAKOBSEN, 2002).

Ainda sobre as condições de produção das sequencias discursivas analisadas, percebemos que os textos são ligados a instituições estáveis e hierarquizadas na nossa formação social, que, dessa forma, regem relações determinadas de sujeição e poder. Trabalhamos, anteriormente, com a especificação dos aparelhos ideológicos do estado e a possibilidade de enquadrar as empresas e os sindicatos em sua definição, pelo funcionamento ritualístico desses aparelhos, já que, como observado por Althusser (1985), a base do ritual é a repetição, o padrão.

Dessa repetição resulta que algumas formas de discurso se cristalizam. Elas se estruturam em discursos anteriores dentro de condições de produção semelhantes, e marcam uma determinada forma de se dizer tal coisa em tal situação. Esses discursos se repetem na estrutura formal, no tipo de linguagem, nos conhecimentos prévios, em pensamentos que estão em voga ou não. E todos, embora não percebamos¹², seguimos determinada ordem do discurso nas diferentes situações discursivas em que nos colocamos, porque os discursos, em grande medida, se repetem e se estruturam a partir dessa repetição (FOUCAULT, 1996).

Se observarmos a escolha de palavras e a estruturação dos dois textos que são objeto desta primeira análise, percebemos as marcas que retomam o já-dito do discurso dessas duas instituições, diversas entre si, mas que seguem uma continuidade discursiva própria.

Dessa maneira, os sindicalistas se expressam dentro de uma linguagem sindical, que nos países latino-americanos, em sua maioria, tem ligações com movimentos sociais e partidos que são considerados de esquerda. Daí vem a linguagem impositiva, que expressa uma

¹² Pêcheux (1988) chama isso de primeiro esquecimento.

posição geralmente contrária, que demanda respeito de condições, que causa choque e desconforto, que acusa e se defende, como no recorte:

Reivindicamos o direito à sindicalização de todos os trabalhadores, respeito à representação sindical e livre acesso a todos os locais de trabalho, o direito à negociação coletiva, e exigimos o cumprimento dos acordos firmados.

Inicialmente, percebemos que o texto do sindicato está organizado em tópicos, trata-se de uma lista de reivindicações, como podemos ver no recorte abaixo:

SANTANDER Por uma **empresa com responsabilidade social**.

Diante das diferentes realidades dos **empregados** do Santander nos países onde atua, **os participantes da Coordenadora Sindical Ibero-Americana do Grupo Santander**, reunidos nos dias 7 e 8 de julho de 2003 em São Paulo, resolvem:

- **Convocar todas as entidades sindicais e representativas** a organizarem uma mobilização dos trabalhadores do Grupo Santander, em todos os países, para lutar e conquistar:

Direito ao emprego

Exigimos do Banco Santander:

- Manutenção dos atuais empregados, evitando demissões arbitrárias, conforme assegura a Convenção 158 da Organização Internacional do Trabalho (OIT).
 - Fim das contratações precarizadas, como terceirizados, temporários, e estagiários, chegando a ser fraudulentas em alguns países da América Latina.
- Liberdade sindical
- **Reivindicamos** o direito à sindicalização de todos os trabalhadores, respeito à representação sindical e livre acesso a todos os locais de trabalho, o direito à negociação coletiva, e exigimos o cumprimento dos acordos firmados.

A lista de reivindicações trata das condições de trabalho no banco e é finalizada da seguinte forma:

Essas **reivindicações** correspondem a uma plataforma **mínima** que o Banco Santander **deve reconhecer** e, **se atendidas**, permitirão **avançar** como **empresa com responsabilidade social**.

Primeiramente, trataremos desse fecho do texto. Sugerimos que nos atenhamos à escolha lexical. Para começar, a escolha do termo ‘Reivindicação’, que mobiliza o sentido de reclamação de um direito, o que é diferente de um pedido, um favor. Uma reivindicação remete a exigência (o verbo exigir está presente em todo o texto, assim como reivindicar). No entanto, a nossa melhor pista desse excerto talvez seja o uso do adjetivo ‘mínima’. Pois bem, o sindicato coloca uma plataforma mínima, ou seja, um ponto de partida, requisito

básico, inicial ou pré-requisito. O mínimo que se deve fazer, de alguma forma, remete ao sentido de obrigação. Outra escolha que mobiliza esse sentido de obrigação é o uso do verbo ‘dever’. O trecho “, se atendidas,” colocado entre vírgulas, também aponta direções importantes. O uso de ‘se’, neste recorte, indica probabilidade e condição. Ou seja, se as reivindicações forem atendidas, o banco avançará como empresa com responsabilidade social. Mas, ainda no texto, essa construção traz outra direção, a de que ‘reconhecer’ a plataforma não é o suficiente se o banco quer ser uma empresa com responsabilidade social. Isso só é possível se a condição trazida por “se atendidas” for cumprida. Ou seja, os sindicalistas estão dizendo que atender à lista de reivindicações (inteiramente) é o mínimo que a empresa pode fazer para ser uma empresa “com” responsabilidade social.

Há algum tempo atrás, em outras condições de produção, com outros sujeitos, talvez o fecho dessa lista de reivindicação pudesse ser outro. Por exemplo, se o Santander Banespa ainda fosse o banco público Banespa, como era por volta de dez anos atrás, talvez o fecho dessa carta fosse uma chamativa de greve ou paralisação. É interessante pensar nesse deslocamento e em sua causa.

Devido às condições de produção – a globalização da economia, a privatização das empresas estatais e o poder político-econômico das empresas multinacionais –, não há menção, na carta, à paralisação e sim à responsabilidade social. Observamos que essa última frase analisada não é impositiva como as afirmações anteriores de reivindicações e exigências, isso porque, os padrões de comportamento, como, por exemplo, ser socialmente responsável, não são legalmente obrigatórios e as empresas não podem ser processadas por irresponsabilidade social. Como já afirmamos se produz uma quebra no conjunto da carta no que diz respeito ao tom reivindicatório, quebra que nos sugere que o modo de interlocução anterior está em questão, o que o sindicato parece ter percebido é que o discurso da RSC é uma nova e importante possibilidade de interlocução com a empresa, nas condições de produção do momento.

Levando em conta o que o foi definido por Althusser (1985) quanto aos aparelhos ideológicos, podemos chamar a atenção para o uso da terceira e primeira pessoas, no que refere ao caráter de representação dessas instituições. No primeiro momento, temos a terceira pessoa do singular: “os participantes da Coordenadora Sindical Ibero-Americana”,

que depois de “convocar todas as entidades sindicais e representativas” que irão, por sua vez, organizar a “mobilização dos trabalhadores”, se torna a primeira pessoa do plural.

Os sujeitos que são incluídos nesse ‘nós’ são os participantes da Coordenadora, as entidades sindicais representativas convocadas e os trabalhadores mobilizados pelas entidades representativas. Por mais que esse ‘nós’ produza um efeito de universalidade, o caminho de construção dessa pessoa passa por restrições específicas que são apagadas ou esquecidas no momento da formulação da primeira desinência de primeira pessoa do plural. Podemos retomar, aqui, uma das características do aparelho ideológico e, conseqüentemente, da pessoa jurídica: a questão da representação. A coordenadora, neste caso, representa vários indivíduos, sob o uso do ‘nós’.

Lagazzi (1998), ao apontar as diferenças entre os discursos da liderança do Movimento Sem Terra e dos camponeses assentados, nos mostra que, por mais identificado que esteja o sujeito que enuncia, por mais que se identifique a esse ‘nós’ que demanda seja a terra, o fim da ditadura ou seus direitos, essa identificação nunca é plena, a contradição é constitutiva em um discurso de porta-voz. Os líderes do movimento usavam ‘nós’, às vezes se referindo à liderança do movimento, às vezes a todos os camponeses envolvidos naquela ocupação / assentamento. Existe um funcionamento semelhante nesse recorte: os trabalhadores do Santander não estão todos representados por esse ‘nós’.

Tomando as condições de produção do recorte, temos que, no movimento sindical, são consideradas representativas apenas as entidades que têm um determinado número de filiados. As últimas atualizações legais¹³ relativas às entidades sindicais estabelecem um número mínimo de filiados para os vários graus dessas entidades. Assim sendo, ‘representativas’, além de remeter à força da representação sindical (o maior número de trabalhadores possível), também traz a atualização dessa representação dentro das novas condições de produção, o que indica a burocratização legal à qual o sindicalismo tem sido submetido¹⁴.

¹³ Ministério do Trabalho e Emprego

¹⁴ Sobre a história do movimento sindical no Brasil MARTINS, H. H. T. S. 1989

Esse “nós em formação”, como nos mostra Pêcheux (1990, pág. 17), traz já na posição do porta-voz que o enuncia uma contradição ou “dupla visibilidade”: “(...) o porta voz: ao mesmo ator visível e testemunha ocular do acontecimento (...)”.

O porta-voz participa do acontecimento, que aqui é a ruptura com uma determinada prática ideológica, mas é um ator visível porque é visto pelo poder que afronta no momento em que fala pelo “nós em formação”, ao mesmo tempo em que se destaca do grupo por falar por ele “testemunha ocular” (PÊCHEUX, op. cit.).

Em seu trabalho sobre os discursos dos governos pós-ditadura na Argentina, Zoppi-Fontana (1997, pág. 21) descreve o movimento enunciativo do porta-voz. Esse movimento vai dos representados para o representante (porta-voz) e do representante para os representados. Na análise apresentada pela autora, antes da ditadura ser derrubada na Argentina, o movimento vindo dos representados para os representantes predominava, todos queriam vencer o inimigo comum (a ditadura). Depois da ditadura o movimento predominante se tornou o do representante para os representados, ou seja, basicamente, o do chefe de Estado eleito democraticamente para os seus representados.

Pode-se observar, no movimento sindical, uma relação semelhante. Antes de ser legalizada a organização sindical dos trabalhadores no século passado, o movimento enunciativo partia, predominantemente, da base em direção ao porta-voz. Hoje, depois do advento das leis trabalhistas e de regulamentação sindical, o movimento vai, na maioria das vezes, dos líderes para as bases. Existe uma relação direta entre a legalização sindical pelo Estado e o conseqüente endurecimento do movimento pela “língua de madeira” (Pêcheux 1990, p. 11), pelo efeito de igualdade gerado pelo discurso jurídico, que “introduz, por meio do universalismo, uma barreira política invisível”. A possibilidade de identificação da representação dos trabalhadores, por meio de leis que legitimam a existência da formação social do capital, justifica a menção do sindicato na lista dos AIE de Althusser (1985).

O nosso recorte no caminho de construção do ‘nós’ nos mostra isso. Primeiro a coordenadora internacional, depois as entidades sindicais representativas e, enfim, os trabalhadores mobilizados. Essa é uma pequena amostra da própria organização sindical. No que concerne aos graus das entidades sindicais, ela reflete a burocratização e a distância entre base e representantes, como aponta MARTINS, H. H. T. S. (1989), em seu histórico do

movimento. Um trabalhador se filia a um sindicato, que por sua vez é filiado a uma federação ou confederação, que por sua vez é filiada a uma central¹⁵, com esse ou aquele direcionamento político.

Ainda que as condições de produção atuais do capitalismo nos coloquem alterações de alcance e negociação e novos padrões de comportamento, os sindicalistas se expressam dentro de uma linguagem sindical, isso é, dentro de uma estrutura relativamente cristalizada por discursos anteriores. Assim, é possível perceber a linguagem impositiva.

Dessa forma, há a presença de verbos fortes e taxativos, como ‘exigir’, ‘reivindicar’, ligados a uma linguagem específica sindical, de luta, de movimentos sociais:

- **Exigimos** também o **fim** do assédio moral, ocasionado pela **pressão** exercida para o cumprimento de metas **inatingíveis**.
- **Exigimos** ainda melhores condições de segurança nas agências e postos de serviços, com o objetivo de inibir assaltos e sequestros, como também proteger a vida dos trabalhadores e clientes.
- Em caso de assaltos e sequestros, o banco **garantirá** o tratamento médico e psíquico dos trabalhadores afetados e de seus familiares quando necessário.

Palavras como ‘pressão’, ‘fim’, ‘inatingível’ trabalham em uma memória discursiva de luta, de limite. Se trocarmos essas palavras ou se, por exemplo, mudarmos o tempo verbal de ‘garantirá’, suavizamos o enunciado: ‘o banco garantiria’ e o ‘banco garantirá’ nos afetam discursivamente de forma distintas.

Precisamos, neste momento, trazer um pouco das condições específicas dessa situação discursiva. As metas, aqui, se referem a um número de vendas de produtos do banco que os funcionários devem realizar. Ou seja, os funcionários devem vender um número de seguros, cartões de crédito ou títulos de previdência privada por mês. Nas palavras do sindicato, essas metas são inatingíveis. Aqui, a escolha de ‘inatingível’ nos traz, novamente, apontamentos para esse sentido de limite. Ora, inatingíveis não são metas difíceis de serem alcançadas, são metas que não se alcançam. Inatingível está para impossível. Ainda nesse conjunto dos termos que acionam situações limites, temos ‘fim’. O fim que se exige, que é o caso dessa situação discursiva, é diferente de um fim que se alcança, ou seja, a que se

¹⁵ Informações do Ministério do Trabalho e Emprego

chega naturalmente. Aqui, o fim está para interrupção, para o ato de acabar com essa tal coisa.

Essa é uma linguagem que demanda mudança e que, já apontamos, é típica de certos movimentos sociais que se apresentam como sendo de esquerda. Ainda que em um contexto de atualização de negociações, de negociações menos “corpo a corpo” (os trabalhadores vão entregar um documento, não vão parar, a princípio, o funcionamento dos bancos), o funcionamento tautológico (LAGAZZI, 1998) do discurso sindical permanece. O importante é defender os direitos dos trabalhadores de um patrão explorador (que exige metas inatingíveis, que pratica assédio moral).

Como já pontuamos acima, é de natureza contraditória também a relação sindical e dos movimentos de esquerda como um todo com a lei. O direito de organização dos trabalhadores e a própria existência legal dos sindicatos datam da era Vargas. Até aquele momento, todo tipo de união dos trabalhadores e toda sua luta ocorria de maneira “ilegal” (MARTINS, H. H. T. S. 1989). Segundo Pêcheux (1990), depois da revolução burguesa, a nova divisão da sociedade foi encoberta pela unidade formal que se baseia no direito. O direito que a burguesia e que todos (mesmo aqueles que nada possuíam) tinham à propriedade serviu para manter a divisão social da formação capitalista. Depois da legalização, os sindicatos têm direitos e deveres, funcionam debaixo da lógica da organização social jurídica. Isso possibilita a presença da “língua de madeira” do capitalismo (PÊCHEUX, 1990) no discurso dos trabalhadores.

No movimento sindical, trazer a questão dos direitos trabalhistas nacionais e internacionais para a responsabilidade social ficou conhecido como “a resposta do sindicato” (JAKOBSEN, 2002). É, no entanto, importante observar em que essa resposta se pauta. Se substituirmos a possibilidade de ser uma empresa socialmente responsável, encontrada no fim da carta da Coordenadora, por uma ameaça de greve ou paralisação, que seria o esperado frente ao tom encontrado na carta, esta continuaria funcionando de maneira relativamente semelhante, no que diz respeito a seguir a ordem do discurso sindical, falar do que os sindicalistas sempre falam. No entanto, o fecho com a “responsabilidade social” constitui uma quebra nesse funcionamento, mostrando uma contradição. Ela não combina

com esse lugar da militância e do reconhecimento. Devido às condições de produção, a RSC constitui uma nova possibilidade de interlocução.

Existe, sim, a possibilidade semântica de retomar o jurídico, porque o termo ‘responsabilidade’ permite. No entanto, a forma como esse termo funciona na carta da Coordenadora não o faz e a chamada resposta sindical não inaugura um novo sentido para responsabilidade social, como se poderia pensar. Tampouco observamos uma re-significação do sentido jurídico do comprometimento que o empresariado apaga ou desloca em seu discurso, que veremos a seguir. O que há é uma adequação às possibilidades de interlocução que as condições de produção atuais determinam.

Uma das primeiras coisas que chamam a atenção no texto da empresa sobre responsabilidade social é a semelhança estrutural com o discurso da qualidade total e o discurso de marketing e propaganda. Em especial a estrutura organizada em tópicos como ‘Missão’ e ‘Valores’ remetem diretamente ao discurso da qualidade total (AMARAL, 2005).

Nos seguintes trechos:

Missão da Área de Responsabilidade Social

A missão da área de Responsabilidade Social **Corporativa** é criar e desenvolver instrumentos, projetos e programas com os quais o Santander Banespa possa **contribuir** para o **desenvolvimento socioeconômico e ambiental, favorecendo a melhoria da qualidade de vida** da comunidade onde atua e da sociedade como um todo.

E:

Estratégia

O Santander Banespa tem uma **estratégia de atuação social** que se caracteriza por três núcleos de atividade: "Parceiros em Ação", em que a participação nos projetos para a **comunidade** é feita junto com entidades públicas e privadas, "Inserção Digital" (...)

Amaral (2005) nos diz, em sua análise, que o discurso da qualidade total tem um objetivo aparente de trazer novas formas de relação entre empregadores e empregados. O chamado “novo método de gerenciamento”, valendo-se de novos termos para sentidos antigos, mantém o velho discurso de submissão da força de trabalho pelo capital. Amaral (2005, pág. 171) nos aponta, ainda, que esse “novo método de gerenciamento” não fala em regras, mas sim em valores. Para mando e ordenação nós temos a responsabilidade (que é

de todos), não se fala em empregados, mas sim, em funcionários e colaboradores. Ou seja, pela paráfrase e pela polissemia, na tensão entre o mesmo e o diferente, fala-se o mesmo com efeito de sentido do diferente.

Existe a tentativa de suavizar os discursos autoritários patronais já conhecidos por um dizer que estimule a liberdade e criatividade do funcionário. Isso, no entanto, pela imposição de metas de desempenho e responsabilidade individual pelo coletivo (“todos são responsáveis pelo desempenho da empresa”), submete e determina as posições sociais na Formação Social da mesma forma, ou seja, continua representando a existência material da ideologia capitalista nessa formação.

É uma pista muito importante a apresentação da responsabilidade social de uma grande corporação dentro da estrutura e com um léxico previamente estabelecido pela qualidade total. Tendo em vista que ambos os discursos se originam em uma mesma formação discursiva, sob uma mesma formação ideológica, em meio às condições de produção do neoliberalismo do fim do século XX e início do XXI, isso nos aponta o discurso empresarial renovado, “politicamente correto” e “ético”, os apagamentos que esse falar responsável e ético faz e os efeitos de sentido que movimenta.

Ainda nesses recortes, as palavras ‘desenvolver’, ‘favorecer’, ‘contribuir’ remetem-nos aos discursos políticos e desenvolvimentistas. Esses termos mostram como o sentido de ‘responsabilidade social’ se relaciona ao assistencialismo e à filantropia. ‘Favorecer’ e ‘contribuir’ podem ser considerados em uma mesma família parafrástica e não trabalham o sentido de divisão, ou justiça, trabalham o sentido da caridade.

Podemos dizer que mais do que ser empresas socialmente responsáveis, é necessário mostrar às pessoas que elas o são, e fazer com que as pessoas acreditem e queiram isso nas empresas. A RSC não se vende ou compra, e talvez isso cause o estranhamento, no entanto, tendo em vista os padrões de comportamento do nosso momento histórico, a imagem de uma empresa com RSC importa muito. O fato do discurso da RSC ocupar esse espaço e o modo como formula a possibilidade de relações da RSC com o consumo é muito importante.

A empresa não opta por esse discurso que se assemelha à propaganda, trazendo traços da Qualidade Total, somente para se promover, mas porque esse discurso e suas evidências

aparentes promovem a empresa da melhor maneira possível, evitando determinados conteúdos e abordando outros. Embora, ‘responsabilidade social’ funcione entre os sentidos assistenciais e jurídicos, a empresa enfatiza os assistenciais.

Outro traço que aponta esse direcionamento é “qualidade de vida”. Amaral (2007, pág. 60) nos mostra que essa expressão nasce do movimento de reestruturação produtiva no nosso país, o Programa Brasileiro da Qualidade e Produtividade (PBQP), estabelecido em 1990. O conceito de qualidade, que até o terceiro ciclo do programa (1998) dizia respeito apenas aos produtos, passa a ser aplicado também à vida das pessoas envolvidas na produção. E ao trazer a questão da qualidade de vida para seu programa de responsabilidade social, a empresa apaga novamente a obrigatoriedade jurídica que uma empresa tem para com a sociedade em que atua.

A imagem veiculada ao texto é outra marca desse funcionamento assistencial do discurso. Acima do parágrafo que contém a frase “*das pessoas que têm dificuldade de ter acesso*” estava a foto de duas crianças negras. Depois de uma atualização da página, essa foto já não acompanha mais esse texto, entretanto, na primeira página que se abre quando clicamos no link ‘responsabilidade social’, é exibida a foto de uma garotinha também negra, sorrindo. Abaixo estão as figuras:





As propagandas usam imagens com o intuito de gerar apelação e chamar a atenção do público alvo em questão. Essas figuras não foram escolhidas ao acaso, nem de maneira imparcial. É possível entender o reclame da propaganda nelas: elas nos chamam atenção, nos fazem parar e nos apontam o objetivo do reclame. Não seria surpresa nenhuma o uso de outras figuras se o objetivo nesse momento fosse outro que não “vender” a empresa como socialmente ativa e responsável.

Da mesma maneira, a formulação “pessoas que têm dificuldade de acesso” pode ser visto como uma paráfrase para uma referência comum nos discursos assistenciais dessa virada de século, os “excluídos” (AMARAL, 2007).

Isso nos é apontado pela mudança na direção discursiva quando se fala em responsabilidade social. A propaganda direta fala com você (segunda pessoa), já as ações sociais se direcionam aos “que têm dificuldade de acesso”. Essa passagem para a terceira pessoa é uma pista para o fato de que aqueles com dificuldades e que são ajudados pelo

banco não são os mesmos que leem essa apresentação. Eles não são nem mesmo interlocutores, não são previstos como tal.

Benveniste (1988, p. 248-250), em seu trabalho sobre as três pessoas estabelecidas pela gramática clássica (eu, tu, ele), estabelece que essas classificações gramaticais não explicam suficientemente o funcionamento desses pronomes. Segundo o autor, falta o que ele chama de “correlação de subjetividade”. Muito embora o autor trabalhe com conceitos ainda ligados ao estruturalismo e tenha uma definição de discurso que se afasta bastante de nosso quadro teórico de referência, vamos trabalhar, pontualmente, com sua correlação de subjetividade no que concerne à terceira pessoa. A terceira pessoa não participa do diálogo ou da própria possibilidade de diálogo, somente a primeira e a segunda pessoas têm essa possibilidade, por isso o autor chama a terceira pessoa de “não pessoa”, porque ela não está ali. Aplicando essa definição em nossa análise, esses excluídos são excluídos também da própria situação discursiva. Esse afastamento retoma o que Janine Ribeiro (2000) estabeleceu sobre o social, quando o autor argumenta que a ação social é externa a quem a pratica.

Além desse deslocamento de pessoa, o fato de as crianças serem negras, a maneira pela qual essas imagens nos afetam, está ligado às relações históricas, culturais e linguísticas. Não é novidade relacionar pobreza, dificuldade de acesso, e ações assistenciais aos afrodescendentes. Gregoli (2009), em seu estudo sobre identificação e gênero do cinema brasileiro, esbarrou em questões relativas à etnia durante sua análise. Segundo a autora, os espectadores, de acordo com sua nacionalidade e poder aquisitivo, tendiam a aceitar melhor ou pior os personagens afrodescendentes. Os dados encontrados por Gregoli (2009, p.47) são importantes para nossa análise no que concerne às relações imaginárias criadas pela formação ideológica neoliberal. Em especial no que concerne à etnia no Brasil, existe um imaginário criado pelo discurso neoliberal da democracia a respeito do “multiculturalismo” e do “multiétnico”, dizeres pelos quais o capitalismo mantém sua dominância, e que são, ao contrário dos efeitos e evidências de sentido que produzem, estabelecidos “por um mal estar de raiz: o preconceito” (ORLANDI 2009, p.7).

3.3.1 Considerações sobre a primeira análise:

Afirmamos que o texto da empresa sobre responsabilidade social apresenta uma estrutura baseada em textos mercadológicos de propaganda e tem relação com o discurso da qualidade total. O texto da empresa é, de certa forma, uma lista de ações e características que garante a qualidade, só que, nesse caso, não se trata de um produto e sim da vida das pessoas, ou de determinadas pessoas. Esse discurso sobre responsabilidade social corporativa já está se cristalizando como um tipo de apresentação comum às grandes empresas e enquadra-se na forma de um discurso de propaganda e qualidade total que é estruturado de uma forma específica.

A ordem do discurso sindical também permanece. A estrutura de reivindicação e a de luta para estabelecer direitos e defendê-los está presente na sequência discursiva analisada. Mas o final da carta do sindicato marca um hiato com as sequências anteriores. Como já dissemos, ele marca uma quebra, um lugar de contradição entre o lugar da militância e o discurso neoliberal.

Mesmo que ‘responsabilidade’ seja um termo equívoco na expressão que tratamos, pela sua relação histórica com a individualização do sujeito de direito, o funcionamento de ‘responsabilidade social corporativa’ não traz marcas que apontem para o comprometimento e obrigatoriedade que o sujeito jurídico implica, em nenhum dos dois recortes. Para observar melhor esse funcionamento de que estamos falando, vamos propor um último exercício parafrástico. Se substituíssemos o termo ‘responsabilidade’ por ‘assistência’ no texto da empresa (E), o texto permaneceria legível e basicamente com a mesma interpretação, no entanto, se fizéssemos essa substituição na carta reivindicatória do sindicato (S) haveria algum estranhamento:

(E) A missão da área de **Assistência** Social Corporativa é criar e desenvolver instrumentos, projetos e programas com os quais o Santander Banespa possa contribuir para o desenvolvimento socioeconômico e ambiental, favorecendo a melhoria da qualidade de vida da comunidade onde atua e da sociedade como um todo.

(S) SANTANDER Por uma empresa com **assistência** social.

(...)

Direito ao emprego

Exigimos do Banco Santander:

Liberdade sindical

Reivindicamos o direito à sindicalização de todos os trabalhadores, respeito à representação sindical e livre acesso a todos os locais de trabalho, o direito à negociação coletiva, e exigimos o cumprimento dos acordos firmados.

Respeito à jornada de trabalho
Exigimos o cumprimento da jornada de trabalho, em defesa da saúde do trabalhador, possibilitando a geração de novos empregos.
Saúde e segurança no trabalho
Exigimos do banco condições de trabalho que preservem a saúde do trabalhador, sendo de responsabilidade da empresa as doenças ocupacionais, que afetam os trabalhadores, e a devida assistência médica, (...)
Essas reivindicações correspondem a uma plataforma mínima que o Banco Santander deve reconhecer e, se atendidas, permitirão avançar como empresa com **assistência** social.

Neste jogo parafrástico, se substituirmos ‘responsabilidade’ por ‘consciência’, a interpretação permanece possível nos dois discursos. Isso serve para mostrar que, como estabelece Pêcheux (1993, pag. 94-95), toda sinonímia depende das condições de produção.

É interessante e deve ser considerado o fato de o sindicato ter enxergado a possibilidade de “responder” às campanhas de responsabilidade social, que pode ser caracterizado como uma busca pela oportunidade de interlocução. Oportunidade essa que se tornou possível pela equivocidade do termo ‘responsabilidade’, que, no discurso da empresa, traz determinados sentidos e apaga outros pela falha característica da língua. Essa possibilidade permanecerá aberta porque, como nos diz Paul Henry (ORLANDI 2003), o significado não se fecha. E é nessa abertura que está a possibilidade de equívoco, de rachadura em um ritual regulador de uma ideologia dominante. Isso só é possível, no entanto, por meio do simbólico. Se as grandes corporações são, agora, instituições poderosas, cujos interesses são determinações a serem respeitadas, por meio de seus rituais ideológicos, o equívoco, o mal-entendido e a possibilidade de reformulação é a própria possibilidade de resistência ao discurso dominador (PÊCHEUX 1988 e 1990).

3.4 A responsabilidade social em revista¹⁶

Como dissemos na apresentação, os recortes analisados a seguir foram retirados da revista do Instituto Observatório Social (IOS), chamada *Observatório Social EmRevista*, e trata da concepção de responsabilidade social dada por atores diversos dentro do debate sobre a Responsabilidade Social Corporativa (RSC).

3.4.1 Sobre as condições de produção específicas da entrevista:

Para começar, é interessante colocar as condições de produção específicas da entrevista, que foram realizadas pelo Instituto Observatório Social (IOS), uma organização que realiza análises e pesquisas a respeito dos direitos trabalhistas. O IOS foi criado pela Central Única dos Trabalhadores, a maior central sindical brasileira. A revista do IOS publica esses estudos e análise sobre o comportamento das empresas com o objetivo de fornecer informações aos sindicalistas. Ou seja, a revista é uma ferramenta dos sindicalistas. Vale a pena pontuar que a equipe da revista (pessoas que trabalham no IOS) é composta de profissionais da área de pesquisa, ciências sociais, estatística, jornalismo, relações internacionais e etc. Não são os sindicalistas que realizam as pesquisas ou elaboram as matérias. De qualquer maneira, e muito embora a equipe tenha essa composição técnica, quando ela se dirige a alguém e quando alguém se dirige a ela (no caso das entrevistas), essa imagem da militância sindical está sempre presente. Ou seja, existe um efeito de antecipação (PÊCHEUX 1993, p.89) que se relaciona diretamente com a função de instrumento sindical da revista. E isso é importante para a análise porque influencia a maneira como as pessoas respondem a ela.

3.4.2 A pergunta feita pelo Instituto Observatório Social

Tendo em vista que nosso estudo está voltado aos sentidos que ‘responsabilidade social corporativa’ deriva, recortamos para nossa análise somente uma das perguntas feitas na entrevista da revista do IOS. A pergunta em questão é: “O que é responsabilidade social empresarial?”.

Trata-se uma pergunta direta. Em sua superfície, ela não tem nenhum parêntese ou introdução, ela não diz “para você”, “do ponto de vista de”. O uso da formulação “o que é?” indica a busca de um conceito. A pergunta também traz o adjetivo ‘empresarial’, o que

¹⁶ Referência ao nome da revista do IOS: *Observatório Social EmRevista*.

significa que já está posto que se trata da responsabilidade social da empresa, uma responsabilidade mais específica do que apenas a ‘responsabilidade social’, ou não haveria a necessidade do adjetivo. Então, o IOS afirma que existe uma responsabilidade social só para as empresas, aparentemente, e pergunta ao que é chamado de “atores sociais” o que ela seria. Esses “atores sociais” seriam, segundo o IOS, os representantes das entidades envolvidas nos debates sobre a RSC. Na Análise do Discurso, ator/agente social é o indivíduo interpelado em sujeito pela ideologia com sua existência material nas relações sócio-históricas (PÊCHEUX, 1988). Ainda sobre esses atores e considerando a interpelação ideológica, é preciso ter em mente que se trata de representantes de alguém ou alguma organização. Assim, aqui também há a posição do porta-voz (PÊCHEUX, 1990) de que já tratamos.

3.4.3 Análise das respostas:

Essa análise das perguntas trata das respostas dadas na entrevista do IOS, publicada na revista Observatório Social Em Revista de Outubro de 2003. Pareceu-nos interessante trazer o que o próprio IOS entende como responsabilidade social e tratar desse entendimento, antes de passar para as respostas dadas na entrevista. Na página 12 da revista, OIOS apresenta uma definição considerada “bastante completa”. Com base nessa definição, logo abaixo, é apresentada uma lista que estabelece o perfil de uma empresa socialmente responsável, sob o ponto de vista do IOS.

(...)Uma definição bastante completa sobre responsabilidade social foi desenvolvida por Wilson da Costa Bueno, jornalista e doutor em Ciências da Comunicação. Ele afirma que responsabilidade social é o **exercício planejado** e sistemático de ações, estratégias, e a implementação de canais de relacionamento entre uma organização, seus públicos de interesse e **a própria sociedade**, tendo em vista:

- a) contribuir para o desenvolvimento social, pelo respeito ao ser humano, independente de sua opinião e crenças, pela valorização da diversidade cultural e pela defesa irrestrita da liberdade de pensamento e expressão;
- b) propiciar condições **ideais** de trabalho para seus **colaboradores**, além de remuneração justa, capacitação profissional, realização pessoal e estímulo ao **diálogo** e à participação no processo de tomada de decisões;
- c) assumir a transparência e a ética como atributos fundamentais, tomando o interesse coletivo como a referência maior na condução dos negócios;
- d) preservar o meio ambiente, privilegiando a gestão de recursos e a oferta de produtos não agressivos à natureza;

e) praticar a excelência na fabricação de produtos e na prestação de serviços, tendo em vista os interesses, expectativas e demandas de seus consumidores ou usuários. Mais do que excelentes, no entanto, esses produtos têm que ser éticos, ou seja, não podem, por seu consumo ou utilização, acarretar prejuízos aos consumidores/usuários;

f) implementar projetos que visem ao desenvolvimento científico e cultural (aqui incluídas as artes em geral), esportivo, educacional e comunitário.

A formulação “a própria sociedade” retoma o afastamento de sentidos entre ‘social’ e ‘sociedade’, descrito por Ribeiro (2000). Vamos retomar esse afastamento, tendo em vista a definição de pré-construído de Michel Pêcheux (1988, p.164), na qual o autor afirma que o pré-construído é resultado da interpelação ideológica, sendo graças a essa interpelação que se produz o efeito de correspondência direta entre realidade e sentido. Tendo em vista a relação do sujeito com o pré-construído, uma definição para ‘responsabilidade social’ deveria levar em conta o sentido “sempre-já-ai” de social. Assim um sentido imediato do termo deveria dar conta, pelo menos seria o esperado, do que é da/pela/relativo à sociedade. Contudo, devido às condições de produção atuais do sistema capitalista, há uma relação polissêmica, tendo em vista que ‘social’, em determinados momentos, pode remeter ao assistencial. Assim, na relação polissêmica entre o sentido “pré-construído” e o sentido (re)tomado do termo nessas condições de produção, o discurso delimita a sociedade com ‘própria’, marcando que não se trata do ‘social’ da ‘assistência social’ ou da ‘coluna social’.

Na definição do sujeito, a RSC é uma atividade, ou seja, ela trabalha o sentido de uma ação positiva, que observaremos melhor a seguir. Mesmo que se trate de um “exercício planejado e sistemático”, ela ainda é um exercício.

A lista do que deve ser levado em consideração nesse “exercício planejado e sistemático” estabelece uma ordem de prioridades em que as ações filantrópicas e relacionadas ao meio ambiente vêm depois dos direitos humanos e trabalhistas, em sentenças relativamente pequenas e menos elaboradas. Especificamente, as ações filantrópicas encontram espaço somente no objetivo que trata do “desenvolvimento científico e cultural” que está em último lugar na lista de objetivos.

O primeiro objetivo trata do desenvolvimento social, que é um ponto em que várias definições se encontram, mas aqui esse desenvolvimento social é especificamente direcionado pelo respeito aos direitos humanos e pela “defesa irrestrita” da liberdade de

pensamento e expressão. Mesmo assim, os momentos em que os termos mais comuns em discursos sobre responsabilidade social aparecem (a saber, desenvolvimento social, exercício (ou prática) e ético/ética), nessa resposta, estão direcionados, explicitados. As construções “exercício planejado e sistemático” e “o desenvolvimento social pelo respeito ao ser humano” são exemplos disso. Outro exemplo interessante está no quinto objetivo referente à qualidade dos produtos - “esses produtos têm que ser éticos, ou seja, não podem, por seu consumo ou utilização, acarretar prejuízos aos consumidores/usuários”-, em que ‘ético’ é direcionado pela explicação depois dele.

Outro momento importante na resposta preferida do IOS é o segundo objetivo relacionado aos direitos trabalhistas. Nesse excerto a escolha de ‘colaboradores’ é bem interessante, sendo uma paráfrase, um deslocamento ou reformulação de trabalhador / funcionário. Esse deslocamento ainda mantém o vínculo com o sentido de trabalhador / funcionário, já que é possível reconhecê-los nesse termo por meio dos termos que o seguem, como ‘remuneração’ e ‘profissional’. Isso acontece, segundo Amaral (2000), porque o empresariado se apropriou do termo para atribuí-lo a um sentido antigo, relativamente reformado talvez, mas ainda sim antigo, porque um colaborador continua sendo um empregado, já que continua fazendo sentido junto com “remuneração mais justa” e “capacitação profissional”. Ou seja, as próprias condições de produção das situações discursivas em que esse termo circula permitem a sinonímia (PÊCHEUX 1993, p.95). A pretensa significação outra (ideal) na relação de dependência e participação do funcionário, que deslocaria o sentido de ‘aquele que trabalha para uma organização’ para ‘aquele que colabora com ela’, não foi alcançado e é por isso que a relação entre os termos se mantém.

Assim, ‘colaborador’ é tão somente uma formulação politicamente correta, como são ‘afrodescendentes’, ‘companheira’ e “com dificuldade de acesso” (do nosso primeiro recorte). Se existe a possibilidade de identificação do empregado em ‘colaborador’; do negro em ‘afrodescendente’; da mulher de alguém em ‘companheira’ e dos pobres na “dificuldade de acesso”, é porque o politicamente correto é agora uma demanda do discurso dominante e isso traz a necessidade de amenização de discursos antigos ou a apropriação de termos (com apagamento dos sentidos ideais) usados anteriormente nas tentativas de

resistência. Mas, se houvesse mudança real e significativa nas condições de produção, na dominação e na repetição ritualística (ALTHUSSER, 1985) na formação social em questão, não haveria identificação e falaríamos de outras coisas de outras maneiras. Isso porque a identificação é a primeira evidência da interpelação (PÊCHEUX 1988, p.159). Assim, a diferença na forma usada pode não significar como outro sentido, se os sujeitos se encontram e identificam na mesma evidência significativa, sob a mesma ideologia dominante.

O termo ‘diálogo’, em “propiciar condições ideais de trabalho para seus colaboradores, além de remuneração justa, capacitação profissional, realização pessoal e estímulo ao diálogo e à participação no processo de tomada de decisões” aponta a presença do discurso e da formação discursiva sindical. Esse termo usado junto com “liberdade de pensamento e expressão”, dentro dessas condições de produção, ou seja, no discurso de uma ferramenta sindical, faz menção e remete à liberdade sindical, ao direito à negociação e à igualdade de oportunidades.

Das condições de produção nós temos que o IOS, como já mencionado, é um instituto de pesquisa sindical, de forma que a resposta escolhida por ele não poderia deixar de falar de direitos. É interessante perceber esse efeito de antecipação: a revista como instrumento dos sindicalistas precisa falar de coisas que seu público espera ouvir. Além disso, a lista dos objetivos do que “o exercício planejado e sistemático de ações e estratégias” têm em vista não é uma lista de reivindicações simplesmente, como na nossa primeira análise. Trata-se da “definição bastante completa”, nas palavras do IOS, dado pelo “doutor em ciências das comunicações Wilson Bueno”, e as marcas ‘definição’, ‘completa’ e ‘doutor’ introduzem o saber científico, a que se atribui um “valor de verdade” (FOUCAULT 1996). Soma-se a isso o fato de essa definição estar posta antes da entrevista, no texto sobre a RSC, o que cria, de certa maneira, um efeito de que essa era a resposta certa e/ou esperada. É importante pontuar, que com o uso de ‘completa’ e uma definição que faz funcionar direitos e política social ao mesmo tempo, o IOS legitima respostas que levem em consideração a instância social ou legal, um ou outro aspecto dentre aqueles listados.

Trataremos, agora, das respostas dadas pelos chamados atores sociais à pergunta “O que é responsabilidade social empresarial?”.

Consumidor:

A responsabilidade social empresarial é a **prática de valores éticos e socialmente responsáveis** por uma empresa na condução dos seus negócios. **Esses valores devem estar refletidos nas** relações da empresa com os diversos públicos com quem ela se relaciona e nas áreas em que atuam, passando pelo modo de produção, **pelo respeito aos direitos dos trabalhadores e consumidores**, pelo cuidado com o **meio ambiente**, pela publicidade e as **práticas de mercado**, chegando à avaliação dos impactos sociais e econômicos da sua atividade. Mas a responsabilidade social empresarial deve ser **complementada** pela responsabilidade social **dos consumidores**, que devem exercer o consumo cidadão e **responsável**.

Sobre as condições de produção, temos o IOS, como já apresentado anteriormente, entrevistando a coordenadora executiva do Instituto de Defesa do Consumidor (IDEC). Então, o sujeito em questão está em uma posição de porta-voz (PÊCHEUX, 1990), ela fala por alguém, nesse caso pelos consumidores.

Nossa primeira pista é ‘práticas’. É interessante pensar que a responsabilidade é algo que se pratica, se levamos em conta o sentido de responsabilidade em discursos jurídicos, como já mencionamos acima. Ser responsável por alguma coisa ou alguém, ter a responsabilidade por alguma coisa ou alguém, parece ser substituído no discurso sobre a responsabilidade social por práticas ou ações. Então, o que era responder por suas práticas e ações e/ou as consequências das mesmas, se transforma em ‘praticar esses ou aqueles valores’. E, ainda passível de algum estranhamento, é que o que se pratica são valores.

Se continuarmos nessa sentença, encontramos “na condução de seus negócios”, que reduz o campo dessas práticas. Essa localização das práticas da RSC entra em contradição com social, ou pelo menos um dos seus sentidos possíveis: o sentido de público e de relativo à sociedade. A condução de negócios de uma empresa, mesmo das empresas públicas, não é feita em um âmbito social, ela é privada, fechada. Assim, nós temos essa ética interna dada pela “prática de valores éticos na condução dos negócios”, que será “refletida” nas relações das empresas com os diversos públicos. O respeito aos trabalhadores e consumidores e meio ambiente são reflexos dessa prática (realizada internamente) da responsabilidade social. Essa definição que localiza a RSC “na condução dos negócios” é contraditória com o sentido de ‘público’ e de ‘relativo à sociedade’ que o termo ‘social’ pode derivar.

No final da resposta, temos o “complemento” da responsabilidade social empresarial, que é a responsabilidade social do consumidor. Ou seja, a responsabilidade social empresarial não é o suficiente, ou ainda, pela sociedade não são responsáveis apenas as empresas. E a responsabilidade dos consumidores se dá pelo “consumo cidadão”. O consumo cidadão está para consumo consciente, novamente com um deslocamento do sentido jurídico. Com o uso de ‘cidadão’, nesse caso, o sujeito não se refere àquele no “gozo dos direitos e cumprimento dos deveres civis e políticos em um Estado” (WEISZFLOG; MICHAELIS. 2002), o que causaria estranhamento se aplicado a consumo. Não se trata, neste recorte e nas condições de produção em questão, do que um cidadão pode consumir ou não, legalmente, sem correr o risco de perder seus direitos civis ou ser preso. O uso de ‘cidadão’ como complemento da ‘responsabilidade social empresarial’ aponta para um padrão opcional de comportamento. Se o termo já serviu, em algum momento, para designar aquele sob as leis do Estado, agora foi apropriado pelo discurso desenvolvimentista e da responsabilidade social, para estabelecer o padrão de comportamento sustentável.

Empresas:

A responsabilidade social de uma empresa está intimamente relacionada à forma com a qual ela gerencia seus negócios, ou seja, é a ética e as práticas que ela adota no seu dia-a-dia. Ou a empresa tem a ética em seu DNA – e a ética permeia todas as suas decisões – ou ela não pode ser apontada como uma empresa socialmente responsável. Vemos frequentemente na mídia notícias de empresas que apoiam esta ou aquela entidade, como forma de atrair a simpatia das pessoas e de dar alta visibilidade para suas marcas, mas é importante ressaltar que o auxílio prestado a ONGs ou abraçar causas, por positivos que sejam, não substituem a **prática responsável dos negócios. No caso da Unilever**, por exemplo, que trabalha com bens de consumo não duráveis, a responsabilidade social está ligada à maneira com que anunciamos nossos produtos, ao modo com o qual estreitamos nosso relacionamento com o consumidor através de nossos serviços de atendimento, ao **respeito que possuímos pela legislação vigente**, etc.

Novamente, temos ‘práticas’ e ‘ética’ e, novamente, temos uma relação interna, dada não só pela expressão “gerencia seus negócios”, como por “DNA”. O que significa que se não houver ética internamente, uma empresa não pode ser “apontada” como socialmente responsável. Estamos lidando novamente com um porta-voz, esse sujeito se coloca pela Unilever. Ele fala pela Unilever e não por todas as empresas. A partir disso, temos um sujeito inserido nessas condições de produção de disputa de mercado entre empresas. Essa

preocupação se mostra na separação da empresa que “não pode ser apontada como socialmente responsável” e com a construção de “No caso da Unilever”.

Ainda nesse momento de separação/destaque da empresa em questão, o sujeito afirma que abraçar causas e apoiar ONGs não substitui a “prática responsável dos negócios”, momento em que se torna possível observar o que Pêcheux (1988) denomina “antecipação” nas relações com as formações imaginárias. Isso porque esse diretor de empresa sabe que está falando com o IOS e o que o IOS representa. Então, falar sobre abraçar causas, trazendo a relação com a política social, não é o suficiente se o entrevistado estiver pensando na imagem do IOS. Por sua vez, a menção ‘ao respeito às leis vigentes’ pode ser o momento em que o atendimento dessa expectativa/antecipação imaginária se coloca. Essa antecipação também se mostra no uso de “apontada”, tendo em vista que existe alguém ou alguma entidade que apontar uma empresa socialmente responsável. Para a empresa, é muito importante ser reconhecida e “apontada” de uma maneira positiva no ambiente público e de publicidade, em um Estado neoliberal que precisa manter o funcionamento da concorrência (FOUCAULT 2008).

Trabalhadores:

Responsabilidade social empresarial, no entender dos sindicatos, **é um conjunto de práticas empresariais** que, além de visar o retorno do investimento (lucro), com igual importância também se materializa na relação ética e responsável com a sociedade, com os trabalhadores em tais empresas e seus representantes.

A resposta dos trabalhadores, embora contenha a formulação “no entender dos sindicatos”, trabalha com uma definição muito parecida com a da empresa, já que se trata de um “conjunto de práticas empresariais” que se “materializa na relação ética e responsável com a sociedade”. Mesmo que o meio sindical busque estabelecer um imaginário de resposta ou de um novo sentido para a RSC, o que funciona aqui por “no entender dos sindicatos”, a definição funciona exatamente da mesma forma que as definições empresariais da primeira análise e do recorte anterior. Essa resposta demonstra claramente que, no que concerne à RSC, sindicatos e empresas ocupam uma mesma formação discursiva.

Governo:

Tudo na vida pode ser feito de várias maneiras, então, sempre há uma **escolha**. **A responsabilidade social é uma forma de fazer as coisas** a partir de escolhas baseadas em princípios que **medem os impactos** provocados nas pessoas e no

meio ambiente. As organizações têm impacto sobre a vida dos trabalhadores. Será que esses impactos são positivos e melhoram a vida dessas pessoas? Um exemplo é a relação com os fornecedores. Se a empresa escolhe fornecedores que **usam mão de obra infantil** ou que agridem o meio ambiente, ela estará causando um impacto negativo na sociedade.

Antes de partirmos para a análise dessa resposta, é necessário voltar brevemente às condições de produção do neoliberalismo, cujo funcionamento foi descrito por Foucault (2008). Segundo Foucault (ibidem, *passim*), no Estado neoliberal, as instâncias políticas, econômicas e jurídicas não funcionam uma à revelia da outra, não são uma ferramenta da outra e não mantêm relações opostas. Essas instâncias têm um funcionamento imbricado e que trabalha na manutenção do sistema capitalista neoliberal. Por mais que exista um imaginário de que essas instâncias se opõem, se substituem ou anulam, como aquele observado em Lewkowicz et alii (2003), essas instâncias legitimam e fundamentam a sociedade neoliberal.

Já vimos, anteriormente, que do ponto de vista jurídico, responsabilidade é medir e/ou assumir as consequências de determinadas ações. Na própria raiz e origem etimológica do termo, há o termo ‘responder’ (HOUAISS; VILLAR 2001). Trata-se, então, de responder pelas próprias ações, por alguém, por um prejuízo praticado contra alguém e, em algumas definições, a responsabilidade prevê a compensação e o reparo desse prejuízo (Cf. ORLANDO 1959). Esse sentido derivado do jurídico de ‘responder por’ foi deslocado / redefinido no discurso da RSC. São amostras disso as respostas anteriores desse nosso recorte, em que se fala em prática e ação e não em resposta ou consequência, tampouco em prejuízo ou compensação.

A resposta do porta-voz do governo é a primeira a mencionar consequências (impactos), o que retoma, de certa maneira, o sentido da responsabilidade jurídica. Isso é compreensível pelas condições de produção e a posição em que o sujeito se encontra: ele fala pelo governo (Estado de Direito). Ainda assim, mesmo que o sentido jurídico de responsabilidade seja perceptível aqui, ele se apresenta muito suavizado.

Estamos considerando que, nessa sequência discursiva, “medir impactos das escolhas” seja uma paráfrase ou reformulação de ‘ser responsável pelas próprias ações’. No entanto, o uso de termos como ‘escolha’ e ‘impacto negativo’ em lugar do que, em um discurso jurídico, seria ‘liberdade limitada por obrigações legais’ e ‘crime’, ‘infração’ ou ‘prejuízo’,

praticamente esvazia esse possível direcionamento legal. Essa suavização se dá, também, pela menção de trabalho infantil e agressão do meio ambiente, que são infrações dentro do território brasileiro, sem a menção da obrigatoriedade legal e sua consequente punição ou compensação legal.

Voltando às condições de produção mais específicas dessa resposta e levando em consideração o efeito de antecipação (PÊCHEUX 1993, p.89), o fato de se tratar do representante do Estado cria certa expectativa sobre a maneira como o Estado age ou reage em relação a ou, ainda, percebe a RSC. Se o governo exerce ainda a função de regular as relações e de manter a ordem social, uma definição vinda de um de seus representantes poderia vir a ter um sentido regulatório, exemplar e trazer necessariamente um valor de verdade. As formulações dadas pelo porta-voz do governo, no entanto, dão ao cumprimento das leis (a base do poder regulatório governamental) um caráter quase que opcional. Chega a causar estranhamento que a empresa tenha a escolha entre fornecedores com mão de obra infantil ou não, de causar um impacto social negativo ou não. Se uma pessoa física se alia a outra pessoa física que promove ou realiza alguma forma de exploração infantil, ela é cúmplice de um crime. Por mais que as pessoas físicas tenham a aparente liberdade de escolha de suas ações, essa liberdade é limitada pelas obrigações legais que são impostas pelo Estado.

O uso de “impacto negativo” para designar um crime, além de apagar o sentido da obrigatoriedade jurídica, apaga ainda a possibilidade de criminalizar e punir, que são também funções do Estado. Então, esse afastamento do sentido de responsabilidade jurídica e a menção de crimes como ‘impactos negativos em decorrência de uma escolha’, permitem observar que a responsabilidade social das pessoas jurídicas e a responsabilidade das pessoas físicas são um tanto distintas. Ironicamente, para as pessoas físicas, a responsabilidade é mais jurídica, já para as pessoas jurídicas a responsabilidade é mais uma das possíveis ações dentro da sua quase ilimitada liberdade.

3.5 Entrevista realizada para esta pesquisa:

A seguir vamos apresentar as perguntas das entrevistas realizadas por nós para a elaboração desta dissertação. As perguntas feitas foram as seguintes:

1. O que é responsabilidade social?
2. O que é responsabilidade social corporativa?
3. As empresas que exercem a responsabilidade social são responsáveis socialmente, isto seria dizer que as grandes corporações são responsáveis pela sociedade?

As nossas observações iniciais e as primeiras análises nos direcionaram para o fato de que havia uma responsabilidade social que era primeiramente a de todos, todos os sujeitos vivendo em sociedade, e, por algum motivo, essa responsabilidade social passou a ser diferente para as grandes corporações. Isso causava incômodo, já que essas “pessoas” jurídicas têm os mesmos direitos sociais que as pessoas físicas, no entanto seus deveres parecem ser especiais.

O momento de formulação de nossas perguntas foi atravessado por esse raciocínio, e isso fica marcado nas duas primeiras perguntas, em que é feita uma separação entre as responsabilidades sociais possíveis pelo uso do adjetivo ‘corporativa’. Na terceira pergunta, assumindo que havia então a diferença citada acima, procuramos estabelecer qual seria, então, a responsabilidade específica das empresas.

No entanto, os sujeitos não responderam de acordo com essa separação, o que nos trouxe direções importantes sobre o sentido de ‘responsabilidade social corporativa’ e o seu funcionamento discursivo em nossa sociedade.

3.5.2 Análise das respostas

Respostas de um empresário:

Pergunta 1 - O que é responsabilidade social?

*É a responsabilidade de cada indivíduo para com a sociedade. Ações que **cada um** deve promover para o bem comum da sociedade como um todo e não apenas focando em **benefício próprio**.*

Pergunta 2 - O que é responsabilidade social corporativa?

*A responsabilidade que corporações têm para com a sociedade. Em geral, ações que empresas podem promover para trazer bens para a sociedade de forma geral. Alguns exemplos são a capacitação e formação de profissionais, programas sociais focados em **classes desprivilegiadas**, atuação com **ética** dentro dos mercados, enfim.*

Pergunta 3 - As empresas que exercem a responsabilidade social são responsáveis socialmente, isto seria dizer, que as grandes corporações são responsáveis pela sociedade?

*Não. Significa apenas que a empresa toma ações que **vão além das que geram benefícios próprio**, auxiliando na geração/manutenção de uma sociedade melhor.*

Das condições de produção mais específicas, temos um pequeno empresário que almeja se tornar um grande empresário para, nas palavras dele, “praticar a responsabilidade social”. O fato de tratar-se de uma pequena empresa torna o acesso ao seu presidente (dono) mais fácil, e a responsabilidade social, no sentido de autoria (ORLANDI, 2002), também é menor, porque quanto menor a empresa menos riscos ela corre nesse sentido de imagem, compra, acionistas. No momento da entrevista, havia ainda um encontro entre pessoa jurídica e pessoa física: o entrevistado usava frases do tipo “eu, como pessoa jurídica”. Então ele falava por ele, por uma empresa só dele, com uma responsabilidade e autoridade, da mesma maneira, dele.

Já mencionamos, inicialmente, que as duas primeiras perguntas buscavam uma diferenciação de sentidos entre ‘responsabilidade social’ e ‘responsabilidade social corporativa’. Esperava-se que a primeira tomasse o sentido mais jurídico de responsabilidade pela autoria e consequências das atitudes de um sujeito em sociedade, que se relaciona com a liberdade limitada pelas obrigações legais. Por sua vez, esperava-se que ‘responsabilidade social corporativa’ retomasse o sentido difundido no meio empresarial, relacionado a ações de cunho filantrópico. Já na primeira resposta, percebe-se que a separação não se dá como o esperado.

Definir responsabilidade social como “ações que promovam o bem” estabelece, ainda, a significação de ação filantrópica difundida no meio empresarial. Não encontramos a resposta esperada, com uma derivação mais jurídica. Trata-se de uma ação positiva, que “promove o bem comum”. Essas ações se voltam para o “bem comum da sociedade como um todo e não apenas focando em benefício próprio”. E essa construção de “não apenas”, de certa forma, se repete na terceira pergunta com “vão além” e novamente “o benefício próprio”.

O “ir além” e o “não apenas” indicam uma relação de adição. O ‘além de’ é usado para indicar que algo vem no topo de um todo completo, para o bem ou mal. Então, nós temos as

duas responsabilidades sociais em um papel de complemento. Primeiramente há o benefício próprio, e depois, em adição, vêm as ações tomadas pelo bem comum. Esse 'além de' entra em contradição com o que os sindicalistas colocam, na nossa primeira análise, como o mínimo que se deve fazer.

Muito embora o empresário tenha separado as responsabilidades sociais como indicado pelas perguntas, a definição de uma e de outras é a mesma. Existe uma diferença no que concerne à origem dessas “ações que promovem o bem”: na “responsabilidade social”, a origem é “cada indivíduo”, na “responsabilidade social corporativa” a origem são as corporações.

E se a “responsabilidade que as corporações têm para com a sociedade” está para a “de cada indivíduo para com a sociedade” e se, na terceira pergunta, o que as corporações têm não as tornam responsáveis pela sociedade, muito provavelmente a responsabilidade pela sociedade também não é de “cada indivíduo”, já que as responsabilidades são as mesmas. Então, as pessoas físicas (cada indivíduo) e jurídicas (corporações) não são, diretamente pelo menos, responsáveis pela sociedade, embora possam ser socialmente responsáveis. Esse ‘socialmente responsáveis’ significa apenas que as pessoas promovem ações “que vão além dos benefícios próprios”. Dentre essas ações, que foram exemplificadas apenas para as pessoas jurídicas, nós temos a “capacitação e formação profissional” e o auxílio às “classes desprivilegiadas”.

AMARAL (2007) nos mostra que, dentro da Formação Social Capitalista, excluídos são as pessoas que estão fora do mercado de trabalho, ou seja, não são e não têm a possibilidade ainda de serem consumidores. 'Cidadão', nessa mesma formação, vai além do gozo dos direitos e deveres e traz também o sentido de dentro do mercado, com possibilidade de participar do/no mercado. “Capacitação e formação profissional” estabelecem essa necessidade de participação / de fazer parte dessa formação social, trabalhando e, conseqüentemente, consumindo. Da mesma maneira, “classes desprivilegiadas” se relaciona, parafrasticamente, com “que têm dificuldade de acesso”, ou seja, os que estão de fora, os excluídos.

Nessas respostas, percebemos também algumas pistas da presença da personificação empresarial (de que tratamos no capítulo 2). Uma delas é que a responsabilidade que “cada

um” e as “grandes corporações” têm ou não têm é a mesma, como apontamos anteriormente. Outra pista dessa personificação é o uso da expressão “benefício próprio”. No dicionário Michaelis, dentre as dez definições dadas para ‘próprio’, cerca de cinco são pessoais: “relativo ao ser, que pertence a alguém”. O exemplo de uso que o dicionário oferece é o seguinte: “Justapõe-se frequentemente aos pronomes pessoais, possessivos e demonstrativos: Ela própria confessou”.

Benefício próprio remete e traz o sentido do pessoal. A empresa pode ser responsável e ter benefícios próprios como as pessoas (físicas) têm.

Respostas de um sindicalista:

Tenho trabalhado com o tema "responsabilidade social-corporativa" e **entendo que** a responsabilidade da empresa com respeito à sociedade deve começar dentro da mesma, com seus trabalhadores sendo tratados com responsabilidade e respeito com relação às normas, representação sindical, saúde, liberdade, etc. A empresa ou corporação deve estender a mesma à comunidade onde ela atua, mas de uma maneira democrática e numa via de correspondência com os seres humanos à sua volta, os seus clientes, fornecedores, etc. Deve ter um código de conduta envolvente e amplo, de preferência baseado em normas internacionais. As empresas em geral são **entes sociais** e tudo o que elas fazem tem alguma **repercussão social**. Imagine as grandes e gigantes empresas! Agora, deveriam ser responsáveis... Mas em minha opinião não são.

Cito um exemplo atual: Vale do Rio Doce. Decidiu não renovar o acordo coletivo com o sindicato local em Sudbury, Canadá. O sindicato entrou em greve com cerca de 4.000 trabalhadores. Antes da paralisação, junto com o sindicato local, toda a comunidade, comerciantes, escolas, prefeitura, etc. tentaram convencer a empresa a continuar na mesa de negociações e se esforçar para apresentar uma proposta que contemplasse os trabalhadores, etc.

Se recusaram a conversar e receber os representantes. Depois de dois meses em greve a cidade sente o drama, pois é uma comunidade que depende em muito da atividade da mina. Teve alguma responsabilidade social nisso? **Acreditamos** que não.

Na resposta do sindicalista, a separação entre as possíveis responsabilidades sociais não existe. Ela é trabalhada como sendo uma coisa só e o sentido preferido dentre as possibilidades que ‘responsabilidade’ e ‘social’ permitem, nessas condições de produção, é diferente do dado pelo empresário e bastante atravessado pela formação discursiva sindical.

Primeiramente, trata-se de alguém que tem trabalhado com o tema. Essa apresentação traz uma indicação relativa ao valor do que vai ser dito. Não se trata de alguém que não sabe do que está falando ou não tem experiência sobre o assunto. O entrevistado, aqui, tem trabalhado com o tema e entende que o significado com valor de verdade pode ser dado por

ele. Outro reforço desse efeito de verdade é dado quando o entrevistado cita o “exemplo atual”, já que trazer um exemplo verdadeiro e atual é uma forma de validar o que está sendo dito. Isso é muito comum nos discursos políticos, com os quais essa sequência se assemelha, também pela estrutura do todo, sem qualquer quebra para especificar quais perguntas estão sendo respondidas. Além disso, observamos o direcionamento claramente sindicalista que ele toma.

Como aconteceu em algumas respostas dadas na revista do IOS, a RSC começa dentro da empresa e “se estende” para a comunidade em torno dela. No entanto, as escolhas lexicais aqui e os exemplos dão a essa definição um caráter um pouco mais taxativo e um efeito maior de clareza. Não se trata de ter “ética no DNA ou nos negócios internos da empresa” como nas sequências retiradas da revista do IOS. Nessa sequência discursiva, o que acontece dentro da empresa e indica a responsabilidade social é dado: respeitar normas, respeitar os trabalhadores e manter um diálogo com os “seres humanos” ao redor, de maneira democrática.

Finalmente, a resposta para a terceira pergunta tem um sentido que deriva mais de causa e consequência, dado na definição legal de responsabilidade pelo uso de “entes sociais” cujas atitudes causam “repercussão social”. O sindicalista diz, então, que as empresas deveriam ser, mas não são. E para mostrar o porquê de sua resposta, conta o caso da filial da empresa Vale do Rio Doce no Canadá.

Outro apontamento interessante está no uso da pessoa verbal. Antes de trazer o exemplo da cidade canadense, a desinência verbal do texto estava na primeira pessoa do singular (entendo, trabalho). Depois do caso do Canadá, a desinência passou para a primeira do plural (acreditamos). Isso indica que nesse mesmo momento, para reforçar mais ainda o efeito de verdade da negação, o sindicalista assume um papel de porta-voz, como trabalhado na análise anterior (PÊCHEUX 1990). Essa mudança súbita da primeira pessoa do singular para a primeira do plural indica essa representação, mas não sabemos ao certo de quem e quem ela inclui: os mineiros, os trabalhadores, toda a cidade do Canadá que passa pelo problema com a mineradora?

Respostas de uma estudante:

1. 'Responsabilidade social' é um termo que as **empresas inventaram** para **vestir** adequadamente seus **descontos de impostos**. Não pagam impostos quando financiam ou apoiam projetos sociais. Ou algo assim.

2. Não sei o que é responsabilidade social corporativa.

3. Não, não são responsáveis pela sociedade. Imagino que sejam responsáveis pela consciência dos funcionários quando implantam programas de reciclagem, gerenciamento de energia, cardápio vegetariano, e essas **eco-coisas**.

Nessa resposta, nós temos, novamente, apenas uma responsabilidade social e, de acordo com nosso sujeito, ela é das empresas (foi “inventada” por elas) e está relacionada ao meio ambiente e à isenção de impostos. Essa resposta remete ao sentido de responsabilidade social que é mais utilizado pelo empresariado. Mesmo que, aparentemente, o sujeito não concorde ou não goste desse sentido, ele parece prevalecer: o efeito de sentido ‘inventado’ pelo empresariado, que se resume a projetos sociais e comportamento ecologicamente correto e sustentável, de maneira que não exista outra forma ou sentido para a expressão ‘responsabilidade social corporativa’.

3.5.2 Observações gerais sobre a entrevista

Nas três entrevistas, chama a atenção o fato de que o único sujeito que diferenciou ‘responsabilidade social’ e ‘responsabilidade social corporativa’ foi o empresário. Isso nos leva ao fato de que a evidência trazida pela instituição empresarial está se cristalizando. O que era a responsabilidade social antes de ser corporativa, quem falava nisso? Anteriormente ao discurso da RSC, a responsabilidade sempre veio e nos atingiu por outros meios e instituições: as leis e as instituições jurídicas, a escola e a cidadania.

Foram as grandes corporações, nesse momento de troca/ocupação de um novo papel na sociedade capitalista neoliberal, graças à descentralização do Estado em determinadas funções, que passaram a veicular essa noção de responsabilidade social na mídia. Essa presença dominante do sentido trazido pela empresa, assim como o apagamento dos outros sentidos que a expressão poderia ter, são explicados pela importância que as grandes corporações tomaram em nossa formação social. Elas são instituições sociais que, da mesma forma como o governo e a igreja fizeram anteriormente, conseguem naturalizar seus sentidos, que tomam valor de verdade (PÊCHEUX, 2002).

Diferentemente dos discursos dos representantes, tratados anteriormente, o termo ‘ética’ não aparece de maneira tão generalizada, senão nas respostas do empresário. Isso se deve, provavelmente, ao fato de que alguns sentidos que derivam de ética apresentam um peso profissional/profissionalizante. Não falamos da ética das donas de casa, ou dos estudantes de primário. Ética é coisa dos médicos, dos políticos, das escolas e, obviamente, das empresas. O ponto é, apesar do sentido filosófico da ética clássica, a ética da formação ideológica que permeia a sociedade de mercado é dos profissionais.

A ética dos resultados, segundo Janine Ribeiro (2006), foi separada da ética de princípios (aquela individual, das boas intenções) por Maquiavel. Segundo Ribeiro (ibidem), essa ética de princípios passa a ter uma utilização de ordem mais pessoal e afetiva, enquanto a ética de resultados passa a servir o discurso político. Ribeiro desenvolve essa questão dizendo que, no que concerne à vida pública, não são as intenções que valem, mas sim os resultados. Essa diferença observada pelo autor (idem 2000, p.194-195), de ética do indivíduo privado e ética da instituição política, estabelece que os princípios não têm muita utilidade na vida pública e profissional, mas sim os resultados.

Os representantes do governo, sindicato, empresa e sociedade civil, na entrevista publicada na revista do IOS, estão significando em um meio oficial, logo, são atravessados por essa formação ideológica do sujeito profissional ético. Trata-se de representantes e profissionais. Isso talvez explique a presença generalizada da ética e o fato das respostas, nesse meio (revista), serem assustadoramente parecidas, quando havia a intenção (da revista) de apresentar diferentes pontos de vista de diferentes atores e, no nosso caso, de perceber diferentes sentidos em uma discussão política.

Outro fator importante, na entrevista do IOS e que a diferencia da entrevista realizada por nós, é o efeito de antecipação (PÊCHEUX, 1998). Tendo em vista que, na revista, havia uma antecipação quanto ao papel do IOS enquanto meio de divulgação de conhecimento, os representantes, nessa situação, estão identificados com e falam por sua instituição.

Isso, obviamente, muda, quando as respostas são dadas a uma estudante que, por motivos igualmente éticos, não pode publicar nomes ou qualquer maneira de identificação dos sujeitos/objeto da pesquisa. É como se, na nossa existência livre (sem o crachá de

identificação), nos fins de semanas e feriados, deixássemos o terno da ética em casa. Mas, na segunda-feira, precisássemos vesti-lo novamente.

3.6 Definições do Instituto Ethos e o Relatório de Sustentabilidade da Unilever: a institucionalização de entidades não governamentais no contexto de descentralização do Estado.

Os recortes a seguir foram tirados da página da web do Instituto Ethos, muito conhecido pelo seu trabalho sobre a Responsabilidade Social Empresarial (RSE). Vamos trabalhar com a definição de Responsabilidade Social dada pelo Instituto e alguns trechos relacionados ao tema, que o site apresenta.

Primeiramente, temos a missão do Instituto Ethos, que consta no Logo da organização: “Missão: mobilizar, sensibilizar e ajudar as empresas a **gerir seus negócios de forma socialmente responsável**, tornando-as parceiras na construção de uma **sociedade justa e sustentável**” (grifo nosso).

Ainda no site do Instituto Ethos, temos a definição de responsabilidade social empresarial, com sua respectiva referência:

O que é RSE

Responsabilidade social empresarial é a forma de gestão que se define pela relação **ética e transparente** da empresa **com todos os públicos com os quais ela se relaciona** e pelo estabelecimento de metas empresariais que impulsionem o **desenvolvimento sustentável da sociedade**, preservando recursos **ambientais** e culturais para **as gerações futuras**, respeitando a diversidade e promovendo a redução das desigualdades sociais.

Referências

As enormes carências e desigualdades existentes no país, aliadas às **deficiências crônicas do Estado no atendimento das demandas sociais**, conferem maior relevância à responsabilidade social empresarial (RSE). Daí a importância de entidades empenhadas em mobilizar o setor privado em torno do assunto, como a Fundação Abrinq pelos Direitos da Criança, criada em 1990, e o Grupo de Institutos, Fundações e Empresas (Gife), nascido em 1995.

No rodapé da página da Internet, exibi-se o seguinte aviso:

Esclarecimentos importantes sobre as atividades do Instituto Ethos

1. O trabalho de orientação às empresas é **voluntário**, sem nenhuma cobrança ou remuneração.

2. **Não fazemos consultoria** e não credenciamos nem autorizamos profissionais a oferecer qualquer tipo de serviço em nosso nome.

3. Não somos entidade **certificadora** de responsabilidade social nem fornecemos “selo” com essa função.

4. Não permitimos que nenhuma entidade ou empresa (associada ou não) utilize a logomarca do Instituto Ethos sem o nosso consentimento prévio e expressa autorização por escrito.

O Instituto Ethos, segundo sua página institucional na internet, foi criado em 1998 por empresários e outros representantes da iniciativa privada. É uma organização sem fins lucrativos caracterizada como “Oscip (organização da sociedade civil de interesse público)”.

A data de criação do instituto coincide com os primeiros debates pós-globalização e seus resultados. Como nos aponta AMARAL (2007), o fenômeno econômico conhecido como globalização, que se deu na segunda metade do século XX, teve um cunho puramente econômico e privilegiou os países de economia dominante, tendo efeitos nefastos, como o aumento da pobreza e grandes impactos ambientais. As Nações Unidas e organizações semelhantes vêm tentando, desde então, com inúmeros encontros e tratados, sanar os efeitos da expansão desenfreada das grandes corporações.

O discurso dessa organização está visivelmente afetado por essas condições de produção, o que pode ser visto nos trechos grifados no subtítulo denominado Referência. Existem desigualdade e problemas sociais e o governo não pode saná-los, então é necessário que outros setores da sociedade se manifestem.

Nessas sequências, percebemos também o deslocamento / resignificação do que antes era “dever do Estado”, como nos mostra AMARAL (2007, p. 83-84), para o terceiro setor, ou seja, o voluntariado. Muito embora o Instituto Ethos seja composto de empresários, seu trabalho é voluntário, ele não tem fins lucrativos, não realiza consultorias e nem emite certificados.

É interessante considerar o aviso do Instituto Ethos sobre os certificados e credenciamento. Se tal aviso se faz necessário, é porque houve em algum momento, ou tem havido, solicitações de credenciamento e certificação do instituto. Isso aponta para duas

direções, sendo a primeira que o Instituto Ethos é reconhecido como instituição capaz de credenciar ou certificar outras no que concerne a RSC, ou seja, suas definições têm valor de verdade no meio empresarial; e a segunda, que existe uma necessidade nesse meio de parametrização: as empresas precisam ser “apontadas” (nas palavras do CEO da UNILEVER, na revista do IOS) por alguém ou alguma organização como socialmente responsáveis. Vamos tratar mais dessa questão de parâmetros e ISOs mais adiante neste texto.

3.7 A resposta de uma grande empresa: sobre o silêncio, o óbvio e o não dito.

Durante esta pesquisa foram realizadas várias tentativas de entrar em contato com funcionários de empresas multinacionais sobre a responsabilidade social corporativa. Como as opiniões dos presidentes de empresas e presidentes/diretores de sindicatos já nos havia sido trazida pelo IOS, pensamos em realizar a nossa entrevista com os funcionários dos Institutos de Responsabilidade Social de algumas grandes corporações. Os Institutos têm sido criados pelas grandes empresas para representar a ação social das empresas nas diversas comunidades, de forma que são eles, basicamente, os templos da RSC das grandes multinacionais. Sendo assim, houve uma tentativa de nossa parte de entrar em contato com os funcionários dessas grandes corporações que estivessem engajadas em projetos de RSC. Isso parecia, inicialmente, uma tarefa relativamente simples. Mas, não foi. E ficou irrealizada, em princípio, pelo menos.

Os funcionários não retornaram nossas tentativas de contato, os telefonemas que fizemos para tentar as entrevistas eram atendidos com muita tensão. Eles nos pediram carimbos e assinaturas, e garantias de que nomes não seriam publicados. Ainda que tenham sido atendidas essas solicitações para provar que realmente se tratava de um projeto de pesquisa ligado a uma universidade pública, os funcionários não nos responderam.

A resposta que representa uma empresa na entrevista realizada durante essa pesquisa, como já explicado no início deste capítulo, foi dada por um pequeno empresário com aspirações de se tornar um grande empresário e “poder praticar” a RSC. Obviamente, a análise das respostas contribuiu muito para a pesquisa, mas não substituiu – e nem era essa a intenção – a voz de uma grande corporação, o que, aliás, não seria possível.

As grandes empresas ocupam, discursivamente, lugares da chamada não pessoa discursiva (INDURSKY, 1997). Todos os discursos vinculados às grandes empresas se fazem por meio de seu porta-voz autorizado (CEO, gerência responsável pelo setor em questão, etc.), na primeira pessoa do plural ou na terceira do singular. Isso causa, como já estabelecemos anteriormente, uma impossibilidade de diálogo. Somente a primeira e a segunda pessoa do singular permutam lugares em um diálogo. A terceira e algumas ocorrências da primeira do plural não permitem a possibilidade de resposta, porque o sujeito não se alcança ou apreende. Não é possível saber exatamente quem fala, quando se trabalha com construções como “a empresa x decidiu” ou “nós da empresa x”. As pessoas jurídicas e suas personificações, dentre elas, a própria personificação jurídica com direitos e deveres e suas conseqüentes formas de representação e institucionalização, criam a impressão de que é possível alcançá-las e identificá-las pessoalmente, mas não é.

Orlandi (2007) nos mostra que o silêncio é pleno de significado, o que se cala é muito importante. O que se cala é diferente de uma ocorrência do óbvio, tratado anteriormente, que não é mencionado por ser óbvio e também vai além de impedir que uma dada informação circule. Calar algum sentido ou o sentido de algo tem mais a ver, como nos coloca ainda a mesma autora, com barrar processos de identificação dos sujeitos nos discursos. Com identificação queremos dizer a identificação dos sujeitos com aquilo que será dito ou não e também a identificação pessoal de alguém que fala por essa não-pessoa que é a grande corporação. Quando nos colocamos como representantes de algo, falando por alguém, - aliás, como em todas as outras situações discursivas - não detemos o poder sobre os sentidos. Isso significa que essa identificação com o que dizemos, pelos outros sujeitos, pode acontecer para o bem ou para o mal-entendido. Ser bem ou mal interpretado pode custar mais em algumas situações que outras. E quem quer que seja que resolva falar pela empresa, pode cometer um deslize e significar fora dela, ou seja, dizer algo que não deveria, numa relação de identificação não aceita, correndo, assim, um risco grande de ir produzir seus sentidos na rua (que há muito deixou de ser espaço de encontro e agora é quase só exterioridade [LEWKOWICZ et alii, 2003]).

De qualquer maneira, chega a ser irônico que ninguém queira ter a “responsabilidade social” da autoria (ORLANDI, 2007) do que viria a ser o ponto de vista de uma grande corporação sobre a responsabilidade social corporativa.

Nossa derradeira tentativa foi feita no último semestre da pesquisa. Novamente escrevemos a um instituto e pedimos o contato de alguém com quem pudéssemos conversar sobre RSC. Obtivemos como resposta o e-mail transcrito a seguir que, não foi o primeiro desse tipo.

(...), boa tarde

Gostaríamos de agradecer pelo contato e aproveitamos para informá-la que toda informação que podemos divulgar sobre as práticas de responsabilidade social e sustentabilidade da (...) Brasil estão em nossos relatórios de sustentabilidade. Para acessá-los, por favor, entre em nosso site (...)

Mesmo com o pedido de contato negado e as perguntas não respondidas, o e-mail do instituto de RSC da empresa no traz boas pistas do significado da RSC para uma grande corporação. De maneira silenciosa, o pedido de contato é negado, já que toda informação está no site. Outro ponto interessante, é que há informação que não pode ser divulgada já que “toda a informação que podemos divulgar está no site”. Novamente nós temos o termo ‘práticas’ e mesmo que não tenha sido mencionado no e-mail de solicitação de contato, o e-mail de resposta nos fala sobre sustentabilidade.

Dentro da impossibilidade de identificação pessoal apontada acima, nesse e-mail não é possível identificar um autor, uma pessoa, já que se trata de um e-mail institucional, ou seja, o e-mail de solicitação foi enviado a um e-mail do instituto e respondido por meio dele, de forma que não é possível saber de onde veio a negativa, o que torna muito difícil a possibilidade de questioná-la.

3.8 Recortes de um relatório de sustentabilidade:

O recorte a seguir é formado por trechos retirados do Relatório de Sustentabilidade de 2008 da empresa multinacional Unilever. Para acrescentar à nossa análise o que seria o entendimento de uma grande corporação, selecionamos alguns trechos sobre responsabilidade social no relatório da Unilever, que publica um relatório anual há aproximadamente quatro anos.

1 - Anualmente procuramos aperfeiçoar nossos processos para **alinhar nossas práticas aos referenciais do mercado**, inovando e liderando para também servir de exemplo. Assim, apresentamos duas novas **iniciativas** nas quais a Unilever Brasil tem participação: a primeira, de caráter interno, e a segunda, em conjunto com outras grandes corporações. **São os processos SQA (Supplier Quality Assurance) e o CSR (Corporate Social Responsibility)** que estão se adicionando ao nosso pioneiro programa de avaliação de fornecedores, o Vértice. (...)

2 - (...) O CSR é uma **iniciativa** que a Unilever desenvolve mundialmente em conjunto com outras grandes corporações, com foco nos **parâmetros de responsabilidade social corporativa do fornecedor**.

Para sua criação foi elaborado um abrangente estudo temático e um questionário de avaliação de riscos, gerenciado pelo SEDEX (Supplier Ethical Data Exchange) para aperfeiçoar o acesso às informações para compradores e fornecedores e facilitar os **processos de auditoria**. Uma vez **aprovado no CSR**, o fornecedor é qualificado para oferecer seus produtos a qualquer uma das corporações participantes do processo, maximizando suas oportunidades de negócio. Para a Unilever, esse programa é muito importante, pois, além de **estar de acordo com** nosso Código de Princípios de Negócios, representa um avanço na construção de cadeias **sustentáveis** através da integração de fornecedores (...)

3 - (...) **Atuamos** na prevenção das DSTs, na mobilização e sensibilização da sociedade no combate a essas doenças. **Somos** membros do Conselho Empresarial Nacional para a Prevenção do HIV/AIDS - CENAIDS, cuja **missão** é contribuir para o controle da epidemia, fortalecendo **o exercício da responsabilidade social das empresas** na luta contra a AIDS. Nesse sentido, em 2008, desenvolvemos as seguintes **ações** (...)

4 - “**Estamos** continuamente preocupados em contribuir com nossos diferentes públicos, faz parte de **nossa** estratégia **agir de forma socialmente responsável**. É assim que trabalhamos, levando vitalidade por meio de nosso negócio.”

Nosso ponto de partida para esses excertos será ‘parâmetro’. Esse termo, na maneira em que se relaciona com as condições de produção e a posição sujeito nesse discurso, traz direções significativas. Nesses trechos, está dito que empresa tomou a iniciativa de criar processos de avaliação de fornecedores. Esse processo de avaliação, que tem “foco nos parâmetros da RSC”, avalia e aprova os fornecedores que podem ou não trabalhar para a empresa.

Esse discurso relacionado a parâmetros e normas a serem seguidos de maneira a provar competência nos negócios, remete a um discurso muito recorrente, atualmente, no meio empresarial: o da certificação. As certificações internacionais relacionadas à qualidade, as ISOs, servem para estabelecer regras a seguir, parametrizar, avaliar e, conseqüentemente, legitimar a atuação das empresas por meio do parâmetro de qualidade. (AMARAL 2005, p.262). Como observado por Amaral (2005, p.263), essa certificação seria como

“passaporte” das empresas para o novo mercado neoliberal, como se todas as empresas de todos os tamanhos pudessem competir igualmente, por meio desses parâmetros.

Esses métodos e certificações de eficiência vêm sendo aplicados de maneira generalizada e carregam, em nossa Formação Social, grande valor científico (já que se valem de “estudos abrangentes” – como no caso do recorte) e consequente valor de verdade. Essa necessidade de avaliação e prova para “homegeinizar o real” (PÊCHEUX 2002, p.36), herdada do positivismo, é usada, no discurso da RSC aqui trabalhado, pelas grandes corporações para avaliar seus produtos e fornecedores (geralmente empresas menores).

Além das certificações de qualidade (como a ISO9001), existem, atualmente, certificações (selos) relativas à atuação empresarial no que concerne ao meio ambiente (ISO14001) e ao social (SA8000). Segundo a Organização Internacional para Padronização (ISO, por sua sigla em inglês), as certificações ISO 14001 e 9001 fazem parte da família de ISOs 9000 e 14000, que são padrões muito conhecidos e amplamente aplicados por todo o mundo. O ISO9001 diz respeito à qualidade e trata de questões como satisfação do cliente e cumprimento de leis aplicáveis. Por sua vez, a ISO14001 trata de questões ambientais com o objetivo de minimizar os impactos das atividades empresariais no meio ambiente. Ainda segundo a organização, em seu site institucional, trata-se de “padrões de gerenciamento de sistemas genéricos”, o que significa que podem ser aplicados por todas as empresas, independente de seu tamanho.

Como observado por Amaral (2007, p. 78), a SA8000 segue os modelos das ISOs 9000 e 14000, no entanto, a organização responsável por essa norma é a SAI (Social Accountability International), parceiras de centrais sindicais internacionais e ONGs. Como estabelecido em sua informação institucional, a certificação SA8000 é voluntária e seus padrões se baseiam em orientações e diretrizes das Nações Unidas e Organização Internacional do Trabalho (OIT).

No entanto, existem diferenças entre os dois modos de certificação. A ISO9001 trata da qualidade e é “um fator de marketing e comprometimento com a qualidade”, segundo o Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (AMARAL 2005, P.262). Isso significa que a norma tem uma aplicação comercial. A ISO14001 e a SA8000 não tem esse

tipo de aplicação, nem por isso deixam de funcionar como fator de marketing, mas de marketing político. Assim, por meio desse discurso de padrões e normas, as empresas cumprem a demanda de funcionamento comercial, graças às certificações de qualidade, e político, por meio das certificações ambientais e sociais (assistenciais).

Dentro dessas condições de produção e em sua relação com o discurso científico e o meio empresarial, a Responsabilidade Social se torna outro processo parametrizado, como os padrões de qualidade. Dando à RSC um caráter de parâmetro ou processo, a formação ideológica capitalista faz da responsabilidade social (assim como da ecologia) mais uma de suas “coisas a saber” (PÊCHEUX 2002, p. 37), formas homogeneizadas e padronizadas de conhecimento, com valor de verdade.

Então, os parâmetros devem ser repetidos e seguidos de forma que as organizações são aprovadas ou não, são “apontadas” (como no discurso do empresário para a revista) ou não como socialmente responsáveis. Já vimos que, nas condições de produção do mercado neoliberal, o sistema socioeconômico sustenta seu funcionando pela manutenção dos mecanismos de competição (FOUCAULT, 2008). Contudo, por mais que esse funcionando seja baseado na desigualdade, é necessário manter o imaginário da democracia (ORLANDI, 2009). Por isso, essas normas devem ser “genéricas”, estabelecidas cientificamente e ter aplicação social.

4 Algumas considerações: o lugar, o sentido e o funcionamento

De maneira geral, no discurso da e sobre a Responsabilidade Social Corporativa, é possível perceber o funcionamento relacionado a duas instâncias importantes do Estado neoliberal: o Direito e a política social, que são representados pelo discurso jurídico e assistencial, respectivamente.

De acordo com as reflexões de Foucault (2008, p. 225), a ordem neoliberal se constitui como uma ordem econômico-jurídica, e, nessa ordem, o Direito não é instrumento da ordem econômica neoliberal, ele é parte dessa ordem, é constitutivo e “enformador” (FOUCAULT 2008, p.225).

De acordo com nossa análise, o discurso jurídico é derivado / retomado, principalmente, pelo termo ‘responsabilidade’. Já mostramos, em nosso percurso, que a responsabilidade do sujeito de direito é uma das principais características desse sujeito dono de sua liberdade e ao mesmo tempo pleno de deveres (HAROCHE, 1992). O termo ‘responsabilidade’, quando relacionado ao jurídico, movimentava sentidos relacionados ao efeito de resposta e culpabilidade. Essa memória discursiva relacionada ao jurídico, que é retomada por ‘responsabilidade’, é o que possibilita, em alguns casos, que a ‘responsabilidade social corporativa’ funcione com valor de comprometimento. Podemos usar, como exemplo desse funcionamento, o primeiro recorte da análise, que traz a carta dos sindicalistas. A carta estabelece o cumprimento das leis trabalhistas como requisito mínimo para a RSC. Da mesma maneira, temos o último recorte com a entrevista do sindicalista, no qual ele classifica as empresas como “entes sociais” com “repercussão social”, concluindo que “deveriam ser responsáveis... mas não são”. E, ainda, na resposta do representante da multinacional, na entrevista do IOS, que coloca o “Respeito pela legislação vigente” dentre os fatores que definem a Responsabilidade Social Corporativa. Esse comprometimento (obrigatoriedade) e o sentido de resposta (responder por suas ações) caracterizam, assim, o funcionamento jurídico no discurso da e sobre a Responsabilidade Social Corporativa.

No que concerne à relação da política social e ao Estado neoliberal, Foucault (2008, p.194) pontua que a política social do Estado neoliberal prevê uma “relativa repartição de acesso”, o que não significa divisão igualitária de riquezas. Foucault (op. cit.) argumenta que, pelo contrário, a política social mantém o funcionamento da desigualdade, porque

dessa desigualdade depende o sucesso e manutenção do sistema econômico neoliberal. A política social neoliberal é definida, pelo autor, como proporcional ao crescimento econômico: quanto maior o crescimento econômico mais a política social deve ser “generosa”, porque essa política trabalha, segundo ele, com uma transferência do máximo para o mínimo, ou seja, com a sobra do crescimento econômico e tem como fim a sobrevivência. Essa transferência relativa de acesso e bens justifica e mantém o sistema neoliberal, primeiramente porque age onde o Estado “falta” (justificando a privatização, por exemplo) e, em segundo lugar, porque não se dispõe a distribuir igualmente os resultados de tal crescimento econômico. É importante ter em mente, que a política social neoliberal se baseia no discurso assistencialista.

O discurso assistencialista, ao atravessar o discurso da responsabilidade social, traz marcas relacionadas à política social do Estado neoliberal, dentre elas as várias paráfrases para ‘pobre’, como ‘minorias’, ‘com dificuldade de acesso’ e ‘excluídos’. O discurso assistencial se marca também por termos como ‘prática’, ‘praticar’, ‘iniciativa’; que caracterizam uma ação positiva. Isso é bem diferente de uma ação em resposta, como ‘responsabilidade’ em seu sentido jurídico. Por exemplo, as empresas não têm responsabilidade pela sociedade, elas apenas praticam, com ações, projetos de responsabilidade social. Essas atividades, além de positivas, são opcionais, não há obrigatoriedade.

Assim, a política social se caracteriza pela ação positiva (aqui em contraposição com uma ação em resposta de responsabilidade jurídica), pela ajuda direcionada aos que estão à margem. Esse funcionamento se ancora, na maioria das vezes, na separação entre os sentidos de ‘social’ e ‘sociedade’, apontada por Janine Ribeiro (2000). As condições de produção do discurso sobre e da Responsabilidade Social Corporativa criam esses pontos de deriva, em que há o deslize do ‘social’ para o ‘assistencial’. No nosso corpus, alguns exemplos desse funcionamento se encontram na fala do pequeno empresário que “quer ser grande para praticar a RSC”. Ainda no dizer desse sujeito, a RSC são práticas que “vão além do benefício próprio”. Esses dois recortes explicitam essa ideologia do “crescimento econômico”: primeiro o crescimento econômico depois a política social. No primeiro recorte, no texto institucional da empresa, percebemos as marcas que funcionam no

discurso estabelecendo essa ação positiva da política social: ‘favorece’, ‘contribuir’ no social pelos que “têm dificuldade de acesso” por meio do voluntariado; no caso do recorte do Instituto Ethos, temos a atuação “na deficiência do Estado”.

Dentre as marcas que permitem observar o funcionamento relativo à política social da formação ideológica capitalista, no discurso da RSC, temos as seguintes famílias parafrásticas: ‘contribuir’, ‘beneficiar’, ‘auxiliar’; ‘inserção’, ‘doação’, ‘voluntariado’. ‘Contribuir’ e ‘beneficiar’ não significam ‘dividir’, assim como ‘inserir’, ‘doar’ ou ‘se voluntariar’ não acarretam nenhuma obrigação e comprometimento. Da mesma forma, a definição do governo que desloca a questão legal para o âmbito do opcional, funciona também nesse sentido, em uma deriva particularmente interessante do jurídico. No funcionamento jurídico dessa mesma formação ideológica, existe uma relação de obrigatoriedade: o sujeito precisa responder por si, seus atos ou algo ou alguém que dependa de seus atos. Esse peso legal paira sobre as ações do sujeito de direito para que ele meça suas consequências e seja culpabilizado se houver alguma violação.

A relação exposta acima pode parecer contraditória, pelo imaginário trabalhado pelos discursos neoliberais de separação / oposição entre o Estado e o mercado – este agindo onde aquele “não está” e aquele representado pelo Direito. No entanto, observamos, discursivamente, que as entidades jurídicas e comerciais, embora tenham características que Pêcheux (1988) definiu como regionais, diferentes, ou seja, embora tenham diferentes funções (comerciais ou jurídicas), os aparelhos que representam e fazem funcionar a ideologia dominante capitalista, em nossa formação social, servem ao mesmo objetivo: legitimar as relações de produção do capitalismo.

Existem pontos de deriva, relacionados à forma-sujeito histórica do capitalismo, que (re) tomam e fazem funcionar esses sentidos. Esses pontos de deriva são possíveis porque as condições de produção os tornam possíveis, a relação do sujeito e da ideologia, no simbólico, permite que assim seja.

As grandes corporações vêm ganhando importância em nossa formação social. Elas se tornaram instituições que estabelecem, assim como o Estado, a Igreja e a Escola, a Academia, determinados sentidos como vontades de verdade (FOUCAULT 1996, p.17), e por isso as estabelecemos como aparelhos ideológicos. Esse poder político e institucional se

manifesta pelo simbólico, como não poderia deixar de ser, e produz determinadas evidências de sentido, por seus efeitos ideológicos. Dentre essas evidências de sentido, está a responsabilidade social corporativa. A divulgação e repetição dessa expressão, pelo meio empresarial, criam o efeito de que a responsabilidade pode ser apenas empresarial ou corporativa. A possibilidade de pensar a responsabilidade social fora do corporativo não existe, devido ao poder político das empresas e à circulação massiva do seu discurso, hoje. Na nossa análise, isso se mostrou pelos sujeitos que não separaram a responsabilidade social e a responsabilidade social corporativa, como, por exemplo, a estudante e o sindicalista no último recorte. Importante nesses dois sujeitos é que a ‘responsabilidade social’ é externa a eles. Queremos dizer que, por mais que eles se posicionem de maneira contrária à responsabilidade social corporativa, ela funciona para eles movimentando o sentido que a empresa estabeleceu. Para a estudante trata-se de justificar o lucro pela ação social; para o sindicalista, é o relacionamento que começa dentro da empresa e se estende à comunidade. Por mais que esse sujeito diga que as corporações não são responsáveis, ele estabelece que elas não são socialmente responsáveis da maneira que dizem que são, de acordo a definição empresarial mesmo.

Pode ter parecido, em um primeiro momento, especialmente pelo dizer do sindicalista que inspirou nossas perguntas iniciais, que se tratava de dois significados, duas posições-sujeito diferentes. Mas a análise nos trouxe que, na verdade, a empresa e o sindicato falam da mesma responsabilidade social corporativa. A ‘responsabilidade social’ só pode ser corporativa porque ela se dá na relação com o poder econômico, por isso é externa ao sindicato e, por isso, a ‘responsabilidade social’ sem o adjetivo ‘corporativa’ ocupa o “sem sentido” no discurso da população civil. Assim, não se trata de diferentes sentidos ou diferentes formações discursivas. São lugares sociais diferentes em uma mesma formação discursiva, fundamentada na formação ideológica capitalista.

No entanto, e mesmo com a importância política das grandes empresas, um efeito de sentido primeiro e sua derivação / continuação / reformulação não se excluem ou se anulam. Lembremos o que disse Orlandi (2005, p. 78): a deriva entre dois elementos é constitutiva de um elemento e do outro. Assim, o caminho que vai da ‘responsabilidade

individual dos sujeitos’ à ‘responsabilidade social corporativa’ não deixa de fazer referência ao já-dito do discurso jurídico – que estabeleceu seus sentidos.

Isso se relaciona também com a questão de identificação e direção (a que(m) a responsabilidade se destina e de que(m) ela se origina), já que ‘responsabilidade’ pode ser usado com complemento. Por exemplo, a responsabilidade pode ser de alguém por alguma coisa ou alguém, e graças à maneira como se funciona no Direito do Estado neoliberal a constituição da personalidade jurídica, há dificuldade ou mesmo impossibilidade de identificação dos sujeitos responsáveis. Essa relação de complementaridade do termo ‘responsabilidade’ e, conseqüentemente, a identificação de quem se responsabiliza por o quê e como, não se mostra claramente nos discursos da responsabilidade social corporativa.

Por essas questões achamos importante trabalhar o lugar, o sentido e o funcionamento do discurso. Dissemos, inicialmente, que existem várias definições para ‘responsabilidade social corporativa’ e que essas definições convergem em alguns pontos. Muito embora a responsabilidade jurídica se apresente em algumas dessas definições, não é a relação com o jurídico que estabelece o funcionamento dessa expressão em nosso material. De acordo com os diferentes lugares sociais, pode haver momentos em que o jurídico se mantém como referência para RSC, assim como é possível a ênfase no aspecto ecológico ou assistencial. No entanto, o funcionamento do discurso da Responsabilidade Social Corporativa, no que tange à sua circulação e à presença no imaginário das relações sociais neoliberais, faz trabalhar as evidências de sentido da ideologia dominante em nossa formação social, que se relaciona com as políticas sociais neoliberais, o voluntariado e a filantropia, e não trabalha o sentido de comprometimento, obrigação e nem tampouco distribuição de recursos ou riquezas.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALTHUSSER, Louis. **Aparelhos ideológicos do Estado**: nota sobre os aparelhos ideológicos do Estado (AIE). Rio de Janeiro: Edições Graal, 1985.

AMARAL, M. V. B. **O avesso do discurso**: análise de práticas discursivas no campo do trabalho. Maceió: EDUFAL, 2007. 97 p.

_____. O invisível da responsabilidade social na estrutura polêmica do discurso. **Serviço Social & Realidade**, Franca-SP, v. 15, p. 9-29, 2006.

_____. **Discurso e Relações de Trabalho**. Maceió: EDUFAL, 2005. 313 p.

BENVENISTE, Émile. **Problemas de lingüística geral I**. Campinas-SP: Pontes: Editora da Universidade Estadual de Campinas, 1988.

BRASIL. Decreto de Lei nº. 10.406 de 10 de janeiro de 2002. Institui o código civil. Disponível em https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/2002/L10406.htm#livroi acessado em outubro de 2009.

BRASIL. Decreto de Lei nº. 5.452 de 1º de maio de 1943. Aprova a consolidação das leis do trabalho. Disponível em https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/De15452.htm, acessado em outubro de 2009.

CINTRA, André. De caso com a ditabranda: como a Folha de São Paulo mostrou ter telhados de vidro e provocou sua maior crise de credibilidade em toda sua trajetória. **Caros Amigos**, n. 146, p. 14-17, 2009.

COURTINE, J.J. Definition d'Orientation Théoriques Et Construction de Procédures em Analyse Du Discours, **Philosophiques**, v. IX, n.2, 1982 *apud* LAGAZZI, Suzy. O desafio de dizer não. Campinas-SP: Pontes, 1988. 101 p.

CARROUÉ, L. et alii La mondialisation. Genèse, acteurs et enjeux, Breal, Paris, 2005. *apud* ORLANDI, E. **Espaço da violência: sentido da delinquência**. São Paulo, texto inédito, 2009.

DIAS, C. P. **A discursividade da rede (de sentidos): a sala de bate-papo hiv**. Instituto de Estudos da Linguagem, Universidade Estadual de Campinas, Campinas-SP, 2004.

FOUCAULT, Michel. **A ordem do discurso**. São Paulo: Edições Loyola, 1996.

_____. **O nascimento da biopolítica**. São Paulo: Martins Fontes, 2008.

FUNARI, P. P. O Manifesto e o estudo da Antigüidade: a atualidade da crítica marxista. **Crítica Marxista**, Campinas-SP, n.6, p. 106-115, 1998.

GADET, F.; PÊCHEUX, M. **A língua inatingível**. Campinas-SP: Pontes, 2004.

HAROCHE, C. **Fazer dizer, querer dizer**. São Paulo: Hucitec, 1992.

GREGOLI, Roberta. **Transnational Reception of City of God and Elite Squad: gender, spectatorship and identity**. Dissertação (Mestrado em Cinema), Programa Erasmus Mundus: Crossways in European Humanities, Universidade de Lisboa e Universidade de Sheffield, 2009.

HENRY, Paul. Sentido, Sujeito, Origem. In: ORLANDI, E. P. (Org.). **Discurso fundador: a formação do país e a construção da identidade nacional**. 3. Ed. Campinas-SP: Pontes, 2003. 171 p.

_____. Fundamentos teóricos da “Análise automática do discurso” de Michel Pêcheux (1969). Tradução: Bethania S. Mariani. In: **Por uma análise automática do discurso: uma introdução à obra de Michel Pêcheux**. Campinas-SP: UNICAMP, 1993.

HOUAISS, Antonio; VILLAR, M. S. **Dicionário Houaiss da Língua Portuguesa**. Rio de Janeiro: Objetiva, 2001.

INDURSKY, Freda. **A fala dos quartéis e outras vozes**. Campinas-SP: Editora da UNICAMP, 1997.

INSTITUTO BRASILEIRO DE MEIO AMBIENTE. A lei da natureza. Disponível em <http://www.ibama.gov.br/leiambienta/home.htm> acessado em outubro de 2009.

INSTITUTO ETHOS. <http://www1.ethos.org.br/EthosWeb/Default.aspx>

INSTITUTO OBSERVATÓRIO SOCIAL. **Observatório Social Em Revista**, Florianópolis-SC, v. 1, n. 4, 55 p.

_____. **Observatório Social Em Revista**, Florianópolis-SC, v. 2, n. 4, 55 p.

INTERNATIONAL ORGANIZATION FOR STANDARDIZATION. ISO 9000 and 14000. Disponível em <http://www.iso.org/iso/home.htm>, acessado em janeiro de 2010.

JAKOBSEN, K. Responsabilidade social das empresas, diálogo e participação: a visão dos trabalhadores. **Observatório Social Em Revista**, Florianópolis-SC, v. 1, n. 2, p. 27-30, 2002.

KARKOTLI, G; ARAGÃO, S. **Responsabilidade Social: uma contribuição à gestão transformadora das organizações**. 3. Ed. Petrópolis-RJ: Vozes, 2008.

LAGAZZI, Suzy. **O desafio de dizer não**. Campinas-SP: Pontes, 1988. 101 p.

_____. **A discussão do sujeito no movimento do discurso**. Tese (Doutorado em Linguística) – Instituto de Estudos da Linguagem, Universidade Estadual de Campinas, Campinas-SP, 1998.

LEWKOWICZ, I., CANTARELLI M. e Grupo 12. **Do fragmento à situação. Notas sobre a subjetividade contemporânea**. Argentina: Altamira, 2003.

MARTINS, H. H. T. S. **O estado e a burocratização do sindicato no Brasil**. Hucitec: São Paulo, 1989.

MINISTÉRIO DO TRABALHO E EMPREGO. FNT define proposta sobre representação dos trabalhadores nos colegiados públicos. Disponível em <http://www.mte.gov.br/noticias/conteudo/10103.asp> acessado em outubro de 2009.

_____. Lula envia ao Congresso iniciativas que beneficiam trabalhadores. Disponível em <http://www.mte.gov.br/noticias/conteudo/11257.asp> acessado em outubro de 2009.

ORLANDI, E.P. **As formas do silêncio: no movimento dos sentidos**. 6. Ed. Campinas-SP: Editora da UNICAMP, 2007. 181 p.

_____. **Análise do discurso: princípios e procedimentos**. 6. Ed. Campinas-SP: Pontes, 2005.

_____. Sobre ética e significação. In: **Língua e conhecimento lingüístico: por uma história das idéias no Brasil**. São Paulo: Cortez, 2002.

_____. **A linguagem e seu funcionamento: as formas do discurso**. Campinas-SP: Pontes, 1987.

_____. **Discurso e Texto: formulação e circulação dos sentidos**. 3. ED. Campinas-SP: Pontes, 2008.

_____. **Espaço da violência: sentido da delinquência**. São Paulo, texto inédito, 2009a.

_____. **“Brasil: um país de todos”: o discurso da propaganda política**. Labeurb, UNICAMP, Arquivo de vídeo, 120 min, disponível em <http://www.labeurb.unicamp.br/portal/pages/videos/verVideo.lab?id=83>, acessado em Janeiro de 2009.

ORLANDO, Pedro. **Novíssimo dicionário jurídico brasileiro**. São Paulo: LEP, 1959.

PAYER, M. O. Linguagem e sociedade contemporânea. Sujeito, mídia e mercado. **Rua** (UNICAMP), Campinas - SP, n. 11, p. 9-26, 2005.

PÊCHEUX, Michel. Análise automática do discurso (ADD 1969). Tradução Eni Orlandi. In: GADET, F. & HAK, T. **Por uma análise automática do discurso: uma introdução à obra de Michel Pêcheux**. Campinas-SP: Editora da UNICAMP, 1993.

_____. **Semântica e discurso: uma crítica à afirmação do óbvio**. Tradução Eni P. Orlandi. Campinas-SP: Editora da UNICAMP, 1988.

_____. Delimitações, inversões e deslocamentos. In: ORLANDI, E. P. & GERALDI, J. W. (Orgs.). **Cadernos de estudos lingüísticos**, n.19. Campinas-SP: Editora da Unicamp, 1990, p. 7- 24.

_____. **O discurso**: estrutura ou acontecimento. Tradução Eni P. Orlandi. 3. Ed. Campinas-SP: Pontes, 2002.

PLATKÓVSKI V.; TITARENKO S. Que é formação econômico-social?, **Problemas**: Revista Mensal de Cultura Política, v.1, n.58, junho de 1958. Disponível em Marxists Internet Archive www.marxists.org, acessado em novembro de 2009.

RIBEIRO, R. J. **A sociedade contra o social**: o alto custo da vida pública no Brasil. São Paulo, Companhia da Letras, 2000.

_____. Um pensador da ética. Publicado pela revista Cult em dezembro de 2004. Disponível em <http://www.renatojanine.pro.br/FiloPol/pensador.html>, acessado em outubro de 2009.

_____. PLANETA ELDORADO especial sustentabilidade. 2008. (Programa de rádio ou TV/Mesa redonda).

RHEINGOLK, H. 1996. A comunidade virtual. Trad. Helder Aranha. Lisboa: Gradiva. SOILBELMAN, Leib. Dicionário Geral de Direito. São Paulo : J. Bushatsky, 1974 *apud* DIAS, C. P. **A discursividade da rede (de sentidos): a sala de bate-papo hiv**. Tese de doutoramento apresentada no Instituto de Estudos da Linguagem, Universidade Estadual de Campinas, 2004.

SOCIAL ACCOUNTABILITY INTERNATIONAL. **SA8000 Certification**. Disponível em <http://www.sa-intl.org/>, acessado em janeiro de 2010.

THE Corporation. Direção: Mark Achbar e Jennifer Abbot. Produção: Mark achbar e Bart Simpson. Roteiro: Joel Bakan. Baseado no livro THE CORPORATION: The Pathological Pursuit of Profit and Power de Joe Bakan. Narração: Mikaela J. Michael. [S.I.] Big Picture Media Corporation, 2004, 2005. 1 DVD (145 min), son., color.

THE Village (A Vila). Direção: M. Night Shyamalan. Produção: Sam Mercer, Scott Rudin e M. Night Shyamalan. Intérpretes: Bryce Dallas Howard , Joaquin Phoenix , Adrien Brody , William Hurt , Sigourney Weaver. Roteiro: M. Night Shyamalan. [S.I]: Touchstone Pictures / Scott Rudin Productions / Blinding Edge Pictures / Convington Woods Pictures, 2004. 1 DVD (120 min), son., color.

UNILEVER. Relatório de sustentabilidade 2008. Disponível em <http://www.unilever.com.br/relatoriodesustentabilidade/index.aspx> acessado em outubro de 2009.

WEISZFLOG, Walter; MICHAELIS, Henriette. **Michaelis: Moderno Dicionário da Língua Portuguesa**. 10. Ed. São Paulo: Melhoramentos, 2002.

ZOPPI-FONTANA, Mónica. **Cidadãos modernos: discurso e representação política**. Campinas-SP: Editora da UNICAMP, 1997.

Anexos

Texto da empresa:

www.santander.com.br

(ACESSO JUNHO DE 2006)

Institucional

Missão

Desenvolver e consolidar a franquia financeira líder na região Sul e Sudeste do Brasil, através da criação de valor para os acionistas, clientes, empregados e comunidades onde operamos.

» **Valores do Santander Banespa**

- » Qualidade
- » Transparência
- » Equipe
- » Eficiência
- » Inovação
- » Compromisso
- » Solidez
- » Foco no cliente

- » Comprometimento com as comunidades

Missão da Área de Responsabilidade Social

A missão da área de Responsabilidade Social Corporativa é criar e desenvolver instrumentos, projetos e programas com os quais o Santander Banespa possa contribuir para o desenvolvimento socioeconômico e ambiental, favorecendo a melhoria da qualidade de vida da comunidade onde atua e da sociedade como um todo.



Atuação na área social

Estratégia

O Santander Banespa tem uma estratégia de atuação social que se caracteriza por três núcleos de atividade: "Parceiros em Ação", em que a participação nos projetos para a comunidade é feita junto com entidades públicas e privadas, "Inserção Digital", com a finalidade de estimular a participação das pessoas que têm dificuldade de ter acesso à informática por meio de ajuda a criação de centros de aprendizado, edição e divulgação de apostilas de informática e doação de equipamentos de informática em desuso na organização para instituições com fins sociais, e "Voluntariado", em que os funcionários do Grupo são estimulados a se envolver com as atividades de entidades que visem ao desenvolvimento social ou melhoria de qualidade de vida das pessoas atendidas por elas.

Texto dos sindicalistas:

SANTANDER Por uma empresa com responsabilidade social.

Diante das diferentes realidades dos empregados do Santander nos países onde atua, os participantes da Coordenadora Sindical Ibero-Americana do Grupo Santander, reunidos nos dias 7 e 8 de julho de 2003 em São Paulo, resolvem:

- Convocar todas as entidades sindicais e representativas a organizarem uma mobilização dos trabalhadores do Grupo Santander, em todos os países, para lutar e conquistar:

Direito ao emprego Exigimos do Banco Santander:

- Manutenção dos atuais empregados, evitando demissões arbitrárias, conforme assegura a Convenção 158 da Organização Internacional do Trabalho (OIT).
- Fim das contratações precarizadas, como terceirizados, temporários, e estagiários, chegando a ser fraudulentas em alguns países da América Latina.

Liberdade sindical

- Reivindicamos o direito à sindicalização de todos os trabalhadores, respeito à representação sindical e livre acesso a todos os locais de trabalho, o direito à negociação coletiva, e exigimos o cumprimento dos acordos firmados.

Respeito à jornada de trabalho

- Exigimos o cumprimento da jornada de trabalho, em defesa da saúde do trabalhador, possibilitando a geração de novos empregos.

Saúde e segurança no trabalho

- Exigimos do banco condições de trabalho que preservem a saúde do trabalhador, sendo de responsabilidade da empresa as doenças ocupacionais, que afetam os trabalhadores, e a devida assistência médica, garantindo a estabilidade no emprego e respeitar as limitações físicas e psíquicas dos empregados quando do retorno ao trabalho.
- Exigimos também o fim do assédio moral, ocasionado pela pressão exercida para o cumprimento de metas inatingíveis.
- Exigimos ainda melhores condições de segurança nas agências e postos de serviços, com o objetivo de inibir assaltos e seqüestros, como também proteger a vida dos trabalhadores e clientes,.
- Em caso de assaltos e seqüestros, o banco garantirá o tratamento médico e psíquico dos trabalhadores afetados e de seus familiares quando necessário.

Igualdade de oportunidades

- Exigimos o fim da discriminação de gênero, idade, raça, credo, ideologia e orientação sexual.

Aposentadoria digna

- Considerando insuficiente o atual sistema de previdência social, reivindicamos para os aposentados a manutenção do poder aquisitivo como se na ativa estivessem. Para tanto propomos uma negociação coletiva para discutir a complementação de aposentadoria.
- Além disso, exigimos também respeito aos direitos e à dignidade dos atuais aposentados.

Para tanto, propomos uma jornada continental de luta no dia 25 de setembro de 2003 (quinta-feira), às 14 horas no Brasil, Argentina e Uruguai, e às 13 horas no Paraguai e Chile, onde cada entidade sindical e representativa deverá promover mobilizações em defesa dessas reivindicações.

Essas reivindicações correspondem a uma plataforma mínima que o Banco Santander deve reconhecer e, se atendidas, permitirão avançar como empresa com responsabilidade social.

São Paulo, 8 de Julho de 2003. COORDENADORA SINDICAL IBERO AMERICANA DO GRUPO SANTANDER

Imagem atual da página da internet:

